

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Atos do Prefeito
DECRETO Nº 14.386/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 4º, da Lei nº 3565/2020, de 30 de dezembro de 2020.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e outras alterações orçamentárias ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 14.573.416,99 (quatorze milhões, quinhentos e setenta e três mil, quatrocentos e dezesseis reais e noventa e nove centavos) para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com os incisos I, II e III, do § 1º do artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 12 de maio de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 12 DE MAIO DE 2022.

Axel Graef – Prefeito

ANEXO AO DECRETO Nº 14.386/2022
CRÉDITO SUPLEMENTAR E OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

ÓRGÃO/UNIDADE		PROGRAMA DE TRABALHO	ND	FT	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
10.52	NITEROI EMPRESA DE LAZER E TURISMO - NELTUR	04.122.0145.6311	339040	138	8.786,72	-
10.52	NITEROI EMPRESA DE LAZER E TURISMO - NELTUR	23.695.0138.6094	449052	138	254.000,00	-
14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	27.811.0137.6013	339041	138	180.000,00	-
14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	27.811.0137.6014	339041	138	18.000,00	-
21.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	04.122.0145.6282	339040	138	5.000,00	-
24.01	ENC FINANC DO MUNICIPIO- REC SOB SUPERVISAO DA SMF	28.843.0900.4190	329022	538	3.000.000,00	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.122.0145.4192	339092	538	212.504,04	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.122.0145.6169	339092	538	1.887.990,00	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.302.0133.6156	339092	538	16.772,00	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.301.0133.5068	449151	217	949.895,96	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.301.0133.6177	339039	538	1.629.975,64	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.301.0133.6251	339036	207	11.700,00	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.301.0133.6251	339039	207	75.150,00	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.302.0133.5069	339030	617	2.559,60	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.302.0133.5069	449051	607	611.000,00	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.302.0133.5069	449051	617	279.126,54	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.302.0133.5069	449052	617	252.234,21	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.305.0151.6169	339039	538	987.525,00	-
42.01	SEC MUN MEIO AMB, REC. HIDRICOS E SUSTENTABILIDADE	18.305.0114.6593	339039	138	8.233,60	-
42.01	SEC MUN MEIO AMB, REC. HIDRICOS E SUSTENTABILIDADE	18.305.0114.6593	449052	138	4.787,26	-
42.74	FUNDO MUNICIPAL DE CONSERVACAO AMBIENTAL - FMCA	18.125.0147.6187	339039	138	17.600,00	-
53.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	15.451.0010.5321	449051	102	160.576,42	-
53.51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZACAO E SANEAMENTO	04.122.0145.4191	339092	138	4.000.000,00	-
10.52	NITEROI EMPRESA DE LAZER E TURISMO - NELTUR	04.122.0145.4191	339039	138	-	262.786,72
14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	27.811.0137.6013	339039	138	-	180.000,00
14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	27.812.0137.6043	339039	138	-	18.000,00
21.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	04.122.0145.4191	339039	138	-	5.000,00
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.301.0133.5068	339039	217	-	949.895,96
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.302.0133.6170	339039	207	-	86.850,00
42.01	SEC MUN MEIO AMB, REC. HIDRICOS E SUSTENTABILIDADE	18.305.0114.6593	339030	138	-	13.020,86
42.74	FUNDO MUNICIPAL DE CONSERVACAO AMBIENTAL - FMCA	18.125.0147.5780	339039	138	-	17.600,00
53.51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZACAO E SANEAMENTO	04.122.0145.4191	339039	138	-	4.000.000,00
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO				102	-	160.576,42
SUPERÁVIT FINANCEIRO				538	-	7.734.766,68
SUPERÁVIT FINANCEIRO				607	-	611.000,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO				617	-	533.920,35
TOTAL DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS					14.573.416,99	14.573.416,99

NOTA:

FONTE 102 – RECURSOS DE CONVÊNIOS

FONTE 138 – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

FONTE 207 – RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

FONTE 217 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

FONTE 607 – SUPERÁVIT DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

FONTE 617 – SUPERÁVIT DE OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

DECRETO Nº 14.387/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 4º, da Lei nº 3565/2020, de 30 de dezembro de 2020.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e outras alterações orçamentárias ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 1.493.115,61 (um milhão, quatrocentos e noventa e três mil, cento e quinze reais e sessenta e um centavos) para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com os incisos I e III, do § 1º do artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 12 de maio de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 12 DE MAIO DE 2022

Axel Graef – Prefeito

ANEXO AO DECRETO Nº 14.387/2022
CRÉDITO SUPLEMENTAR E OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

ÓRGÃO/UNIDADE		PROGRAMA DE TRABALHO	ND	FT	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
12.10	FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DE NITERÓI	04.122.0145.4187	339039	203	10.000,00	-
14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	27.811.0137.6011	339041	138	90.500,00	-
14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	27.811.0137.6020	339041	138	18.519,72	-
14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	27.812.0137.6045	339039	138	9.318,00	-
16.01	SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA	08.122.0145.4187	339030	628	17.500,00	-
16.01	SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA	08.122.0145.4187	339039	628	17.500,00	-
16.01	SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA	08.306.0142.4159	339040	138	20.000,00	-
16.72	FUNDO MUNICIPAL PARA ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS	08.122.0145.6337	339040	628	12.731,24	-
22.82	NITEROI TRANSPORTE E TRANSITO S/A - NITTRANS	04.122.0145.4201	339092	138	6.600,00	-
22.82	NITEROI TRANSPORTE E TRANSITO S/A - NITTRANS	04.122.0145.6274	339039	138	246.444,00	-
22.82	NITEROI TRANSPORTE E TRANSITO S/A - NITTRANS	26.452.0011.6096	339040	138	366.500,00	-
23.01	SEC MUN DE PLAN, ORÇAMENTO E MODERNIZACAO DA GESTÃO	04.571.0149.3420	332041	138	494.879,65	-
26.01	SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS PÚBLICOS	04.122.0145.4191	449052	138	20.000,00	-
26.01	SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS PÚBLICOS	15.452.0010.4011	449052	138	400,00	-
26.01	SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS PÚBLICOS	18.541.0147.6104	449052	138	6.100,00	-
41.41	FUNDACAO DE ARTE DE NITEROI - FAN	04.122.0145.4191	339036	138	28.000,00	-
42.01	SEC MUN MEIO AMB, REC. HIDRICOS E SUSTENTABILIDADE	18.541.0147.6332	339035	502	64.500,00	-
53.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	15.452.0010.6218	339030	138	63.623,00	-
12.10	FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DE NITERÓI	04.122.0145.4192	339039	203	-	10.000,00
14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	27.811.0137.6011	339039	138	-	90.500,00
14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	27.812.0137.6043	339039	138	-	27.837,72
16.01	SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDARIA	08.306.0142.4159	339039	138	-	20.000,00
22.82	NITEROI TRANSPORTE E TRANSITO S/A - NITTRANS	04.122.0145.4191	339039	138	-	253.044,00
22.82	NITEROI TRANSPORTE E TRANSITO S/A - NITTRANS	26.452.0011.6096	339039	138	-	366.500,00
23.01	SEC MUN DE PLAN, ORÇAMENTO E MODERNIZACAO DA GESTÃO	04.122.0145.6274	339039	138	-	315.000,00
23.01	SEC MUN DE PLAN, ORÇAMENTO E MODERNIZACAO DA GESTÃO	04.122.0145.6282	449040	138	-	207.879,65
26.01	SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS PÚBLICOS	04.122.0145.4191	339030	138	-	26.500,00
42.01	SEC MUN MEIO AMB, REC. HIDRICOS E SUSTENTABILIDADE	18.541.0147.6332	339039	502	-	64.500,00
53.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	15.452.0010.6218	449052	138	-	63.623,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO				628	-	47.731,24
TOTAL DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS					1.493.115,61	1.493.115,61

NOTA:
FONTE 138 – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
FONTE 203 – RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
FONTE 502 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO
FONTE 628 – SUPERÁVIT DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
DECRETO Nº 14.388/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 4º, da Lei nº 3565/2020, de 30 de dezembro de 2020.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e outras alterações orçamentárias ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 2.276.920,56 (dois milhões, duzentos e setenta e seis mil, novecentos e vinte reais e cinquenta e seis centavos) para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do § 1º do artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 12 de maio de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 12 DE MAIO DE 2022.

Axel Graef – Prefeito

ANEXO AO DECRETO Nº 14.388/2022
CRÉDITO SUPLEMENTAR E OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

ÓRGÃO/UNIDADE		PROGRAMA DE TRABALHO	ND	FT	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
10.52	NITEROI EMPRESA DE LAZER E TURISMO - NELTUR	04.122.0145.4182	319094	100	400.000,00	-
16.72	FUNDO MUNICIPAL PARA ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS	08.244.0154.6169	339004	100	300.000,00	-
20.01	SEC MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	04.122.0145.4191	339030	100	20.000,00	-
20.01	SEC MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	04.122.0145.4191	339039	100	20.000,00	-
22.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE	04.122.0145.4191	339014	100	22.687,92	-
22.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE	04.122.0145.4191	339033	100	19.520,58	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.122.0145.4955	339047	100	9.458,00	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.122.0145.0950	339046	100	64.185,00	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.122.0145.0950	339049	100	35.640,00	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.122.0145.4955	319004	100	1.050.862,62	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.122.0145.4955	319013	100	252.213,33	-
73.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL E GEOTECNIA	04.122.0145.4191	339014	100	80.000,00	-
81.01	SECRETARIA MUNICIPAL DO CLIMA	04.122.0145.4191	339033	100	2.353,11	-

24.01	ENC FINANC DO MUNICIPIO- REC SOB SUPERVISAO DA SMF	28.843.0900.4190	329022	100	-	2.276.920,56
TOTAL DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS						2.276.920,56

NOTA:
FONTE 100 – ORDINÁRIOS PROVENIENTES DE IMPOSTOS
Portarias

Port. nº 481/2022 - Considera exonerada, a contar de 02/05/2022, **RENATA DE FREITAS LUIZ DESMARAI**s do cargo de Assessor A, CC-1, do Gabinete do Prefeito, por ter sido nomeada para cargo incompatível.

Port. nº 482/2022 - Considera nomeado, a contar de 02/05/2022, **GUILHERME QUEIROZ ALVEZ** para exercer o cargo de Assessor A, CC-1, do Gabinete do Prefeito, em vaga decorrente da exoneração de Renata de Freitas Luiz Desmarais, acrescido das gratificações previstas na CI nº 01/09.

Port. nº 483/2022 - Considera exonerado, a pedido, a contar de 06/05/2022, **JOAO MARCOS NOGUEIRA GODOY MATOS** do cargo de Encarregado A, CC-4, da Secretaria Municipal de Saúde.

Port. nº 484/2022 - Considera nomeado, a contar de 06/05/2022, **TIAGO BITTENCOURT DE REZENDE** para exercer o cargo de Encarregado A, CC-4, da Secretaria Municipal de Saúde, em vaga decorrente da exoneração de Joao Marcos Nogueira Godoy Matos, acrescido das gratificações previstas na CI nº 01/09.

Port. nº 485/2022 - Torna insubsistente a Portaria nº 451/2022, publicada em 07 de maio de 2022.

Port. nº 486/2022 - Considera nomeada, a contar de 06/05/2022, **THAIS BRUNO VIANA** para exercer o cargo de Chefe do Departamento Judicial e de Contencioso, FMS-4, da Superintendência de Ações Jurídicas, da Fundação Municipal de Saúde, em vaga da exoneração de Érica Lima Teixeira Neves.

Port. nº 487/2022 - Considera exonerada, a pedido, a contar de 29/04/2022, **SUELEN TRINDADE MEDEIROS** do cargo de Chefe do Departamento de Direitos Pessoais e Trabalhistas, FMS-4, da Superintendência de Ações Jurídicas, da Fundação Municipal de Saúde.

Port. nº 488/2022 - Considera nomeada, a contar de 02/05/2022, **MAITÊ CRUZ ALMEIDA** para exercer o cargo de Chefe do Departamento de Direitos Pessoais e Trabalhistas, FMS-4, da Superintendência de Ações Jurídicas, da Fundação Municipal de Saúde, em vaga da exoneração de Suelen Trindade Medeiros.

Port. nº 489/2022 - Exonera, a pedido, **WELLINGTON CORREIA DA CUNHA** do cargo de Assessor C, CC-3, da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Port. nº 490/2022 – Nomeia **WAGNER ROMERO ALVES MONTEIRO** para exercer o cargo de Assessor C, CC-3, CC-3, da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, em vaga da exoneração de **Wellington Correia da Cunha**, acrescido das gratificações previstas na CI nº 01/09.

SECRETARIA EXECUTIVA
EXTRATO Nº 013/2022

Em conformidade com o Processo nº 180000147/2022, abaixo referenciado, AUTORIZO a compra por dispensa de licitação, nos seguintes termos: **INSTRUMENTO:** Compra direta de Frigobar. **PARTES:** MUNICIPIO DE NITERÓI, por intermédio da Secretaria Executiva, e a empresa ANUBIS INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ.33.746.475/0001-80; **OBJETO:** 01 Frigobar; **VALOR:** R\$1.799,00 (mil setecentos e noventa e nove reais); Nota de Empenho nº 000664; **FUNDAMENTO:** artigo 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93, despachos contidos no processo nº 180000147/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Atos do Secretário

PORT. Nº 1206/2022 - Designar, a servidora **GRACE RIBEIRO NESSERALA**, matrícula nº 1245.955-0 para integrar a Comissão de Ética e Integridade desta Secretaria Municipal de Administração.

PORT. Nº 1205/2022 - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1889/2021 – Processo nº 020/006340/2021.

PORT. Nº 1204/2022 - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1874/2021 – Processo nº 020/006353/2021.

PORT. Nº 1203/2022 - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1875/2021 – Processo nº 020/006360/2021.

PORT. Nº 1202/2022 - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1876/2021 – Processo nº 020/006361/2021.

PORT. Nº 1201/2022 - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1877/2021 – Processo nº 020/006362/2021.

PORT. Nº 1200/2022 - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1878/2021 – Processo nº 020/006363/2021.

PORT. Nº 1199/2022 - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1879/2021 – Processo nº 020/006364/2021.

PORT. Nº 1198/2022 - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1880/2021 – Processo nº 020/006365/2021.

PORT. Nº 1197/2022 - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1881/2021 – Processo nº 020/006366/2021.

PORT. Nº 1196/2022 - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1882/2021 – Processo nº 020/006367/2021.

PORT. Nº 1190/2022 - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1883/2021 – Processo nº 020/006386/2021.

PORT. Nº 1191/2022 - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1884/2021 – Processo nº 020/006387/2021.

PORTARIA Nº 1192/2022 - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1885/2021 – Processo nº 020/006388/2021.

PORT. Nº 1193/2022 - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1886/2021 – Processo nº 020/006389/2021.

PORT. Nº 1194/2022 - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1887/2021 – Processo nº 020/006390/2021.

PORT. Nº 1195/2022 - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 1888/2021 – Processo nº 020/006391/2021.

Despachos do Secretário

Auxílio Transporte – Deferido – 130/2099/2021

Pagamento de férias não gozadas – Deferido – 70/1024/2021

Solicitação – Indeferido – 70/1967/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

ATOS DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES – CC

EDITAL

O setor de cartório da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói torna público, a pedido do conselho de contribuintes, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) aos contribuintes abaixo mencionado por não terem sido localizados nos endereços cadastrados nesta secretaria, ficando os mesmos notificados de que as cópias dos pareceres que fundamentaram decisão estão à disposição dos contribuintes no setor cartório da secretaria municipal de fazenda, na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
030/021425/2018	6263-8 e 263185-1	CYNTHIA FLAVIA FELIPPE	640.290.007-97
030/028342/2018	209883-8	VICTOR MELLO IGREJAS	112.516.757-27
030/000518/2019	30715-7	MAYARA LIMA MOREIRA MOL	137.863.327-03
030/012075/2019	17814-5	FRANCISCO BARREIROS XAVIER	421.923.907-34
030/006590/2020	165311-2	ANA CLARICE CESÁRIO BAPTISTA	791.414.207.72
030/004019/2020	42640-3	MARCOS ANTÔNIO DA SILVA RIBEIRO	675.919.657.00
030/022805/2019	04553-4	ELIZABETH TERTO DOS SANTOS	619.180.837.20
030/016454/2019	65065-5, 65064-8 e 65066-3	ENRICO CALVETTE CONTI	116.611.387.64
030/009856/2019	151767-1	MAURICIO DE SOUZA LEÃO	781.905.927.34

ATOS DO COORDENADOR DE TRIBUTAÇÃO – DETRI

EDITAL

O setor de cartório da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado da improcedência da impugnação, mantendo ao auto de infração de nº 56161 na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
030/013623/2019	300433-0	MGC BRASIL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	09.425.737/0001-20

EDITAL

O setor de cartório da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, as devoluções das correspondências enviadas por aviso de recebimento (AR) aos contribuintes abaixo mencionado por não terem sido localizados nos endereços cadastrados nesta secretaria, ficando os mesmos notificados das exigências nos autos de infração nas respectivas inscrições municipais, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
030/021992/2018	137359-6	J.P. OLIVEIRA GOMES PROJ. E ARQUITETURA LTDA	09.181.714/0001-18
030/022871/2018	127424-7	J.P. OLIVEIRA GOMES PROJ. E ARQUITETURA LTDA	07.299.244/0001-66
030/022003/2018	13739-6	J.P. OLIVEIRA GOMES PROJ. E ARQUITETURA LTDA	07.299.244/0001-66

EDITAL

O setor de cartório da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, as devoluções das correspondências enviadas por aviso de recebimento (AR) aos contribuintes abaixo mencionados por não terem sido localizados nos endereços cadastrados nesta secretaria, ficando os mesmos notificados do julgamento improcedente a impugnação nas respectivas inscrições municipais, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
030/033810/2019	162534-2	DONNA GANIMI STUDIO DE BELEZA EIRELI	17.126.119/0001-08
030/024243/2019	301109-3	G. S. MOURA BELEZA DE ESTÉTICA - ME	22.210.589/0001-95
030/013624/2019	300433-0	MGC BRASIL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	09.425.737/0001-20

EDITAL

O setor de cartório da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, as devoluções das correspondências enviadas por aviso de recebimento (AR) aos contribuintes abaixo mencionados por não terem sido localizados nos endereços cadastrados nesta secretaria, ficando os mesmos notificados do deferimento em parte da renovação de isenção do IPTU, apenas a parte titularizada pela requerente 50% (do imóvel) nas respectivas inscrições municipais, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
030/016384/2019	11161-7	ALBA ALVES	300.717.717-00
030/015722/2019	124037-3	ELZA AVENDANA NUNES	014.213.297-78

EDITAL

O setor de cartório da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do deferimento de isenção do IPTU, para os anos de 2020 a 2022 na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
030/016322/2019	262032-6	JOÃO LUIZ DOS SANTOS	452.678.207-68

ATOS DO COORDENADOR DE TRIBUTAÇÃO – DETRI

EDITAL

O setor de cartório da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do deferimento em parte do pedido de renovação da isenção do IPTU, apenas a parte titularizada pela requerente (50% do imóvel) na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
030/017644/2019	020436-2	DIREU DE SOUZA	174.773.287-72

EDITAL

O setor de cartório da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do deferimento da impugnação com cancelamento do auto de infração nº 56389 na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
030/019199/2019	154015-2	K.J. ENGENHARIA LTDA	29.416.658/0001-60

EDITAL

O setor de cartório da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, as devoluções das correspondências enviadas por aviso de recebimento (AR) aos contribuintes abaixo mencionados por não terem sido localizados nos endereços cadastrados nesta secretaria, ficando os mesmos notificados do deferimento do pedido de isenção do IPTU para os exercícios de 2020 a 2022 na respectivas inscrições municipais, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
030/001100/2020	211384-3	UBIRATAN RIBEIRO DO NASCIMENTO	077.933.937-16
030/021131/2019	262033-4	VERA LÚCIA PEREIRA DA SILVA	018.905.587-10

EDITAL

O setor de cartório da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado que foi julgado parcialmente procedente o auto de infração na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
030/024245/2019	301109-3	G.S. MOURA BELEZA E ESTÉTICA - ME	22.210.589/0001-95

EDITAL

O setor de cartório da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado que foi julgado improcedente, mantendo o lançamento na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
030/024696/2019	10837-4	MAURO VIEIRA DE MENEZES SILVA	502.646.057-72

EDITAL

O setor de cartório da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do deferimento do pedido de isenção do IPTU, apenas a parte titularizada pela requerente (50% do imóvel) para os anos de 2020 a 2022 na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
030/025265/2019	261072-3	MARIA HELENA DOS SANTOS FRANÇA	942.280.007-20

EDITAL

O setor de cartório da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói tornar público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado que foi julgado improcedente o recurso de baixa de débitos do TCIL na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
030/026045/2019	005379-3	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	28.523.215/0001-06

EDITAL

O setor de cartório da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói tornar público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado das exigências na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
030/026407/2019	4061-8	ASSOCIAÇÃO DA IGREJA METODISTA - 7ª REGIÃO	23.416.412/0103-37

ATOS DA DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - DEPAT

EDITAL

O setor de cartório da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de administração tributária, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do indeferimento da baixa de débito na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
030/020747/2019	301000-3	ERICK R. DA SILVA BAR E RESTAURANTE -ME	20.445.218/0001-67

ATOS DO SUBSECRETÁRIO DA RECEITA - SUREM

EDITAL

O setor de cartório da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói torna público, a pedido da subsecretaria da receita, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do não conhecimento do recurso administrativo da renovação da isenção de IPTU na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
030/017646/2019	058833-5	MARIA CLARA DE JESUS SANTOS	038.795.687.58

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido da subsecretaria da receita, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado da improcedência do recurso administrativo mantendo a decisão proferida em primeira instância na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
030/025784/2019	151790-3	CENTRO ESPIRITA CASA DE THIAGO E LAR H. CASA DAS MENINAS	30.110.415/0001-89

ATOS DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LANÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- DEFIS

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de lançamento e fiscalização, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado que o recurso foi negado provimento na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
030/023491/2019	043315-1	M E C ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	11.514.156/0001-07

ATOS DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES – CC

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do Conselho de Contribuintes, as devoluções das correspondências enviadas por aviso de recebimento (AR) aos contribuintes abaixo mencionados por não terem sido localizados nos endereços cadastrados nesta secretaria, ficando os mesmos notificados que as cópias dos pareceres que fundamentaram a decisão estão à disposição do contribuinte no setor cartório da secretaria municipal de fazenda na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
030/022609/2019	159466-2	ESPAÇO CHARMY INST. DE BELEZA LTDA	15.251.938/0001-51
030/023219/2019	28664-1	RAFAEL DAVID ESCOBAR	414.761.747-68
030/025624/2019	217005-8	CTX ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA	12.616.308/0001-45
030/010977/2020	145210-1	RAFAEL CARVALHO BECKEMANN	120.088.017-05
030/006286/2020	256242-9	JOSÉ NILTON DA S. JUNIOR	055.659.707-92
030/000623/2020	46980-9	SARA BIZZO BRUM BARROS	135.292.657-13
030/026637/2019	200870-4	LEANDRO MAIA VAZ	015.742.917-26
030/002214/2019	219387-8	MATHEUS NORONHA ZANARDI	017.468.087-21

ATOS DO COORDENADOR DE IPTU - CIPTU

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido da coordenação do CIPTU, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado da exigência no pedido de demanda externa não requisitória na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/028293/2019	174862-3	WALDINEIA DE FREITAS GOMES	873.176.057-00

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do coordenador de IPTU, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do indeferimento na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/028321/2019	5340-5	PAVEL LAVRENTHIV GRASS	013.825.910-04

ATOS DO COORDENADOR DE TRIBUTAÇÃO – DETRI

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do deferimento para os anos de 2020 a 2024 na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/000424/2020	105733-0	CLUBE LIBANO FLUMINENSE	29.202.892/0001-95

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do deferimento parcial da impugnação ao lançamento complementar na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/000562/2020	167205-4	ARY TOFFANO DE AZEVEDO	413.680.107-68

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, as devoluções das correspondências enviadas por aviso de recebimento (AR) aos contribuintes abaixo mencionados por não terem sido localizados nos endereços cadastrados nesta secretaria, ficando os mesmos notificados do deferimento da isenção do IPTU, para os anos de 2020 a 2023 na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/001898/2020	211436-1	MARCILEI FERNANDES	000.010.397-76
030/002153/2020	211383-5	ANA MARIA DO NASCIMENTO	284.872.497-87

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta Secretaria, ficando o mesmo notificado do deferimento da isenção para o ano 2020 na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/002079/2020	216539-7	MANOELINA DE FÁTIMA NETO	458.844.397-68

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do deferimento da isenção do IPTU, para os exercícios de 2020 a 2025 na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/002188/2020	188128-3	JURUJUBA IATE CLUBE	28.540.805/0001-47

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do deferimento da isenção para os anos de 2020 a 2024 na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	NOME	CPF/CNPJ
030/002655/2020	JOSÉ LOURENÇO DOS SANTOS	622.126.307-78

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do deferimento da isenção do IPTU, apenas a parte titularizada pela requerente (50% do imóvel) na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/002840/2020	82645-3	MAGALI MONTEIRO FERREIRA	355.166.077-87

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do deferimento parcial do IPTU (1/3 do valor do imposto) para os anos de 2021 a 2023 na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/003772/2020	38661-5	ELIZABETH COSTA PEREIRA	620.226.527-20

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do deferimento do pedido e reconhecimento imunidade de imposto com eficácia a partir de 05 de julho de 2005 (data da aquisição) na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/008288/2020	109323-6	ASSOCIAÇÃO DA IGREJA METODISTA - 7ª REGIAO	23.416.412/0001-02

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, as devoluções das correspondências enviadas por aviso de recebimento (AR) aos contribuintes abaixo mencionados por não terem sido localizados nos endereços cadastrados nesta secretaria, ficando os mesmos notificados do indeferimento no pedido de reconhecimento de não incidência do ITBI nas respectivas inscrições municipais, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/004071/2021	252429-6	ANLE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	29.880.259/0001-56
030/008336/2020	CGM 469376	CELSE PAULO PEREIRA DOS SANTOS	458.441.867-53

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do deferimento parcial (16%), para os anos de 2021 a 2023 na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/008804/2020	40919-3	MARIA DA GLÓRIA SILVA DA CONCEIÇÃO	517.685.857-68

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado da improcedência da impugnação na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/013109/2020	154698-5	EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA	04.028.583/0002-09

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do deferimento da parte titularizada pela requerente (50% do imóvel) para os anos de 2021 a 2023 na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/016007/2020	188263-8	JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS	222.138.727-91

ATOS DO COORDENADOR DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA – COCAD

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido da coordenação de cobrança administrativa, as devoluções das correspondências enviadas por aviso de recebimento (AR) aos contribuintes abaixo mencionados por não terem sido localizados nos endereços cadastrados nesta secretaria, ficando os mesmos notificados de autorizarem transferências de créditos nas respectivas inscrições municipais, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/000257/2021	109236-0	OSWALDO BALBINO DOS SANTOS	
030/012836/2020	CGM 664169	NILCEA SABINO DA SILVA	018.848.207-51

ATOS DA DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - DEPAT

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de administração tributária, as devoluções das correspondências enviadas por aviso de recebimento (AR) aos contribuintes abaixo mencionados por não terem sido localizados nos endereços cadastrados nesta secretaria, ficando os mesmos notificados do indeferimento no pedido de baixa de débito nas respectivas inscrições municipais, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/003564/2021	17036-5	SILVIO DA SILVA FIGUEIREDO	306.066.597-49
030/013432/2020	147801-5	CENTRO POLITERAPÉUTICO METODOS S/S LTDA	10.451.515/0001-61
030/005194/2020	117670-0	ASSOC. DOS MORADORES DE JURUJUBA	27.785.161/0001-94
030/000153/2020	189636-4	TELMA LÚCIA MARTINS GOMES	490.712.547-04

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de administração tributária, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado das exigências na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/004194/2020	CGM 127781	AUTO POSTO MASTER DO FONSECA LTDA	07.531.770/0001-00

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de Fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de administração tributária as devoluções das correspondências enviadas por aviso de recebimento (AR) aos contribuintes abaixo mencionados por não terem sido localizados nos endereços cadastrados nesta secretaria, ficando os mesmos notificados do indeferimento de restituição do ITBI nas respectivas inscrições municipais, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/013748/2020	252456-9	MYLENE MARIA GOMES C. BORGES	178.687.003-78
030/008045/2020	03746-5	DANILO SERGIO SOARES DE SOUZA	106.343.057-78

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói tornar público, a pedido do departamento de administração tributária, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do julgamento improcedente o recurso administrativo na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/009221/2020	128665-7	ADRIANO SANTOS DA COSTA	058.039.657-66

ATOS DO DIRETOR DE CADASTROS FISCAIS

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de cadastros fiscais, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado e que foi corrigido o período de sanção de não opção pelo simples

nacional na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/002953/2020	153147-4	LCGO LOCAÇÃO DE MAQ. E EQUIP. E TÉCNICA EIRELI - ME	08.254.408/0001-00

ATOS DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES – CC

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do conselho de contribuintes, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado da improcedência da impugnação mantendo o auto de infração na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/005744/2020	300750-0	SALÃO DE BELEZA NOVO VISUAL FASHION LTDA	23.720.723/0001-60

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do conselho de contribuintes, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) aos contribuintes abaixo mencionados por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado de que as cópias dos pareceres que fundamentaram decisão estão à disposição do contribuinte, no setor cartório da secretaria municipal de fazenda, na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/007774/2020	015210-8	GIOVANI BIASOTTO E S/M	173.325.087-53
030/008786/2020	164060-6	BARBARA MARCHI DE BARROS	018.522.277-37

ATOS DO SUBSECRETÁRIO DA RECEITA - SUREM

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido da subsecretaria da receita, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do não conhecimento do recurso administrativo do pedido de isenção do IPTU na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/016072/2020	34488-7	LUIZ CARLOS PIRES DE ARAÚJO	219.124.677-04

ATOS DO COORDENADOR DE TRIBUTAÇÃO – DETRI

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do deferimento da imunidade do IPTU na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/016552/2020	105517-7	SOCIEDADE BENEFICENTE SAGRADA FAMÍLIA	30.137.319/0001-24

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado de que sua impugnação foi julgada procedente na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/017662/2020	234137-8	JOÃO VICTOR GENTIL DE OLIVEIRA	128.052.327-12

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do não conhecimento da impugnação na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/017947/2020	300750-0	SALÃO DE BELEZA NOVO VISUAL FASHION LTDA	23.720.723/0001-60

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do julgamento improcedente da impugnação ao lançamento do IBTI na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/002883/2021	103361-2	VITOR BERNARDO DA SILVA	123.880.407-10

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do deferimento da isenção de IPTU até o exercício de 2021 na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/003091/2021	209030-6	DAYANA PORTUGAL DA SILVA	114.323.087-69

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, as devoluções das correspondências enviadas por aviso de recebimento (AR) aos contribuintes abaixo mencionados por

não terem sido localizados nos endereços cadastrados nesta secretaria, ficando os mesmos notificados do indeferimento mantendo o lançamento na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/006857/2021	250851-3	NEILA DE ARAUJO ROSA	458.627.967-20
030/006857/2021	250851-3	PAULO ROBERTO OLIVA JUNIOR	089.970.867-66

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de tributação, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado que já existe cadastro de imunidade tributária na respectiva inscrição municipal, mediante o presente Edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da Lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/007542/2021	129933-8	SOCIEDADE BENEFICENTE DA SAGRADA FAMÍLIA	30.147.319/0001-24

**ATOS DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LANÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO
- DEFIS**

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de lançamento e fiscalização, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado de que foi negado o provimento ao recurso de revisão de lançamento na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/001924/2021	165710-5	JOÃO BAPTISTA RODRIGUES	029.622.257-72

ATOS DA DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - DEPAT

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de administração tributária, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do indeferimento na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/002082/2021	301997-0	LM RAMALHO MULLER COM. VARJ. DE VEST. E ACESSÓRIOS LTDA	28.860.055/0001-90

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de administração tributária, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) aos contribuintes abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do deferimento parcial no pedido de restituição do IPTU na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/005719/2021	172086-1	THAÍS CAETANO DE MIRANDA FONSECA	115.970.837-12

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido do departamento de administração tributária, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) aos contribuintes abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do indeferimento no pedido de restituição de IPTU na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/016066/2021	61070-9	TELMARA ELOISA KIFFER VALENTE FERREIRA	077.172.937-57

ATOS DO COORDENADOR DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA - COCAD

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido da coordenação de cobrança administrativa, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado de autorizar transferência de crédito gerado por pagamento equivocado na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/002108/2021	300494-3	MAYLA KEZY SILVA TEIXEIRA	120.899.397-61

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido da coordenação de cobrança administrativa, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado de autorizar transferência de créditos na respectiva inscrição municipal mencionada, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME
030/012912/2021	76300-3	ERMELINDO DOS SANTOS

ATOS DO COORDENADOR DE IPTU - CIPTU

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido da coordenação de IPTU, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado da exigência do prazo de 10(dez) dias na respectiva inscrição municipal mencionada, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/012251/2021	48220-8	ROSEMARY DE SOUZA PEIXOTO COSTA	721.833.497-00

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido da coordenação do IPTU, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado das exigências na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/017150/2021	04583-4	ALOES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	68.626.183/0001-99
030/017149/2021	04583-6	ALOES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	68.626.183/0001-99
030/017148/2021	04583-5	ALOES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	68.626.183/0001-99
030/017147/2021	04583-7	ALOES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	68.626.183/0001-99

ATOS DO COORDENADOR DE IPTU - CIPTU

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido da coordenação do IPTU, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado da exigência na revisão de lançamento na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/017156/2021	045839	ALOES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	68.626.183/0001-99

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido da coordenação do IPTU, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado da exigência na impugnação de lançamento na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/017157/2021	04583-9	ALOES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	68.626.183/0001-99

ATOS DO COORDENADOR DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA – COCAD

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido da coordenação de cobrança administrativa, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado de autorizar transferência para matrícula correta na respectiva inscrição municipal, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME
030/018961/2021	106526-7	SÉRGIO BAPTISTA

ATOS DO COORDENADOR DO ITBI - CITBI

030/000200/2022 - “A coordenação de ITBI torna pública a notificação de lançamento de ofício de ITBI Nº 0001/2022, à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO CULTURAL - ADEC, CNPJ 31.886.922/0001-71 e CGM 1146302, visto que o contribuinte não foi localizado no endereço cadastrado, nos termos do art. 24, inciso IV e art. 25, inciso IV, todos da lei 3.368/2018. ”

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido da coordenação de ITBI, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado da improcedência da impugnação ao lançamento de ITBI na respectiva inscrição municipal mencionada, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/018516/2021	195172-2	PATRICIA CHAGAS CARBONE	073.279.067-03

ATOS DO COORDENADOR DO ISS E TAXAS - COISS

030/005271/2022 - “A coordenação de ISS e Taxas torna pública a intimação nº 11396, o auto de infração nº 60012 e a notificação nº 11395, referentes a empresa AXS AP COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 14.490.803/0001-86 e inscrição municipal de nº 158240-2, por conta de o contribuinte não ter sido localizado no endereço cadastrado e estar com sua inscrição municipal suspensa, nos termos do art. 24, inciso IV e art. 25 inciso IV c/c art. 63 todos da lei 3.368/2018. O interessado dispõe do prazo de 30 dias, a contar da cientificação, para impugnação. ”

ATOS DO SUBSECRETÁRIO DA RECEITA - SUREM

EDITAL

O setor de cartório da secretaria municipal de fazenda de Niterói torna público, a pedido da subsecretaria da receita, a devolução da correspondência enviada por aviso de recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta secretaria, ficando o mesmo notificado do indeferimento do pedido de isenção do IPTU e nego provimento ao recurso hierárquico na respectiva inscrição municipal mencionada, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei 3.368/18.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030/000641/2021	46367-9	INALDO MELLO DAMASCENO JUNIOR	815.351.397-49

CORRIGENDA

Na publicação do dia 12/02/2022 onde se lê:

ATOS DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES – CC

030/010848/2021 - MARCELLE PIMENTA DE FREITAS MENDONÇA.

030/010205/2021 - MAURO NEVES TORREÃO.

Inclua-se:

“PROCESSO: 030/026443/2017 - (Processo espelho 030/010848/2021) - MARCELLE PIMENTA DE FREITAS MENDONÇA. ”

“PROCESSO: 030/028589/2017 - (Processo espelho 030/010205/2021) - MAURO NEVES TORREÃO.”

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE

Atos do Subsecretário de Trânsito e Transportes

Portaria SMU/SSTT Nº 0216/2022.

O Subsecretário de Trânsito e Transportes da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, no cumprimento dos dispositivos do Art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 CTB e ainda o Decreto Municipal nº 13.889/2021.

Considerando o conteúdo nos autos do PA nº 180000750/2022, bem como o parecer de fls., 07 da NITTRANS.

RESOLVE:

Art. 1º- Instituir área de Embarque e Desembarque, na baía de reentrância em sentido longitudinal na Rua Francisco Portela, em frente ao nº 16, Largo da Barradas, Barreto, em direção a Rua Benjamin Constant, de 2ª a 6ª feira, das 07:00h às 17:00h.

Parágrafo Único: Fica proibido o estacionamento no horário estipulado para embarque e desembarque no logradouro indicado.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário,

Portaria SMU/SSTT Nº 0217/2022.

O Subsecretário de Trânsito e Transportes da Secretaria Municipal de Urbanismo, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 CTB e ainda o Decreto Municipal nº 13.889/2021.

Considerando o conteúdo nos autos do PA nº 530003155/2022, bem com o parecer de fls. 10 da NITTRANS.

RESOLVE:

Art. 1º- Instituir área de carga e descarga de obra na Rua Dr. Mário Souto, lado oposto ao nº 41, de 2ª a 6ª feira, das 07:00h às 17:00h, com validade até o término da obra.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA
Atos do Diretor de Fiscalização de Posturas.

Publicação 1123

O Diretor do Departamento de Fiscalização de Posturas torna público os autos de infração e as intimações abaixo:

- AUTO DE INFRAÇÃO Nº 5959 de 26/04/2022, ESPOLIO DE LINEU PANTALEÃO;
- AUTO DE INFRAÇÃO Nº 5958 de 26/04/2022, JOSÉ CARLOS COELHO;
- AUTO DE INFRAÇÃO Nº 5957 de 26/04/2022, DELFIM GOMES NETO;
- INTIMAÇÃO Nº 14405 de 29/04/2022, ESPÓLIO DE MARINO DE MATTOS GUIMAS;

- INTIMAÇÃO Nº 14098 de 26/04/2022, ESPÓLIO DE JOSÉ VELOSO.

nos termos do artigo 492 III c/c artigo 472 da lei 2624/08, em virtude dos contribuintes não terem sido localizados nos endereços alvos das diligências fiscais ou por recusarem-se a recebê-las.

Publicação 1025

O Diretor do Departamento de Fiscalização de Posturas torna as intimações abaixo:

- Intimação nº 014175 de 27/04/2022, CLEA PASSOS SILVA;
- Intimação nº 016380 de 29/04/2022, MARIA APARECIDA DE SOUZA SILVA;
- Intimação nº 013572 de 02/05/2022, EDUARDO DIAS DA SILVA.

nos termos do artigo 492 III c/c artigo 472 da lei 2624/08, em virtude dos contribuintes não terem sido localizados nos endereços alvos das diligências fiscais ou por recusarem-se a recebê-las.

Publicação 1126

- AUTO DE INFRAÇÃO Nº 4820 de 03/05/2022, LETICIA MARIA REZENDE MACIEL;

- AUTO DE INFRAÇÃO Nº 4818 de 03/05/2022, LUIS ANTONIO REZENDE MACIEL;

- AUTO DE INFRAÇÃO Nº 4819 de 03/05/2022, LEONARDO JOSÉ REZENDE MACIEL;

- AUTO DE INFRAÇÃO Nº 4821 de 03/05/2022, LIVIA MARIA REZENDE MACIEL;

- AUTO DE INFRAÇÃO Nº 4822 de 03/05/2022, LUCIO MARCOS REZENDE MACIEL.

nos termos do artigo 492 III c/c artigo 472 da lei 2624/08, em virtude dos contribuintes não terem sido localizados nos endereços alvos das diligências fiscais ou por recusarem-se a recebê-las.

Publicação 1127

- AUTO DE INFRAÇÃO Nº 4822 de 03/05/2022, LUCIO PAULO REZENDE MACIEL;

- AUTO DE INFRAÇÃO Nº 6076 de 07/01/2022, AUGUSTO SALADINO RODRIGUES;

- AUTO DE INFRAÇÃO Nº 4986 de 02/05/2022, EDUARDO DIAS DA SILVA;

- AUTO DE INFRAÇÃO Nº 5490 de 28/04/2022, D.G.S. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA;

- AUTO DE INFRAÇÃO Nº 5493 de 29/04/2022, S.G. DE SOUZA FLORICULTURA SERV. FUNERARIO.

nos termos do artigo 492 III c/c artigo 472 da lei 2624/08, em virtude dos contribuintes não terem sido localizados nos endereços alvos das diligências fiscais ou por recusarem-se a recebê-las.

Publicação 1124

Processo: 130/0869/2022

RIO TEVERE COMERCIO DE ATACADO E DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA

Decisão: Com base nas informações e legislações pertinentes, julgo **IMPROCEDENTE** o pedido de impugnação, mantendo o Auto de Infração nº4963.

Dispondo o Requerente de 30 (trinta) dias pra interpor Recurso em Segunda Instância.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

UNIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA REGIÃO OCEÂNICA SUSTENTÁVEL

Portaria SMO/UGP/CAF nº 009, de 12 de maio de 2022.

Altera a constituição das Comissões de Fiscalização de contratos executados pela Unidade de Gestão do Programa Região Oceânica Sustentável.

O Secretário de Obras e Infraestrutura, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que estabelece a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar Mariah da Silva Bessa da Costa – Matrícula EMUSA nº 2928 para substituir Luiz Martins Heckmaier – Matrícula EMUSA nº 43455 como fiscal dos contratos a seguir relacionados.

Contrato	Objeto	Contratada
SEPLAG/UGP/CAF Nº 002/2020	Construção e implantação da Infraestrutura Verde e da Recomposição Vegetal do Parque Orla Piratininga	Consórcio Orla Verde
SMO/UGP/CAF Nº 004/2021	Execução das obras de Urbanização e de Edificações do Parque Orla Piratininga	Construtora ZADAR Ltda

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Portaria SMO/UGP/CAF nº 008/2022, de 12 de maio de 2022.

Determina o retorno das atividades do Contrato SEPLAG nº 003/2020

O Secretário de Obras e Infraestrutura, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que estabelece a legislação em vigor.

Considerando a manifestação Comissão de Fiscalização do Contrato SEPLAG nº 003/2020, constante do processo 190/000340/2019

RESOLVE:

Art. 1º Determinar o retorno, a partir de 16/05/2022, do Contrato SEPLAG nº 003/2020, assinado com a empresa Construtora SÉRGIO PORTO Ltda, para a execução de Obra Pública de pavimentação, paisagismo e saneamento ambiental, na comunidade Vale Verde / Pé Preto.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Portaria SMO/UGP/CAF nº 010/2022, de 12 de maio de 2022.

Designa Fiscais do Contrato SMO/UGP/CAF nº 005/ 2022 – prestação de serviços de engenharia para a elaboração de Projeto Básico para estabilização estrutural do Túnel do Tibau.

O Secretário de Obras e Infraestrutura, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que estabelece a legislação em vigor, em conformidade com o Processo Administrativo nº 750/003662/2021, e tendo em vista o que estabelece a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores: Mariah da Silva Bessa da Costa – Matrícula EMUSA nº 2928 e Luiz Martins Heckmaier – Matrícula EMUSA nº 43455, como fiscais do Contrato SMO/UGP/CAF nº 005/2022 assinado com a REGEA Geologia, Engenharia e Estudos Ambientais Ltda, – para a prestação de serviços de engenharia para a elaboração de Projeto Básico para estabilização estrutural do Túnel do Tibau, contendo metodologia detalhada, estimativa de custo e prazo das obra e tudo demais concernente à etapa de Projeto Básico, especificados e quantificados no Termo de Referência, conforme Dispensa de Licitação - Processo Administrativo nº 750/003662/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

EXTRATO

Termo de Compromisso nº 017/2022 - que entre si fazem o MUNICÍPIO DE NITERÓI, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL, e do outro Associação de Triathlon Master do Rio de Janeiro, com intuito de realizar o evento esportivo Maratona de Niterói/2022 no dia 15/05/2022, no valor de R\$ 180.000,00(Cento e oitenta mil reais), que obedece a Termo de Compromisso nº 017/2022, Fundamento legal: caput do art.217 e seu inciso II, da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, art.253 e seguintes, Lei Federal nº 9.615/98, art. 2º, inciso V, art.3º inciso III, art. 56, art.116 e art.25 caput da Lei 8.666/93. Verba: Código de Despesa nº 3339041 do Programa de Trabalho nº 14.127.812.0137.6013 na Fonte 138, processo nº 230000036/2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Rescisão Contratual

Consideram-se rescindido o contrato abaixo relacionado, de acordo com o resultado do processo seletivo público Emergencial 2020 - Edital nº 01/2020, realizado por esta Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária do Município de Niterói.

Contrato	Contratado	Cargo	Data da Rescisão
085/2020	Natália de Sousa Rocha	Educadora Social	01/05/2022

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NITERÓI

Com base nos termos do artigo 204, inciso II, e artigo 227, parágrafo 7º da Constituição Federal; do artigo 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069/90, dos artigos 5º e 6º da Lei Municipal n.º 3361/2018, nos artigos 12, 15, 84, 149 e 194 da Lei Orgânica Municipal e nas Resoluções 105, 106 e 116 do CONANDA (Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente), o CMDCA Niterói DELIBERA:

DELIBERAÇÃO N.º: 310/2022 - Em Assembleia Ordinária do CMDCA Niterói, realizada no dia 05 de maio de 2022, em formato remoto, online, através do aplicativo Google Meet, em razão da pandemia pelo novo coronavírus, a plenária aprovou a arte da Campanha Leão Solidário FIA 2022.

DELIBERAÇÃO N.º: 308/2022 - Em Assembleia Ordinária do CMDCA Niterói, realizada no dia 05 de maio de 2022, em formato remoto, online, através do aplicativo Google Meet, em razão da pandemia pelo novo coronavírus, a plenária aprovou a ata da Reunião Ordinária do CMDCA do mês de abril de 2022.

DELIBERAÇÃO N.º: 312/2022 - Em Assembleia Ordinária do CMDCA Niterói, realizada no dia 05 de maio de 2022, em formato remoto, online, através do aplicativo Google Meet, em razão da pandemia pelo novo coronavírus, a plenária aprovou a realizar a atividade alusiva ao dia 18 de Maio – Dia Nacional de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em conjunto com as ações do ERIJAD e UFF, no evento “Ocupa Praça”, a ser realizado no dia 11 de maio de 2022, na Praça da República.

DELIBERAÇÃO N.º: 309/2022 - Em Assembleia Ordinária do CMDCA Niterói, realizada no dia 05 de maio de 2022, em formato remoto, online, através do aplicativo Google Meet, em razão da pandemia pelo novo coronavírus, a plenária aprovou a renovação de registro provisório pelo período de 01 ano, da entidade CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CIEE (156/06). Aprovou também, em caráter provisório, pelo período de 01 ano, os programas 156.13 – Estágio; 156.14 – Jovem Alerta; 156.16 – Programa Desenvolvendo Pessoas e 156.18 – Interação, sob o regime de apoio socioeducativo em meio aberto.

DELIBERAÇÃO N.º: 311/2022 - Em Assembleia Ordinária do CMDCA Niterói, realizada no dia 05 de maio de 2022, em formato remoto, online, através do aplicativo Google Meet, em razão da pandemia pelo novo coronavírus, a plenária aprovou, após apresentação e sugestões, o Plano Municipal Pela Primeira Infância.

**CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR DO MUNICÍPIO DE
NITERÓI – COMSEA
CORRIGENDA DO EDITAL COMSEA NITERÓI nº 01/2022, PUBLICADA EM 11 DE
MAIO/22**

Publica a corrigenda do Edital de eleição das/os conselheiras/os representantes da sociedade civil organizada no conselho de segurança alimentar do município de Niterói/COMSEA, aprovada pela assembleia geral ordinária do COMSEA Niterói, realizada em 06 de maio de 2022.

Onde se lê:

Art. 3º Os interessados em concorrer às vagas do referido edital deverão apresentar as seguintes documentações:

.....

§ 3º No caso de documentação faltante....

Leia-se:

Art. 3º Os interessados em concorrer às vagas do referido edital deverão apresentar as seguintes documentações:

.....

§3º “No caso de documentação pendente, a entidade terá até o dia 15 de junho de 2022, impreterivelmente, para apresentar os mesmos. Caso não haja apresentação das documentações em falta, a entidade não estará apta a ser eleita e terá sua candidatura impugnada.”

....

FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI – FESAÚDE

PORTARIA 118/2022 - A Diretora Geral da Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, no exercício de suas atribuições, conferidas pela Lei 3133 de 13 de abril de 2015, pelo artigo 18, § 1º, II, do Estatuto da FeSaúde e pela Portaria 1418/2019, resolve **designar Viviani Cristina Costa**, matr. 1149-5, Terapeuta Ocupacional, para exercer a Função Gratificada de Supervisor N II a partir de 12 de abril de 2022.

PORTARIA 71/2022 - A Diretora Geral da Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, no exercício de suas atribuições, conferidas pela Lei 3133 de 13 de abril de 2015, pelo artigo 18, § 1º, II, do Estatuto da FeSaúde e pela Portaria 1418/2019, resolve **NOMEAR Natália Gabry Chaves** para exercer o cargo de Assessor N II a partir de 5 de maio de 2022.

PORTARIA 70/2022 - A Diretora Geral da Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, no exercício de suas atribuições, conferidas pela Lei 3133 de 13 de abril de 2015, pelo artigo 18, § 1º, II, do Estatuto da FeSaúde e pela Portaria 1418/2019, resolve **NOMEAR Alex Yan da Costa Mendes** para exercer o cargo de Supervisor N II a partir de 5 de maio de 2022.

PORTARIA 113/2022 - A Diretora Geral da Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, no exercício de suas atribuições, conferidas pela Lei 3133 de 13 de abril de 2015, pelo artigo 15, § 1º, I, do Estatuto da FeSaúde e pela Portaria 1418/2019 resolve exonerar **Rhayssa Vilardo Falcundes**, matrícula nº 1075-8, do cargo de Assistente NIII, a contar de 03 de maio de 2022.

PORTARIA 112/2022 - A Diretora Geral da Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, no exercício de suas atribuições, conferidas pela Lei 3133 de 13 de abril de 2015, pelo artigo 18, § 1º, II, do Estatuto da FeSaúde e pela Portaria 1418/2019 resolve exonerar **Stéphany Walk de Araujo Martins**, matrícula nº 1101-0, do cargo de Coordenadora NI, a contar de 02 de maio de 2022.

PORTARIA 114/2022 - A Diretora Geral da Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, no exercício de suas atribuições, conferidas pela Lei 3133 de 13 de abril de 2015, pelo artigo 18, § 1º, II, do Estatuto da FeSaúde e pela Portaria 1418/2019 resolve exonerar **Luiza Moreira Grisolia**, matrícula nº 1063-4, do cargo de Coordenadora NII, a contar de 02 de maio de 2022.

PORTARIA 115/2022 - A Diretora Geral da Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, no exercício de suas atribuições, conferidas pela Lei 3133 de 13 de abril de 2015, pelo artigo 18, § 1º, II, do Estatuto da FeSaúde e pela Portaria 1418/2019 resolve exonerar **Telma Regina Lemos Ferreira**, matrícula nº 1039-1, do cargo de Gerente NII, a contar de 03 de maio de 2022.

PORTARIA 117/2022 - A Diretora Geral da Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, no exercício de suas atribuições, conferidas pela Lei 3133 de 13 de abril de 2015, pelo artigo 18, § 1º, II, do Estatuto da FeSaúde e pela Portaria 1418/2019, resolve nomear **Ronny Peterson Lourenço** para exercer o cargo de Coordenador NII, a partir de 02 de maio de 2022.

PORTARIA 111/2022 - A Diretora Geral da Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, no exercício de suas atribuições, conferidas pela Lei 3133 de 13 de abril de 2015, pelo artigo 18, § 1º, II, do Estatuto da FeSaúde e pela Portaria 1418/2019, resolve nomear **Filipe Abram Bittencourt Mizrahi** para exercer o cargo de Assessor N - II, a partir de 03 de maio de 2022.

PORTARIA 116/2022 - A Diretora Geral da Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, no exercício de suas atribuições, conferidas pela Lei 3133 de 13 de abril de 2015, pelo artigo 18, § 1º, II, do Estatuto da FeSaúde e pela Portaria 1418/2019, resolve nomear **Filipe Cortes Macario** para exercer o cargo de Gerente N - II, a partir de 03 de maio de 2022.

PORTARIA 108/2022 - A Diretora Geral da Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, no exercício de suas atribuições, conferidas pela Lei 3133 de 13 de abril de 2015, pelo artigo 18, § 1º, II, do Estatuto da FeSaúde e pela Portaria 1418/2019 resolve exonerar **Ronny Peterson Lourenço**, matrícula nº 1066-9, do cargo de Supervisor N III, a contar de 02 de maio de 2022.

PORTARIA 109/2022 - A Diretora Geral da Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, no exercício de suas atribuições, conferidas pela Lei 3133 de 13 de abril de 2015, pelo artigo 18, § 1º, II, do Estatuto da FeSaúde e pela Portaria 1418/2019 resolve exonerar **Filipe Abram Bittencourt Mizrahi**, matrícula nº 1018-9, do cargo de Assistente NII, a contar de 03 de maio de 2022.

PORTARIA 110/2022 - A Diretora Geral da Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, no exercício de suas atribuições, conferidas pela Lei 3133 de 13 de abril de 2015, pelo artigo 18, § 1º, II, do Estatuto da FeSaúde e pela Portaria 1418/2019 resolve exonerar **Filipe Cortes Macario**, matrícula nº 1038-3, do cargo de Assessor NII, a contar de 03 de maio de 2022.

NITERÓI PREV

Despacho do Presidente

Processo administrativo nº 310001109/2022 - **INDEFERIDO**.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Portaria FMS/FGA nº 550/2022 - Considerando a Portaria nº 406/2022 publicada em 18/02/2022 que institui a comissão especial para análise da concessão dos adicionais de insalubridade, em especial para os novos servidores aprovados no v concurso público da FMS, designa seus membros e dá outras providências e em seu Art. 2º, que designa para compor a Comissão Especial para Análise da Concessão do Adicional de Insalubridade, os servidores abaixo relacionados: I- Eduardo Santos Knust – matrícula 436.197-8; II- Marcelo Ribeiro Dias – matrícula 435.776-0 e III- Luiz Henrique Caracciolo Costa – matrícula 433.168-2;
O Presidente da Fundação Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista delegação de competência que lhe confere o Decreto 6.150/91,

RESOLVE:

Art. 1º - Acrescenta-se a servidora abaixo elencada para na referida comissão:

I- Rosane Guanabara Ineco – matrícula 435.776.

PORTARIA FMS/FGA Nº 548/2022 - Dispensar, a contar de 01/05/2022, **CYNTIA DA SILVA MATTAR**, da gratificação equivalente ao símbolo **FMS-6/SUS**, da função de **Chefe do Centro de Convivência da Região Norte**, da Vice-Presidência de Atenção Coletiva, Ambulatorial e de Família, da Fundação Municipal de Saúde.

PORTARIA FMS/FGA Nº 549/2022 - Atribuir, a contar de 01/05/2022, a **CAMILA DONNOLA VASCONCELLOS**, a gratificação equivalente ao símbolo **FMS-6/SUS**, na função de **Chefe do Centro de Convivência da Região Norte**, da Vice-Presidência de Atenção Coletiva, Ambulatorial e de Família, da Fundação Municipal de Saúde, em vaga decorrente da dispensa de **Cyntia da Silva Mattar**.

Portaria FMS/FGA nº 551/2022 - Art. 1º Nomeia a Comissão de Licitação para realização do **PREGÃO ELETRÔNICO** com vistas à aquisição de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica, pelo CONLESTE, com os seguintes membros:

- Pregoeiro: Maria de Fátima Almeida de Figueiredo Junger – mat. 437.306-4;
- Apoio: Mateus Borges Torres – mat. 437.626;
- Apoio: Bianca Rockert Palhano – mat. 435.436-1;
- Apoio: Claudio Alexandre F. G. de Oliveira – mat. 437.001-1.

Art. 2º A Comissão conduzirá o processo licitatório em questão, desde a elaboração dos editais, análise e julgamento de documentação e propostas, consultas cadastrais e diversas, atos convocatórios, recursos e os demais procedimentos pertinentes à **COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO**.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA FMS/FGA Nº 552/2022 - Dispensar, a contar de 06/05/2022, **THAIS BRUNO VIANA**, da gratificação equivalente ao símbolo **FMS-8/SUS**, da função de **Assessor**, da Presidência, da Fundação Municipal de Saúde.

PORTARIA FMS/FGA Nº 553/2022 - Atribuir, a contar de 06/05/2022, a **JOÃO MARCOS NOGUEIRA GODOY MATOS**, a gratificação equivalente ao símbolo **FMS-8/SUS**, na função de **Assessor**, da Presidência, da Fundação Municipal de Saúde, em vaga decorrente da dispensa de **Thais Bruno Viana**.

PORTARIA FMS/FGA Nº 554/2022 - Dispensar, a contar de 01/05/2022, **ZULENE MACHADO GOMES DE OLIVEIRA**, da gratificação equivalente ao símbolo **FMS-8/SUS**, da função de **Assistente Administrativo**, da Assessoria de Planejamento, da Fundação Municipal de Saúde.

PORTARIA FMS/FGA Nº 555/2022 - Atribuir, a contar de 01/05/2022, a **TIAGO CRESPO PAULA**, a gratificação equivalente ao símbolo **FMS-8/SUS**, na função de **Assistente Administrativo**, da Assessoria de Planejamento, da Fundação Municipal de Saúde.

EXTRATO N.º: 78/2022

INSTRUMENTO: Termo Aditivo n.º 31/2022; **PARTES:** Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Hospital Oceânico Ltda. **PARTES QUE ASSINARAM O INSTRUMENTO:** Rodrigo Alves Torres Oliveira, Elysio Alves Balbino Filho e José Carlos Muniz da Silva. **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a renovação do prazo de vigência do Contrato de Locação n.º 19/2021, cujo objeto consiste na locação do Hospital Oceânico Ltda., imóvel localizado na Avenida Doutor Raul de Oliveira Rodrigues, n.º 382, Piratininga, Niterói/RJ, com matrícula no RGI de Niterói sob o n.º 29.161-A, e do imóvel situado na frente do referido Hospital, localizado na Avenida Raul de Oliveira Rodrigues, Lote 12, Quadra 194, com matrícula no RGI de Niterói sob o n.º 19.260-A. **VALOR TOTAL:** R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais). **VERBA:** Programa de Trabalho n.º 2543.10.302.0151.6182, Código de Despesa n.º 33.90.39.00, Fonte n.º 138, Nota de Empenho n.º 000326/2022. **FUNDAMENTO:** Lei n.º 8.666/93, Lei n.º 8.245/91, bem como o processo administrativo n.º 200/2232/2021. **ASSINATURA:** 10 de maio de 2022.

EXTRATO N.º: 79/2022.

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas n.º 07/2022. **PARTES:** Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Espaço Serviços Especializados Ltda. **PARTES QUE ASSINARAM O INSTRUMENTO:** Rodrigo Alves Torres Oliveira e Sérgio José dos Santos. **OBJETO:** Constitui objeto deste Termo de Ajuste de Contas o pagamento à **ESPAÇO** pela prestação de serviços de limpeza, desinfecção e higienização, tratamento de pisos, desinsetização e desratização, limpeza e desinfecção de caixas d'água com realização de potabilidade, limpeza, higienização e desinfecção de ambulâncias da FMS, no período de fevereiro de 2022. **VALOR:** R\$ 1.373.768,58 (um milhão trezentos e setenta e três mil setecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos). **VERBA:** Programa de Trabalho n.º 2543.10.302.0133.6170, Código de Despesa n.º 33.90.37.00, Fonte n.º 138, Nota de Empenho n.º 00336/2022. **FUNDAMENTO:** Lei n.º 8.666/93, bem como o processo administrativo n.º 200/4033/2022. **ASSINATURA:** 06 de maio de 2022.

VICE-PRESIDÊNCIA DE ATENÇÃO COLETIVA, AMBULATORIAL E DA FAMÍLIA
Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses

O Chefe do departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses no uso de suas atribuições legais e tendo a delegação de competência das ações de Vigilância Sanitária conferidas pela Lei 2564/08 que dispõe sobre o código Sanitário do Município de Niterói, resolve conceder:

PUBLICAÇÃO – CI 51

Hefesto Consultoria e Projetos Ltda. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Infração n.º 4146, referente ao Processo n.º 200015073/2017, sendo a penalidade de MULTA.

F C Gestão de Serviços Médicos Eireli. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Infração nº 0060, referente ao Processo nº 200007920/2021, sendo a penalidade de MULTA.

Sergio Magno de Oliveira Givigi ME. Ficou decidido a Penalidade de MULTA, referente ao Auto de Infração nº 0502 e Processo nº 200000304/2021.

F C Gestão de Serviços Médicos Eireli. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Infração nº 0059, referente ao Processo nº 200007919/2021, sendo a penalidade de MULTA.

Placon Planejamento Construção e Incorporação. Ficou decidido a Penalidade de MULTA, referente ao Auto de Infração nº 2777 e Processo nº 200011590/2021.

Sylvio da Silva Soares Junior. Ficou decidido a Penalidade de MULTA, referente ao Auto de Infração nº 2771 e Processo nº 200011568/2021.

IMMI Imobiliária Mercantil e Industrial Ltda. Ficou decidido a Penalidade de MULTA, referente ao Auto de Infração nº 2772 e Processo nº 200011569/2021.

Orlando Mauricio Soares Capri. Ficou decidido a Penalidade de MULTA, referente ao Auto de Infração nº 2775 e Processo nº 200011572/2021.

Adriana Sayão Araujo. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Infração nº 1217, referente ao Processo nº 200013169/2017, sendo a penalidade de MULTA.

Adriana Sayão Araujo. Ficou decidido o DEFERIMENTO do recurso do Auto de Multa nº 4925, referente ao Processo nº 200009656/2019, sendo a penalidade de ADVERTÊNCIA.

Erica Simone Coelho Ferreira. Ficou decidido a Penalidade de MULTA, referente ao Auto de Infração nº 2400 e Processo nº 200012474/2019.

Erica Simone Coelho Ferreira. Deixou de receber o Termo de Advertência, referente ao Auto de Infração nº 2400 e Processo nº 200012474/2019.

Virtual Produtos Farmacêuticos Eireli EPP. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Infração nº 0302, referente ao Processo nº 200012960/2021, sendo a penalidade de MULTA.

Majô Salão de Beleza Ltda ME. Ficou decidido o CANCELAMENTO do Auto de Multa nº 4910, referente ao Processo nº 200011686/2019.

ME Clínica de Beleza e Estética Ltda. Ficou decidido o CANCELAMENTO do Auto de Infração nº 3010, referente ao Processo nº 200013396/2021.

Rigon Chic Salão de Beleza Ltda EPP. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Infração nº 3756, referente ao Processo nº 200011324/2021, sendo a penalidade de MULTA.

Univida Saúde Empresarial e Domiciliar Ltda. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Infração nº 0082, referente ao Processo nº 200012847/2021, sendo a penalidade de MULTA.

TGL Anestesiologia e Cirurgia Ltda. Ficou decidido o CANCELAMENTO do Auto de Infração nº 0982, referente ao Processo nº 200013443/2021.

Casa de Repouso Quatro Estações Ltda ME. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Infração nº 3714, referente ao Processo nº 200005737/2021, sendo a penalidade de MULTA.

Casa de Repouso Quatro Estações Ltda. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Infração nº 3715, referente ao Processo nº 200005739/2021, sendo a penalidade de MULTA.

Fundação Brasileira de Educação FUBRAE. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Infração nº 1649, referente ao Processo nº 200002328/2022, sendo a penalidade de MULTA.

Sistema Educacional Cem. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Infração nº 1647, referente ao Processo nº 200002331/2022, sendo a penalidade de MULTA.

Sistema Educacional Cem. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Infração nº 1648, referente ao Processo nº 200002330/2022, sendo a penalidade de MULTA.

Farmácia Santa Maria de Niterói Ltda ME. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Infração nº 0259, referente ao Processo nº 200013458/2021, sendo a penalidade de MULTA.

Farmácia Santa Maria de Niterói Ltda ME. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Infração nº 0136, referente ao Processo nº 200013459/2021, sendo a penalidade de MULTA.

Audioton Aparelhos Auditivos Ltda. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Infração nº 0110, referente ao Processo nº 200006627/2021, sendo a penalidade de MULTA.

Master Jardim e Esporte Ltda EPP. Ficou decidido o CANCELAMENTO do Auto de Infração nº 3729, referente ao Processo nº 200011667/2021.

Aliança S/A Indústria Naval e Empresa de Navegação. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Infração nº 0083, referente ao Processo nº 200012921/2021, sendo a penalidade de MULTA.

Casa de Repouso Quatro Estações Ltda ME. Ficou decidido o CANCELAMENTO do Auto de Infração nº 3713, referente ao Processo nº 200005740/2021.

HNT Chicken. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Infração nº 1655, referente ao Processo nº 200012924/2021, sendo a penalidade de MULTA.

Rede Vip Residencial Hotelaria da terceira Idade Eireli ME. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Infração nº 0971, referente ao Processo nº 200006359/2021, sendo a penalidade de MULTA.

Vieira & Andrade. Ficou decidido o DEFERIMENTO do recurso do Auto de Infração nº 1654, referente ao Processo nº 200011159/2021, sendo determinado o CANCELAMENTO do respectivo Auto de Infração.

Otica João Pessoa Ltda. Deixou de receber o Auto de Multa nº 04527, referente ao Auto de Infração nº 1517 e processo nº 200009528/2020.

Otica João Pessoa Ltda. Ficou decidido a penalidade de MULTA, referente ao Auto de Infração nº 1517 e Processo nº 200009528/2020.

Aluysio Peçanha Machado de Carvalho. Deixou de receber o Auto de Multa nº 5085, referente ao Auto de Infração nº 1464 e processo nº 200009537/2020.

Aluysio Peçanha Machado de Carvalho. Ficou decidido a penalidade de MULTA, referente ao Auto de Infração nº 1464 e Processo nº 200009537/2020.

Tea Baptista de Sa. Deixou de receber o Auto de Multa nº 5644, referente ao Auto de Infração nº 1499 e processo nº 200000330/2021.

Tea Baptista de Sa. Ficou decidido a penalidade de MULTA, referente ao Auto de Infração nº 1499 e Processo nº 200000330/2021.

Ana Maria Bouret Muniz. Deixou de receber o Auto de Multa nº 5648, referente ao Auto de Infração nº 4201 e processo nº 200000328/2021.

Ana Maria Bouret Muniz. Ficou decidido a penalidade de MULTA, referente ao Auto de Infração nº 4201 e Processo nº 200000328/2021.

Silvia Castro. Deixou de receber o Auto de Multa nº 5671, referente ao Auto de Infração nº 4202 e processo nº 200000316/2021.

Silvia Castro. Ficou decidido a penalidade de MULTA, referente ao Auto de Infração nº 4202 e Processo nº 200000316/2021.

Depille Serviços de Estética e Beleza. Deixou de receber o Auto de Multa nº 5933, referente ao Auto de Infração nº 0514 e processo nº 200005760/2019.

Depille Serviços de Estética e Beleza. Ficou decidido a penalidade de MULTA, referente ao Auto de Infração nº 0514 e Processo nº 200005760/2019.

Marcia Campos Pinheiro Ferrone. Deixou de receber o Auto de Multa nº 5918, referente ao Auto de Infração nº 0006 e processo nº 200016031/2019.

Marcia Campos Pinheiro Ferrone. Ficou decidido a penalidade de MULTA, referente ao Auto de Infração nº 0006 e Processo nº 200016031/2019.

Esmalteria Mix Serviços de Esmalteria Ltda. Deixou de receber o Auto de Multa nº 5977, referente ao Auto de Infração nº 1258 e processo nº 200005770/2019.

Esmalteria Mix Serviços de Esmalteria Ltda. Ficou decidido a penalidade de MULTA, referente ao Auto de Infração nº 1258 e Processo nº 200005770/2019.

PUBLICAÇÃO – CI 52

Esmalteria Mix Serviços de Esmalteria Ltda. Deixou de receber o Termo de Advertência, referente ao Auto de Infração nº 1261 e processo nº 200004321/2019.

Silvia Silva de Oliveira. Ficou decidido a penalidade de MULTA, referente ao Auto de Infração nº 1212 e Processo nº 200005684/2019.

Silvia Silva de Oliveira. Deixou de receber o Informe nº 563, referente ao Auto de Multa nº 5251 e processo nº 200004948/2019.

Silvia Silva de Oliveira. Ficou decidido a penalidade de MULTA, referente ao Auto de Infração nº 1224 e Processo nº 200005685/2019.

Silvia Silva de Oliveira. Deixou de receber o Informe nº 562, referente ao Auto de Multa nº 5221 e processo nº 200004945/2019.

Fernanda Alves Fontura. Ficou decidido a penalidade de MULTA, referente ao Auto de Infração nº 1390 e Processo nº 200005700/2019.

Fernanda Alves Fontura. Deixou de receber o Informe nº 81/2019, referente ao Auto de Multa nº 04837 e processo nº 200004946/2019.

Silvia Silva de Oliveira. Ficou decidido a penalidade de MULTA, referente ao Auto de Infração nº 1393 e Processo nº 200005695/2019.

Silvia Silva de Oliveira. Deixou de receber o Informe nº 561, referente ao Auto de Multa nº 5057 e processo nº 200004950/2019.

Fernanda Alves Fontura. Ficou decidido a penalidade de MULTA, referente ao Auto de Infração nº 1213 e Processo nº 200005686/2019.

Fernanda Alves Fontura. Deixou de receber o Informe nº 82/2019, referente ao Auto de Multa nº 5171 e processo nº 200004947/2019.

Alexandre Armond. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Infração nº 1205, referente ao Processo nº 200010872/2017, sendo a penalidade de MULTA.

Alexandre Armond. Deixou de receber o Informe nº 554, referente ao Auto de Multa nº 4864 e processo nº 200014756/2019.

Alexandre Armond. Deixou de receber o Termo de Advertência, referente ao Auto de Infração nº 1205 e processo nº 200014973/2019.

Juliana Coutinho Lasse Dias. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Multa nº 6075, referente ao Processo nº 200007769/2021.

Juliana Coutinho Lasse Dias. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Multa nº 6042, referente ao Processo nº 200007768/2021.

Farmácia Avenida Ltda. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Multa nº 6167, referente ao Processo nº 200012546/2021.

Farmácia Avenida Ltda. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Multa nº 6165, referente ao Processo nº 200012545/2021.

Farmácia Avenida Ltda. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Multa nº 6126, referente ao Processo nº 200012544/2021.

Farmácia Avenida Ltda. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Multa nº 6200, referente ao Processo nº 200012543/2021.

Vasthi Coutinho Lasse. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Multa nº 6145, referente ao Processo nº 200007766/2021.

Vasthi Coutinho Lasse. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Multa nº 6140, referente ao Processo nº 200007767/2021.

Farmácia Lopes & Ferreira Ltda ME. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Multa nº 5847, referente ao Processo nº 200012569/2021.

Farmácia Lopes & Ferreira Ltda ME. Ficou decidido a penalidade de MULTA referente ao Auto de Infração nº 3159 e Processo nº 200015957/2019.

Contecom Distribuidora de Material de Limpeza e Descartáveis Ltda. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Multa nº 6841, referente ao Processo nº 200001177/2022.

Contecom Distribuidora de Material de Limpeza e Descartáveis Ltda. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Multa nº 6857, referente ao Processo nº 200001175/2022.

Casa de Repouso para Idosos Vovó Santana Ltda. Ficou decidido o INDEFERIMENTO do recurso do Auto de Multa nº 6526, referente ao Processo nº 200000309/2022.

REVALIDAÇÃO 2021 – 1 – CI 54. Nº 12 Farmacia – 11/05/22

P.G Rio Medicamentos Ltda Epp. Alameda São Boa Ventura 540 / 612/613 – Fonseca - Niterói RJ. Cnpj. 18.841.889/0001-03. Nº Processo. 200006417/22.

Atividade. **Armazenar, distribuir e expedir correlatos, produtos para a saúde. Armazenar, distribuir e expedir medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial, cosméticos, produtos de higiene, perfumes e saneantes domissanitários.**

Medidroga Ltda-Me. Rua Moreira Cesar 26 loja 106 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. 30.084.107/0006-30. Nº Processo. 200006512/22. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial, com medicamentos retinóides de uso sistêmico, e com comércio de cosméticos, correlatos, produtos de higiene e perfumaria e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

Medidrogas Ltda-Me. Estr. Francisco da Cruz Nunes 767 lojas 104/105 – Largo da Batalha - Niterói RJ. Cnpj. 30.084.107/0002-07. N° Processo. 200006514/22. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial, com medicamentos retinóides de uso sistêmico, e com comercio de cosméticos, correlatos, produtos de higiene e perfumaria e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

Medidrogas Ltda-Me. Rua Dr. Pereira Nunes 68 loja 4 - Ingá - Niterói RJ. Cnpj.30.084.107/0004-79. N° Processo. 200006509/22. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial, com medicamentos retinóides de uso sistêmico, e com comercio de cosméticos, correlatos, produtos de higiene e perfumaria e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

Medidrogas Ltda-Me. Rua Santa Rosa 6 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. 30.084.107/0001-26. N° Processo. 200006508/22. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial, com medicamentos retinóides de uso sistêmico, e com comercio de cosméticos, correlatos, produtos de higiene e perfumaria e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

Medidrogas Ltda-Me. Rua Marques do Paraná 253 loja 01 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. 30.084.107/0007-11. N° Processo. 200006510/22. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial, com medicamentos retinóides de uso sistêmico, prestação de serviços farmacêuticos, aplicação de medicamentos injetáveis, medidas de pressão arterial, glicemia capilar e temperatura corporal e colocação de brincos, e com comercio de cosméticos, correlatos, produtos de higiene e perfumaria e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

Medidrogas Ltda-Me. Rua Noronha Torreção 126 - Santa Rosa - Niterói RJ. Cnpj.30.084.107/0005-50. N° Processo. 200006511/22. Atividade. **Armazenar, expedir e importar correlatos, produtos para a saúde.**

Sotirio Gatsios-Me. Rua São João 35 Centro Niterói RJ. Cnpj.09.638.555/0001-38. N° Processo. 200004276/22. Atividade. **Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.**

BC Rio Comercio de Cosmeticos Ltda. Rua Quinze de Novembro 8 loja 188 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. 21.226.889/0005-23. N° Processo. 200005448/22. Atividade. **Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.**

La Vie Sports Ltda-Me. Rua Marechal Raul de Albuquerque 2 / 211 Qdr. 22 lote 3 Charitas - Niterói RJ. Cnpj. 49.669.856/0083-90. N° Processo. 200004860/22. Atividade. **Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.**

Restoque Comercio e Confecções de Roupas S/A. Rua Tavares de Macedo 239 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj. 49.669.856/00833-90. N° Processo. 200004860/22. Atividade. **Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.**

Restoque Comercio e Confecções de Roupas S/A. Rua Quinze de Novembro 4 / 318 Centro Niterói RJ. Cnpj. 49.669.856/0154-18. N° Processo. 200004858/22. Atividade. **Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.**

206 Kemed Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda. Av. Ernani do Amaral Peixoto 207 / 206 Centro Niterói RJ. Cnpj. 05.488.738/0001-63. N° Processo. 200006666/22. Atividade. **Comercio varejista de produtos odontológicos.**

Vita Med Comercio de Material Hospitalar Eireli. Rua Reverendo Armando Ferreira 350 loja 204 – Largo da Batalha - Niterói RJ. Cnpj. 26.713.227/0001-78. N° Processo. 200006771/22. Atividade. **Armazenar, distribuir e expedir correlatos, produtos para a saúde.**

FBC de Niterói Comercio e Serviços Eireli. Rua Reverendo Armando Ferreira 350 / 206/207 Largo da Batalha - Niterói RJ. Cnpj. 22.341.140/0001-92. N° Processo. 200006773/22. Atividade. **Veiculo para transporte de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial, pela port. SVS/MS N° 344/98, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, perfumes e saneantes domissanitários.**

Varejão das Fraldas Eireli. Rua Visc. do Rio Branco 225 loja 163 - Centro - Niterói RJ. Cnpj.23.055.295/0001-07 N°Processo.200007411/22. Atividade. **Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.**

Olibano Artigos Esotericos Importação e Exportação Ltda. Av. Amaral Peixoto 458 / 701 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. 07.281.248/0001-17. N° Processo. 200007456/22. Atividade. **Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.**

Niterói Piscinas Produtos Acessórios Ltda. Rua Mariz e Barros 323 - Icaraí - Niterói RJ. Cnpj.25.101.193/0001-06. N° Processo. 200006102/22. Atividade. **Comercio varejista de saneantes domissanitários.**

Lojas Renner S/A. Rua Quinze de Novembro 8 / 201 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. 92.754.738/0046-64. N° Processo. 200006242/22. Atividade. **Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.**

Drogaria Canto da Saúde Ltda. Av. Visc. do Rio Branco S/N° lojas 31/32 Centro - Niterói RJ. Cnpj. 12.216.147/0002-83. N° Processo. 200004734/22. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial, com medicamentos retinóides de uso sistêmico, e com comercio de cosméticos, correlatos, produtos de higiene e perfumaria e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

Drogaria Canto da Saúde Ltda. Av. Visc. do Rio Branco S/N° lojas 09/10 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. 12.216.147/0001-00. N° Processo. 200004735/22. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial, com medicamentos retinóides de uso sistêmico, e com comercio de cosméticos, correlatos, produtos de higiene e perfumaria e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

Drogaria Modello Ltda. Av. Alm. Tamandaré 2561 Qdr. 506 lote 387 loja 04 - Piratininga – Niterói RJ. Cnpj. 33.333.326/0002-70. N° Processo. 200006030/22. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial e com comercio de cosméticos, correlatos, produtos de higiene e perfumaria e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

Drogaria Duarte Macedo Ltda Me. Estr. Velha de Marica 1030 /101 – Maria Paula - Niterói RJ. Cnpj. 15.003.287/0001-80. N° Processo. 200006403/22. Atividade. **Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos**

a controle e especial e com comercio de cosméticos, correlatos, produtos de higiene e perfumaria e alimentos permitidos pela legislação vigente.

Farmacia Cambinhos Ltda-Me. Av. Carlos Nelson F. dos Santos 125 loja 106 - Niterói RJ. Cnpj. 03.927.520/0001-32.; N° Processo. 200006404/22. Atividade. **Farmacia com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle e especial e com comercio de cosméticos, correlatos, produtos de higiene e perfumaria e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

Maxmix Comercial Ltda. Rua Quinze de Novembro 8 loja 102 Centro - Niterói RJ. Cnpj. 03.002.339/0069-03. N° Processo. 200006196/22. Atividade. **Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.**

Full Box Audiologia Ltda Epp. Rua Visc. De Sepetiba 935 loja 123 - Centro - Niterói RJ. Cnpj. 28.834.716/0001-03. N° Processo. 200006853/22. Atividade. **Comercio varejista de produtos audiológicos.**

Carmed Distribuidora de Medicamentos Ltda. Rua Benjamin Constant 292 - Largo da Barradas - Niterói RJ. Cnpj. 28.834.716/0001-03. N° Processo. 200006853/22. Atividade. **Veiculo para transporte de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial e correlatos.**

Ibiza Farmacia Ltda. Estr. Francisco da Cruz Nunes 836 / 207 - Itaipú - Niterói RJ. Cnpj. 06.944.414/0001-55. N° Processo. 2000065413/22. Atividade. **Farmacia com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle e especial, com medicamentos retinóides de uso sistêmico, prestação de serviços farmacêuticos, aplicação de medicamentos injetáveis, medidas de pressão arterial, glicemia capilar e temperatura corporal e colocação de brincos, e com comercio de cosméticos, correlatos, produtos de higiene e perfumaria e alimentos permitidos pela legislação vigente.**

LCA Cirurgica Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda. Rua da Conceição 125 / 1303 Centro Niterói RJ. Cnpj. 29235.527/0001-87. N° Processo. 200006833/22. Atividade. **Armazenar e distribuir correlatos, produtos para a saúde, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene e saneantes domissanitários.**

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

Licença Especial - Deferidas

200/4013/2010 - ELISANGELA DA CRUZ SILVA
200/1447/2014 - GABRIELA PRADO PEREIRA
200/3223/2014 - SUELDA DA COSTA COUTINHO
200/4128/2014 - VERA LUCIA DE ALMEIDA LEAL
200/1961/2016 - VERONICA VEIGA RODRIGUES

Tornar sem efeito Contagem em Dobro de Licença Prêmio - Deferida

200/5668/2022 - SÉRGIO ARINO MARQUES DOS SANTOS

SALÁRIO FAMÍLIA - DEFERIDO

PROCESSO : 200004149/2022 - JANAINA ROCHA DE OLIVEIRA

PROCESSO : 200003739/2022 - EDVALDO BARBOSA LAURINDO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CREDENCIAMENTO 001/2022

Processo Administrativo: 200/8647/2021

Objeto: Seleção e credenciamento de entidades filantrópicas sem fins lucrativos e/ou instituições privadas, sediadas no Município de Niterói/RJ, habilitadas no Ministério da Saúde e cadastradas no SCNES, para a prestação de serviços (procedimentos e exames), de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS), na área de Terapia Renal Substitutiva – TRS (nefrologia), os quais se encontram discriminados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do SUS, para atender as necessidades da Fundação Municipal de Saúde de Niterói (FMS), na forma do Termo de Referência.

Local de recebimento dos requerimentos de habilitação: DECAU – Departamento de Controle e Avaliação da Fundação Municipal de Saúde de Niterói, localizada na Avenida Ernani do Amaral Peixoto, 169, 8º andar, Centro, Niterói/RJ

Recebimentos dos documentos: Em até 8 dias úteis após a publicação do Edital

Horário para recebimento dos documentos: Das 09h às 17h, horário de Brasília

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI/RJ, doravante denominada simplesmente FMS, com sede na Rua Visconde de Sepetiba, 987, 9º andar, Centro, Niterói/RJ, TORNA PÚBLICO que, receberá REQUERIMENTOS DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM OU SEM FINS ECONÔMICOS OU FILANTRÓPICAS, PRESTADORAS DE SERVIÇOS NA ÁREA DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA – TRS (NEFROLOGIA), sediadas e/ou estabelecidas no Município de Niterói, habilitadas pelo Ministério da Saúde e cadastradas no SCNES, para a realização de procedimentos e exames discriminados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde SUS no Município através da FMS conforme discriminado no anexo 1 – Termo de Referência.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Processo de Credenciamento será regido pelo disposto no §1º do art. 199 da Constituição Federal de 1988, art. 206, IV, da Lei Orgânica do Município de Niterói, artigos 24 a 26 da Lei nº 8.080/1990, Lei nº 8.666/93, no que couber, Portaria GM/MS nº 1.034/2010, além das demais disposições legais e infralegais aplicáveis, bem como pelo disposto no presente Edital e seus anexos.

1.2. O Processo de Credenciamento será executada pelo Departamento de Controle e Avaliação da Fundação Municipal de Saúde de Niterói (DECAU).

1.3. O presente Edital será publicado, na íntegra, no Diário Oficial do Município de Niterói e ainda no endereço eletrônico www.saude.niteroi.rj.gov.br, podendo, ainda, ser obtida uma via impressa, mediante a doação de uma resma de papel A4, no Departamento de Controle e Avaliação da Fundação Municipal de Saúde de Niterói, localizada à Avenida Ernani do Amaral Peixoto, 169/8º andar Centro Niterói/RJ.

1.4. Os interessados poderão formular impugnações ao Edital, por escrito, das 9h às 17h, pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação do Edital no Diário, no endereço constante no item 1.3.

1.5. Caberá à autoridade superior, após análise pela Comissão Examinadora, decidir sobre a impugnação, em 5 (cinco) dias úteis, a contar do último dia do prazo para impugnação, publicando no endereço eletrônico www.saude.niteroi.rj.gov.br.

1.6. As retificações do instrumento convocatório, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos as proponentes, devendo ser publicadas no Diário Oficial do Município de Niterói e divulgadas no endereço eletrônico www.saude.niteroi.rj.gov.br, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido para a entrega dos requerimentos de habilitação, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não afetar a formulação das propostas.

1.7. O credenciamento será realizado em duas etapas:

1.7.1. Apresentação da documentação da habilitação;

1.7.2. Realização de vistoria técnica.

1.8. Caberá à FMS, respectivamente, por meio da Comissão Examinadora e da Equipe Técnica a ser oportunamente constituída, avaliar a documentação e realizar a vistoria técnica nas dependências dos postulantes ao credenciamento, a fim de decidir sobre os pedidos de credenciamento.

2. DO OBJETO

O presente Edital de Chamamento Público tem por objeto a Seleção e credenciamento de entidades filantrópicas sem fins lucrativos e/ou instituições privadas, sediadas no Município de Niterói/RJ, habilitadas no Ministério da Saúde e cadastradas no SCNES, para a prestação de serviços (procedimentos e exames), de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS), na área de Terapia Renal Substitutiva – TRS (nefrologia), os quais se encontram discriminados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do SUS, para atender as necessidades da Fundação Municipal de Saúde de Niterói (FMS), na forma do Termo de Referência.

3. DO LOCAL, DA DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES

3.1. A entrega dos envelopes contendo os Documentos de Habilitação deverá ser feita no Departamento de Controle e Avaliação da Fundação Municipal de Saúde de Niterói, localizada na Avenida Ernani do Amaral Peixoto, 169/8º andar Centro Niterói/RJ das 09h às 17h, em até 8 dias úteis após a publicação do Edital.

3.2. Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes fora do prazo estabelecido neste Edital.

3.3. O envelope contendo os documentos de habilitação deverá estar lacrado e deverão constar em sua parte externa os seguintes dizeres:

3.4. O envelope deverá conter as informações e os documentos exigidos no item 7 deste Edital.

ENVELOPE DE CREDENCIAMENTO (Denominação da proponente e CNPJ)

3.5. Será admitida eventual complementação e/ou substituição de documentos e informações, desde que encaminhados dentro do prazo previsto no item 3.1. Em hipótese alguma, se admitirá a entrega de documentos após o referido prazo.

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A PARTICIPAÇÃO

4.1. As entidades privadas filantrópicas, sem fins lucrativos e/ou pessoas jurídicas privadas com fins econômicos, interessadas em prestar, em caráter complementar ao SUS, deverão obedecer à seguinte legislação, no que couber:

- Constituição Federal de 1988, em especial o §1º do art. 199;
- Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, em especial os artigos 24 a 26;
- Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, no que couber;
- Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006;
- Lei Orgânica Municipal de Niterói, em especial o art. 206, IV;
- Portaria GM MS nº 389, de 13 de março de 2004;
- Portaria GM MS nº 1535, de 23 de julho de 2014;
- Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS de 28 de Setembro de 2017 – Anexo IV;
- RDC/ANVISA nº 50 de 21 de fevereiro de 2002;
- RDC/ANVISA nº 11 de 13 de março de 2014;

4.2. Somente poderão participar as pessoas jurídicas que desenvolvam atividade compatível com o objeto deste credenciamento, ofereçam atendimento e estejam estabelecidas no Município de Niterói/RJ, e que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, além das disposições legais e infralegais pertinentes, independentemente de transcrição.

4.3. Não poderão participar as pessoas jurídicas:

- Estrangeiras ou sob controle de capitais estrangeiros;
- Sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas;
- Que estejam cumprindo pena, no âmbito da Administração Pública, com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;
- Em processo de falência, liquidação ou dissolução; Cujos sócios, administradores e dirigentes ocupem cargo de chefia ou função de confiança no SUS, nos termos do artigo 26, § 4º da Lei nº 8.080/90;
- Que possuam em seu quadro de funcionários servidor ou dirigente da FMS, nos termos do art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93.

5. DOS VALORES, DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA DOTAÇÃO

5.1. O pagamento pela prestação dos serviços observará os valores unitários fixados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), instituída pela Portaria GM/MS nº 321/2007.

5.2. Os valores estipulados serão reajustados observados os mesmos critérios, índices e épocas dos reajustes determinados pelo Ministério da Saúde, podendo os mesmos ser registrados por simples apostila, dispensados a celebração de aditamento, em conformidade com o § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

5.3. As despesas decorrentes do presente Credenciamento têm valor estimado anual de 9.439.746,26 (Nove milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, setecentos e quarenta e seis reais e vinte e seis centavos) custeados com recursos repassados mensalmente pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde de Niterói.

5.4. Os valores poderão ser alterados ainda, quando houver recebimento de recursos denominados incentivos de acordo com adesão à política específica quando concedida pelo Ministério da Saúde ou pela Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

5.5. As despesas com o presente Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária para o corrente exercício financeiro:

Bloco de Financiamento: Custeio

Programa de Trabalho: 2543.10.302.0133.4054

Fonte de Recurso: 207

Natureza das Despesas: 33.90.39

5.6. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

6. DOS REQUERIMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os interessados em participar do presente processo de Credenciamento deverão apresentar Requerimento de Credenciamento em conformidade com o modelo do Anexo 2–Modelo de Requerimento de Credenciamento.



6.2. A entrega da documentação, por parte da interessada, importa na aceitação de todas as condições previstas no presente Edital, seus anexos e na legislação pertinente.

6.3. O Requerimento deverá ser entregue pessoalmente no Departamento de Controle e Avaliação da Fundação Municipal de Saúde de Niterói, localizado na Avenida Ernani do Amaral Peixoto, nº 169 – 8º andar, Centro, Niterói, das 09h às 17h, em até 8 dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, em envelope fechado e lacrado.

6.4. Não serão recebidos envelopes após o horário fixado no item anterior.

6.5. O Requerimento deverá ser apresentado em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou corretivo líquido, preferencialmente em papel timbrado da proponente, devidamente assinado e carimbado, com firma reconhecida, conforme modelo do Anexo 2, acompanhado da documentação arrolada no item 7 do presente Edital.

6.6. Fica facultado à Comissão o direito de solicitar esclarecimentos, proceder a diligências e extrair certidões, para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, fixando prazo para atendimento, objetivando elucidar ou complementar a instrução do processo.

6.7. Estará sujeita à desabilitação a interessada que apresentar documentos em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital. A Comissão inabilitará também as proponentes que deixarem de apresentar quaisquer documentos exigidos neste Edital, bem como as que apresentarem documentos vencidos ou que não satisfaçam os requisitos legais, observado o disposto no item 8.2.

6.8. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

6.9. Cada interessada poderá ter apenas um representante no presente processo de Credenciamento, que poderá ser um dos seus sócios, diretores ou administradores, desde que detenha poderes para tal, expressamente outorgado em seu ato constitutivo, ou outra pessoa física habilitada, neste último caso mediante apresentação de instrumento de procuração público ou de carta credencial, com firma reconhecida, conforme modelo do Anexo 3 – Modelo de Carta Credencial – deste Edital, com poderes para tratar de assuntos pertinentes ao Credenciamento, como usar a palavra, rubricar documentos, apresentar impugnações ou recursos, entre outros, acompanhado de cópia autenticada de qualquer documento válido de identidade que permita a sua identificação.

6.10. Poderão ser convocados servidores do Município de Niterói e/ou profissionais de reconhecida capacidade técnica, ligados ou não ao Poder Executivo do Município de Niterói/RJ, desde que não vinculados direta ou indiretamente a quaisquer das proponentes, para assessorar a Comissão no julgamento da documentação e também por ocasião da vistoria técnica.

7. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

7.1. As proponentes deverão apresentar no Envelope de Credenciamento os documentos abaixo enumerados, relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira:

7.1.1. Habilitação Jurídica:

- Cédula de Identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações e fundações, acompanhado da prova de diretoria em exercício;
- Certificado de Filantropia, conforme a Lei nº 12.101/09, se for o caso;
- Cópia do Alvará de funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal da sede e também do estabelecimento da proponente em Niterói, caso não coincidam;

7.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo à sede da interessada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do Credenciamento;
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) referente a todos os créditos tributários federais;
- Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa Estadual, ou Positiva com efeito de Negativa expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, da sede da proponente;
- Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação da Certidão Negativa Municipal, ou Positiva com efeito de Negativa expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, ou, se for o caso certidão comprobatória de que o proponente, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal;
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS- CRF), demonstrando situação regular;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pela Justiça do Trabalho;

7.1.3. Qualificação Econômica Financeira:

Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados seguintes documentos:

- Certidões negativas de falência e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica. Se a proponente não for sediada na Comarca de Niterói ou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falência e recuperação judicial;

7.1.4. Qualificação Técnica:

- Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), com dados devidamente atualizados, juntamente com o documento que comprove a habilitação para prestação de serviços de TRS junto ao Ministério da Saúde (art. 76, Parágrafo Único – Portaria de Consolidação nº 3);

- b) Cópia do alvará de funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária de Niterói; (art. 75, II - Portaria de Consolidação nº 3);
- c) Relatório de vistoria realizado pela Vigilância Sanitária de Niterói; (art. 75, II - Portaria de Consolidação nº 3)
- d) Certificado de Anotação de Responsabilidade Técnica emitida pelo Conselho Regional de Medicina - CRM, acompanhado de cópia autenticada de título de especialização em nefrologia do responsável técnico médico, registrado junto ao CRM; (art. 78, I - Portaria de Consolidação nº 3).
- e) Certificado de Anotação de Responsabilidade Técnica emitida pelo Conselho Regional de Enfermagem - COREN, acompanhado de cópia autenticada de título de especialização em nefrologia do responsável técnico enfermeiro, registrado junto ao COREN; (art. 78, II - Portaria de Consolidação nº 3).
- f) Comprovação de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em papel timbrado do emitente, comprovando experiência anterior da proponente com o objeto do presente credenciamento;
- g) Comprovação da disponibilidade de recursos físicos e equipamentos para a realização do objeto deste edital, por meio de declaração do representante legal da proponente.

7.1.5. Outros documentos:

Para fins de habilitação, as proponentes deverão apresentar ainda:

- a. Declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e de não estarem impedidas de participar do credenciamento e contratar com a Administração Pública em razão de penalidades nem de fatos impeditivos de sua habilitação, na forma do anexo 4;
- b. Declaração acerca dos quantitativos mínimos e máximos de procedimentos que poderá ofertar ao SUS, conforme anexo 5;
- c. Declaração de que a proponente atende a todos os requisitos previstos na legislação pertinente, especialmente no que concerne à estrutura física, à composição mínima da equipe técnica e aos equipamentos que serão disponibilizados ao SUS, o que será apurado por ocasião da realização da vistoria técnica;
- d. Declaração de que a proponente cumpre o inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, na forma do art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93, conforme modelo do anexo 6;
- e. Declaração dos sócios, administradores e dirigentes de que não ocupam cargo de chefia ou função de confiança no SUS, nos termos do art. 26, § 4º da Lei nº 8.080/90, conforme modelo do anexo 6;
- f. Declaração da entidade de que não existe em seu quadro e funcionários servidor ou dirigente da FMS, nos termos do art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93, conforme modelo do anexo 6;
- g. Declaração do representante legal da proponente atestando a disponibilidade de recursos físicos e equipamentos para a realização do objeto deste edital.

7.2. Autenticidade ou validade das certidões e documentos

7.2.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração, mediante apresentação do documento original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, neste último caso com a referência ao endereço eletrônico onde pode ser obtida a publicação, conforme o *caput* do art. 32, da Lei nº 8.666/93. As certidões e documentos valerão nos prazos que lhe são próprios, inclusive aqueles que puderem ser obtidos na internet, ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

7.2.2. As certidões e documentos que forem disponibilizados pela internet somente serão admitidos para fins de comprovação dos requisitos de habilitação, desde que emitidos dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias anteriores à data de apresentação do envelope contendo a documentação de Credenciamento.

7.2.3. A proponente é responsável pelas informações prestadas, sendo motivo de inabilitação ou desc credenciamento a prestação de informações falsas ou que não reflitam a realidade dos fatos.

7.2.4. A contratada será obrigada a reapresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista do item 7.1.2, sempre que expirados os respectivos prazos de validade, inclusive durante a execução do contrato.

8. DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

8.1. As proponentes deverão apresentar a documentação exigida para o Credenciamento no prazo indicado no item 3.1.

8.2. Até o termo final do prazo previsto no item 3.1, as proponentes podem apresentar novos documentos ou substituir os já entregues.

9. DA VISTORIA TÉCNICA

9.1. Considerar-se-ão aptas à vistoria técnica as proponentes que atenderem a todas as condições da habilitação deste Edital.

9.2. Para a efetivação do Credenciamento, será realizada vistoria técnica prévia em até 05 (cinco) dias úteis, após a entrega de toda documentação relacionada no item 7, das instalações da(s) proponente(s), através de Equipe Técnica a ser designada pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói.

9.3. A vistoria técnica tem por objetivo averiguar a veracidade das informações prestadas por ocasião da entrega dos envelopes de credenciamento acerca das instalações, equipamentos e pessoal técnico responsável pela execução dos serviços objeto deste Credenciamento. Tal etapa possui caráter eliminatório. Caso seja constatado pela Equipe Técnica que os documentos e declarações apresentados não correspondem à realidade ou que a(s) proponente(s) não atendem às exigências deste Edital ou ainda que há inobservância aos ditames da legislação aplicável, em especial do Ministério da Saúde, a(s) proponente(s) será (ão) automaticamente eliminada(s).

9.4. A(s) proponente(s) será (ão) previamente comunicada (s) da realização da vistoria, com antecedência mínima de 24 horas, por qualquer um dos meios de contato informados no requerimento para credenciamento (Anexo 2).

9.5. Caso a FMS não consiga entrar em contato com a proponente, objetivando agendar a vistoria, por erro nas informações prestadas ou outro motivo não imputável à FMS, será feita a vistoria independentemente de qualquer aviso prévio.

9.6. A vistoria deverá ser acompanhada pelo responsável técnico da proponente.

9.7. Caso o responsável técnico não esteja presente, a vistoria poderá ser acompanhada por seu substituto ou, ainda, por outro funcionário especialmente

designado para este fim, não cabendo, posteriormente, neste último caso, impugnação ao relatório, sob qualquer fundamento.

9.8. A Comissão Técnica elaborará o relatório referente à vistoria técnica, o qual deverá ser assinado pelos membros da comissão técnica e também pelo representante da proponente que houver acompanhado a diligência.

10. DOS REQUISITOS TÉCNICOS

A unidade proponente deve possuir serviços especializados próprios e/ou terceirizados, conforme as normas do SUS.

10.1. Os serviços devem obedecer aos requisitos da Resolução RDC/ANVISA nº 50 de 21/02/2002, ou outra que venha substituí-la, quanto às normas específicas referentes à área de engenharia, arquitetura e vigilância sanitária em vigor, com vistas a garantir as condições físicas adequadas ao atendimento dos usuários.

10.2. Os serviços a serem contratados deverão oferecer ao paciente portador de doença renal crônica, os recursos necessários a seu atendimento/assistência médico-ambulatorial, conforme o estabelecido pela Portaria GM/MS nº 389, de 13/03/2014 (ou outra que vier a substituí-la) que define os critérios para a organização da linha de cuidado da Pessoa com Doença Renal Crônica (DRC), Portaria GM/MS nº 1.535, de 23/07/2014 (ou outra que vier a substituí-la) que altera os incisos I e II do art. 27 e acresce o inciso XII ao art. 15 da Portaria GM/MS nº 389, de 13/03/2014, e institui o incentivo financeiro destinado ao cuidado ambulatorial pré dialítico, RDC/ANVISA nº 11, de 13/03/2014 (ou outra que vier a substituí-la) que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de funcionamento para os serviços de Diálise, da qual destacamos os seguintes quesitos:

10.2.1. DA LINHA DE CUIDADO

- a) Fornecimento, sob a orientação do nutricionista e com base na prescrição médica, do aporte nutricional ao paciente no dia do procedimento dialítico.
- b) Realização da confecção da fístula arteriovenosa de acesso a hemodiálise ou o implante de cateter para diálise peritoneal.
- c) Realização uma ou mais modalidades de TRS - diálise para tratamento da pessoa com Doença Renal Crônica (DRC).
- d) Na impossibilidade de realização de TRS- diálise para pacientes com sorologias positivas (HbsAg+), deverá possuir convênio ou contrato formal com outro serviço, conforme art. 11 Portaria GM/MS 389, de 13 de Março de 2014.
- e) Realizar periodicamente, em seus pacientes, os exames definidos conforme as Diretrizes Clínicas para o Cuidado à Pessoa com Doença Renal Crônica (DRC) no âmbito do SUS.
- f) Estabelecer as responsabilidades pela garantia de referência aos casos que necessitem de internação por intercorrências decorrentes do tratamento dialítico.
- g) Prestar os primeiros atendimentos ao paciente nos casos de intercorrências que ocorrerem durante o processo de diálise, garantindo a estabilização do paciente.
- h) Garantir a execução dos exames necessários.
- i) Garantir o encaminhamento de todos os pacientes em diálise para avaliação por uma equipe de transplante.
- j) Registrar os resultados dos exames realizados e os indicadores da efetividade dialítica nos prontuários dos pacientes.

10.2.2. DA COMPOSIÇÃO DA EQUIPE

- a) A Unidade especializada em DRC terá a seguinte equipe mínima:
 - i. Médico nefrologista;
 - ii. Enfermeiro;
 - iii. Nutricionista;
 - iv. Psicólogo;
 - v. Assistente social;
- b) A unidade de assistência de alta complexidade em nefrologia que ofertar a modalidade de HD, terá a seguinte equipe mínima:
 - i. 01(um) médico nefrologista que responda pelos procedimentos e intercorrências médicas como Responsável técnico;
 - ii. 01 (um) enfermeiro, especializado em nefrologia, que responda pelos procedimentos e intercorrências de enfermagem como Responsável técnico;
 - iii. Médico nefrologista;
 - iv. Enfermeiro especialista em nefrologia;
 - v. Assistente social;
 - vi. Psicólogo;
 - vii. Nutricionista;
 - viii. Técnico de enfermagem
 - ix. Técnico de enfermagem exclusivo para reprocessamento dos capilares;
 - x. Funcionário exclusivo para serviços de limpeza;
 - xi. Técnico responsável pela operação do sistema de tratamento de água para diálise, para os serviços que possuem o programa de hemodiálise;
- c) A unidade de assistência de alta complexidade em nefrologia que ofertar a modalidade de DPAC ou DPA terá a seguinte equipe mínima:
 - i. Médico nefrologista, como responsável técnico;
 - ii. Enfermeiro nefrologista, como responsável técnico;
 - iii. Nutricionista;
 - iv. Psicólogo;
 - v. Assistente social;
 - vi. Técnico de enfermagem
- d) O mesmo profissional poderá compor a equipe da Unidade Especializada em DRC com TRS/diálise na atenção de média e alta complexidade, desde que em diferentes turnos.
- e) O médico e enfermeiro de que trata os itens "i" e "ii" do item "b" e do item "c" só podem ser os responsáveis técnicos de 01(uma) unidade de assistência de alta complexidade em nefrologia ou de 01(uma) unidade especializada em DRC com TRS/Diálise.
- f) Para o programa de DPAC e de DPA, deverá se obedecida a proporção de pelo menos 01(um) enfermeiro para cada 50(cinquenta) pacientes.
- g) Para o programa de DPI, deverá ser obedecido, no mínimo, a seguinte proporção:
 - i. 01 (um) médico nefrologista durante o dia, para a avaliação dos pacientes e atendimento das intercorrências, podendo ser o mesmo da hemodiálise, DPAC, DPA, desde que não ultrapasse a relação de 01 (um) médico para cada 35 pacientes;
 - ii. 01(um) médico para atendimento de urgências no período noturno para cada 35 (trinta e cinco) pacientes;

- iii. 01(um) enfermeiro, para cada 35(trinta e cinco) pacientes durante o dia;
- iv. 01 (um) enfermeiro, para cada 35 pacientes, durante o período noturno;
- v. 01(um) técnico de enfermagem em todos os turnos, para cada 02 (dois) pacientes, ou para cada 04 (quatro), no caso de todos os postos de atendimento contarem com máquinas para diálise peritoneal;
- h) Para a HD, deverá ser obedecido, no mínimo, a seguinte proporção:
 - i. 01(um) médico nefrologista para cada 35 (trinta e cinco) pacientes, em cada turno, não contabilizado o médico responsável técnico;
 - ii. 01(um) enfermeiro para cada 35 (trinta e cinco) pacientes, em cada turno, não contabilizado o enfermeiro responsável técnico;
 - iii. 01 (um) técnico de enfermagem para cada 04(quatro) pacientes por sessão de HD;
- i) Os procedimentos de diálise pediátrica, que abrangem a faixa etária de 0 (zero) a 12 (doze) anos completos, devem ser acompanhados por médico nefrologista pediátrico.
- j) Os médicos nefrologistas dos serviços de diálise devem ter título de especialista ou certificado registrado pelo Conselho Federal de Medicina.
- k) A capacitação formal e o credenciamento dos enfermeiros na especialidade de nefrologia devem ser comprovados por declaração ou certificado, respectivamente, reconhecidos pela Associação Brasileira de Enfermagem em Nefrologia(SOBEN).
- i. No caso de título de especialista, poderá ser obtido através de especialização em Nefrologia reconhecida pelo Ministério da Educação ou pela SOBEN através da prova de título, seguindo as normas do Conselho Federal de Enfermagem.
- ii. O enfermeiro que estiver em processo de capacitação deve ser supervisionado por um enfermeiro especialista em nefrologia.

10.2.3. DAS CONDIÇÕES ORGANIZACIONAIS

- a) Possuir licença atualizada de acordo com a legislação sanitária local, afixada em local visível ao público.
- b) Possuir um responsável técnico e um substituto, sendo que o responsável técnico só pode assumir responsabilidade por 01(um) serviço de diálise.
- c) Implantar mecanismos de avaliação da qualidade e monitoramento dos seus processos por meio de indicadores ou de outras ferramentas, mantendo sempre disponível para as autoridades sanitárias competentes as informações.

10.2.4. DA ATENÇÃO AO PACIENTE

- a) Registrar no prontuário todas as informações referentes à evolução clínica e assistência prestada ao paciente
- b) O prontuário deve conter registros de todos os profissionais envolvidos diretamente na assistência ao paciente.
- c) Garantir a assistência ao paciente em caso de intercorrências relacionadas ao processo de diálise, incluindo mecanismos que garantam a continuidade da atenção quando houver necessidade de remoção
- d) É obrigatória, ao final de cada sessão, a limpeza e desinfecção da máquina e das superfícies que entram em contato com o paciente.
- e) Assistência ao paciente com sorologia positiva para hepatite B (HBsAg+) deve ser realizada por profissional exclusivo durante toda a sessão de hemodiálise.

10.2.5. DA INFRAESTRUTURA

- a) O serviço de hemodiálise deve dispor de ambientes compatíveis com a demanda, contendo no mínimo:
 - i. Consultório;
 - ii. Área para prescrição médica;
 - iii. Posto de enfermagem;
 - iv. Sala de recuperação e atendimento de emergência;
 - v. Área para guarda dos pertences;
 - vi. Área de registro (arquivo) e espera de pacientes e acompanhantes;
 - vii. Sala de utilidades;
 - viii. Sanitários para os pacientes (masculino, feminino e adaptado);
 - ix. Sanitários para funcionários (masculino e feminino);
 - x. Depósito de material de limpeza;
 - xi. Depósito de material (almoxarifado);
 - xii. Área para guarda dos pertences dos funcionários;
 - xiii. Área de maca e cadeira de rodas;
 - xiv. Sala para hemodiálise com área para lavagem de fistulas;
 - xv. Sala para hemodiálise de pacientes com sorologia positiva para hepatite B com área para lavagem de fístula;
 - xvi. Sala para processamento dos dialisadores;
 - xvii. Área específica para o armazenamento dos recipientes de acondicionamento do dialisador.
 - xviii. Sala do STDAH;
- b) A sala para hemodiálise de pacientes com sorologia positiva para hepatite B pode ser considerada opcional, desde que haja previsão de outro serviço de referência para o atendimento desses pacientes.
- c) O serviço de diálise peritoneal deve dispor de ambientes compatíveis com a demanda, dispondo no mínimo:
 - i. Consultório;
 - ii. Área para prescrição médica;
 - iii. Posto de enfermagem;
 - iv. Sala de recuperação e atendimento de emergência;
 - v. Área para guarda dos pertences dos pacientes;
 - vi. Área de registro (arquivo) e espera de pacientes e acompanhantes;
 - vii. Sala de utilidades;
 - viii. Sanitários para pacientes (masculino, feminino e adaptado);
 - ix. Sanitários para funcionários (masculino e feminino);
 - x. Depósito de material de limpeza;
 - xix. Depósito de material (almoxarifado);
 - xi. Área para guarda dos pertences dos funcionários;
 - xii. Área de maca e cadeira de rodas;
 - xiii. Sala de treinamentos para pacientes;
 - xiv. Sala de diálise peritoneal;
- d) O serviço de diálise peritoneal pode funcionar de forma independente ou compartilhar os ambientes comuns com o serviço de hemodiálise.
- e) A sala para diálise peritoneal deve ser provida de ponto específico de despejo dos resíduos líquidos, que pode ser no próprio ambiente ou em local anexo.
- f) As salas para hemodiálise, para diálise peritoneal e para processamento dos

dialisadores constituem-se em ambientes exclusivos e não podem servir de circulação ou de acesso a qualquer outro ambiente que não pertença ao serviço.

g) O posto de enfermagem da sala para hemodiálise, da sala para diálise peritoneal e da sala de recuperação e atendimento de emergência deve possibilitar a observação visual total das poltronas/leitos.

h) Os equipamentos de diálise e o mobiliário devem estar dispostos de forma que permita a circulação dos profissionais durante a terapia dialítica e atendimento a eventuais intercorrências, assim como a permanência do acompanhante, quando necessário.

10.2.6. DOS DIALISADORES E LINHAS ARTERIAIS VENOSAS

a) É vedado o reuso de linhas arteriais e venosas utilizadas em todos os procedimentos hemodialíticos.

b) É vedado o reuso de dialisadores:

i. Com a indicação na rotulagem de "proibido reprocessar";

ii. Que não possuam capilares com membrana biocompatível;

iii. De paciente como sorologia positiva para hepatite B, hepatite C (tratados ou não);

iv. De paciente como sorologia desconhecida para hepatite B, C e HIV;

c) Os dialisadores podem ser utilizados para o mesmo paciente no máximo 20 (vinte) vezes, após ser submetido ao processamento automático, observando-se a medida mínima permitida do volume interno das fibras.

10.2.7. DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

a) Dispor de equipamentos compatíveis com a demanda prevista e com os protocolos assistenciais para seu funcionamento;

b) Os equipamentos e outros produtos para saúde em uso no serviço de diálise devem estar regularizados junto à ANVISA e ser operados de acordo com as recomendações do fabricante.

c) Possuir equipamentos de hemodiálise de reserva em número suficiente para assegurar a continuidade do atendimento.

d) Dispor de materiais e equipamentos para o atendimento de emergência, no próprio local ou em área contígua e de fácil acesso e em plenas condições de funcionamento, e se o serviço atender a pacientes pediátricos, deve possuir materiais e equipamentos de emergência compatíveis para o atendimento pediátrico.

10.2.8. DO CONCENTRADO POLIELETROLÍTICO PARA HEMODIÁLISE – CPHD

a) O CPHD deve ser mantido armazenado, ao abrigo da luz, calor e umidade, em boas condições de ventilação e higiene ambiental, conforme orientação do fabricante e com controle do prazo de validade.

b) É proibida a reutilização de recipiente para o envase do CPHD (embalagem primária).

10.2.9. DA QUALIDADE DA ÁGUA

a) A água de abastecimento do serviço de diálise deve ter o seu padrão de potabilidade em conformidade com a normatização vigente.

b) O serviço de diálise deve possuir um técnico responsável pela operação do STDAH, sendo que o técnico responsável deve ter capacitação específica para esta atividade e permanecer no serviço durante as atividades relativas à manutenção do STDAH, conforme definido no plano de gerenciamento de tecnologias.

c) As amostras da água para hemodiálise para fins de análises físico-químicas devem ser coletadas em ponto após o subsistema de tratamento de água para hemodiálise.

d) As amostras da água para hemodiálise para fins de análise microbiológicas devem ser coletadas, no mínimo, nos seguintes pontos:

i. No ponto de retorno da alça de distribuição (loop);

ii. Em um dos pontos na sala de processamento.

e) Manter disponíveis os laudos das análises do STDAH, sendo que os registros devem ser arquivados em conformidade com estabelecido em normatização específica ou, na ausência desta, por um prazo mínimo de 05 (cinco) anos, para efeitos de inspeção sanitária.

10.2.10. DAS ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS DO DIALISATO

Deve ser feita análise microbiológica mensal de uma amostra da solução de diálise (dialisato) colhida da máquina de diálise, imediatamente antes do dialisador, no final da sessão. O valor do parâmetro máximo permitido é de 200 (duzentos) UFC/ml e o nível de ação é de 50 (cinquenta) UFC/ml.

11. DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1.O acesso ao SUS se faz pela regulação, a partir de Atenção Básica, ressalvadas situações de urgência e emergência sob definição da Contratada;

11.2.Encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra referência, do Sistema Único de Saúde – SUS, e sem prejuízo da observância das ações do Complexo Regulador do Município;

11.3.As ações e os serviços de saúde ofertados pelo prestador SUS aos usuários são gratuitos vedados à cobrança pelos serviços a qualquer título;

11.4.A proponente não poderá fazer qualquer tipo de discriminação no atendimento prestado aos pacientes;

11.5.Os serviços objeto deste Credenciamento, serão prestados no estabelecimento da contratada, conforme especificações constantes no Edital e nos anexos;

11.6.Caberá a Fundação Municipal de Saúde de Niterói fiscalizar o cumprimento das normas inerentes à humanização do atendimento;

11.7.As despesas com qualquer material de consumo necessário à execução dos serviços serão de responsabilidade da credenciada;

11.8.Os equipamentos que se façam necessários ao perfeito e bom funcionamento dos serviços deverão ser disponibilizados pela proponente, sem ônus para a FMS;

11.9.As despesas decorrentes da contratação de profissionais, como salários, encargos sociais, fiscais e outros correrão por conta da credenciada.

11.10. A credenciada colocará à disposição do SUS a sua capacidade instalada para o atendimento a ser ofertado ao SUS.

11.11. A credenciada deverá prestar os serviços de acordo com os protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, Sociedades Técnicas especializadas com reconhecimento de âmbito nacional e gestores do SUS, observando-se recomendações de boa técnica, colocando à disposição dos usuários do serviço somente profissionais registrados em seus respectivos conselhos de classe ou serviços reconhecidos.

11.12. Estabelecimento de metas quantitativas e indicadores de qualidade para

todas as atividades de saúde.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

12.1. Qualquer interessado poderá impugnar este Edital de Chamamento Público.

12.2. Decairá do direito de impugnar este Edital aquele que não o fizer na data designada no item 1.4.

12.3. As petições devidamente instruídas (assinatura, endereço, denominação e telefone para contato) deverão ser protocoladas na Fundação Municipal de Saúde de Niterói.

12.4. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, somente será reaberto o prazo para a apresentação dos requerimentos de habilitação, se a modificação do Edital puder afetar a ampla participação de interessados no Credenciamento.

13. DO RESULTADO E DA HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

13.1. Será divulgado no Diário Oficial do Município e também no endereço eletrônico www.saude.niteroi.rj.gov.br o resultado do credenciamento, contendo a relação das proponentes habilitadas e dos requerimentos indeferidos.

13.2. Todas as proponentes que preencherem os requisitos deste Edital e forem consideradas aptas na vistoria técnica serão credenciadas como prestadoras SUS.

14. DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O credenciamento não gera para as instituições habilitadas direito subjetivo à celebração de contrato com a Administração Pública.

14.2. Homologado o Credenciamento e havendo demanda, a FMS convocará a(s) credenciada(s) para assinar o respectivo contrato (Anexo 9), no prazo de até 5 dias úteis. Ultrapassado o prazo assinalado sem que a credenciada atenda à convocação ou recusando-se a credenciada a assinar o contrato, decairá do direito de ser contratada, sujeitando-se ainda às penalidades legais.

14.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela credenciada durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela FMS.

15. DA VIGÊNCIA

15.1. A vigência do contrato será de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observando o limite de 60 (sessenta) meses em conformidade com o inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93.

15.2. Se houver interesse das partes na prorrogação do contrato, a contratante vistoriará as instalações da contratada para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas, verificadas por ocasião do cadastramento. A vistoria será realizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término do contrato.

15.3. A prorrogação do contrato será precedida da atualização da "Tabela de Procedimentos Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS)".

15.4. A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a assinatura do instrumento Contratual.

16. DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

16.1. A distribuição de procedimentos por credenciada dar-se-á por paciente portador de insuficiência renal crônica, com necessidade de ingresso em Terapia Renal Substitutiva - TRS, conforme critérios estabelecidos pela Central de Regulação da Secretaria Estadual de Saúde, que é a detentora das vagas de TRS, através do Sistema de Regulação/RJ, e sem prejuízo da observância das diretrizes da Central de Regulação do Município.

16.2. A quantidade total dos procedimentos será dividida considerando a necessidade clínica do paciente e, também, sempre que possível, a comorbidade dos usuários e a continuidade do tratamento, garantindo-se, ainda, a distribuição equitativa entre as credenciadas, de acordo com a demanda por serviços e com a quantidade ofertada ao SUS.

16.3. Caberá a Fundação Municipal de Saúde de Niterói determinar metas físicas, qualitativas e assistenciais a serem cumpridas; o volume de prestação de serviços; os protocolos de humanização do atendimento e de melhoria da qualidade dos serviços prestados à população e outros fatores que tornem o serviço um efetivo instrumento de garantia de acesso ao Sistema Único de Saúde – SUS.

17. DA QUANTIDADE ESTIMADA DE PROCEDIMENTOS

Tabela de Códigos de Procedimentos

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA						
ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	CÓDIGO TABELA SUS	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
Hemodialise (máximo de 1 sessão por semana)	03.05.01.009	Procedimento	580	R\$ 218,47	R\$ 126.172,60	
Hemodialise (máximo de 3 sessões por semana)	03.05.01.010	Procedimento	36.000	R\$ 218,47	R\$ 7.864.720,00	
Hemodialise em portador do HIV (máximo 3 sessões)	03.05.01.011	Procedimento	5.000	R\$ 265,41	R\$ 1.327.050,00	
Hemodialise em portador do HIV (excepcionalidade 1 sessão/semana)	03.05.01.012	Procedimento	85	R\$ 265,41	R\$ 22.559,85	
Manutenção e acompanhamento domiciliar de paciente submetido a DPA /DPAC	03.05.01.016	Procedimento	120	R\$ 358,06	R\$ 42.967,20	
Treinamento de paciente submetido a diálise peritoneal- DPAC-DPA (9 DIAS)	03.05.01.018	Procedimento	10	R\$ 55,13	R\$ 551,30	
Complementação de valor de sessão de hemodíalise em paciente com ou confirmação de COVID 19	03.05.01.022	Procedimento	150	R\$ 71,21	R\$ 10.681,50	
Confecção de fistula arterio- venosa c/ enxertia de politetrafluoretileno (PTFE)	04.18.01.001	Procedimento	8	R\$ 1.453,85	R\$ 11.630,80	
Confecção de fistula arterio- venosa com enxerto autólogo	04.18.01.002	Procedimento	10	R\$ 685,53	R\$ 6.855,30	
Confecção de fistula arterio-venosa p/ hemodialise	04.18.01.003	Procedimento	70	R\$ 600,00	R\$ 42.000,00	
Implante de cateter de longa permanência p/ hemodialise	04.18.01.004	Procedimento	35	R\$ 200,00	R\$ 7.000,00	
Implante de cateter duplo lumen p/ hemodialise	04.18.01.006	Procedimento	120	R\$ 115,81	R\$ 13.897,20	
Implante de cateter tipo Tenckhoff ou similar p/ DPA/DPAC	04.18.01.008	Procedimento	10	R\$ 400,00	R\$ 4.000,00	
Intervenção em fistula arterio-venosa	04.18.02.001	Procedimento	8	R\$ 600,00	R\$ 4.800,00	
Ligadura de fistula arterio-venosa	04.18.02.002	Procedimento	2	R\$ 600,00	R\$ 1.200,00	
Retirada de cateter tipo tenckhoff/similar de longa permanência	04.18.02.003	Procedimento	10	R\$ 400,00	R\$ 4.000,00	
Cateter de longa permanência p/ hemodialise	07.02.10.001	Procedimento	35	R\$ 482,34	R\$ 16.881,90	
Cateter p/ subclávia duplo lumen p/ hemodialise	07.02.10.002	Procedimento	120	R\$ 64,76	R\$ 7.771,20	
Cateter tipo Tenckhoff /similar de longa permanência p/ DPI/DPAC/DPA	07.02.10.003	Procedimento	10	R\$ 149,75	R\$ 1.497,50	
conj. troca p/ DPA (paciente-mes c/ instalação domiciliar e manutenção da máquina cicladora)	07.02.10.004	Procedimento	100	R\$ 2.342,81	R\$ 234.281,00	
Conjunto de troca p/ paciente submetido a DPAC(paciente-mes) correspondente a 120 unidades	07.02.10.006	Procedimento	20	R\$ 1.791,56	R\$ 35.831,20	
Conjunto de troca p/ treinamento de paciente submetido a DPA / DPAC (9 DIAS) correspondente a 36 unidades	07.02.10.007	Procedimento	10	R\$ 609,39	R\$ 6.093,90	
Dilatador p/ implante de cateter duplo lumen	07.02.10.009	Procedimento	120	R\$ 21,59	R\$ 2.590,80	
Guia metálico p/ introdução de cateter duplo lumen	07.02.10.010	Procedimento	120	R\$ 15,41	R\$ 1.849,20	
Determinação de capacidade de fixação do ferro	02.02.01.002	Exame	500	R\$ 2,01	R\$ 1.005,00	

Dosagem de ácido úrico	02.02.01.012	Exame	0	R\$ 1,85	R\$ 0,00
Dosagem de cálcio	02.02.01.021	Exame	4848	R\$ 1,85	R\$ 8.968,80
Dosagem de colesterol HDL	02.02.01.027	Exame	404	R\$ 3,51	R\$ 1.418,04
Dosagem de colesterol LDL	02.02.01.028	Exame	404	R\$ 3,51	R\$ 1.418,04
Dosagem de colesterol total	02.02.01.029	Exame	404	R\$ 1,85	R\$ 747,40
Dosagem de creatinina	02.02.01.031	Exame	1200	R\$ 1,85	R\$ 2.220,00
Dosagem de ferritina	02.02.01.038	Exame	1616	R\$ 15,59	R\$ 25.193,44
Dosagem de ferro sérico	02.02.01.039	Exame	1616	R\$ 3,51	R\$ 5.672,16
Dosagem de fosfatase alcalina	02.02.01.042	Exame	1616	R\$ 2,01	R\$ 3.248,16
Dosagem de fósforo	02.02.01.043	Exame	4848	R\$ 1,85	R\$ 8.968,80
Dosagem de glicose	02.02.01.047	Exame	1735	R\$ 1,85	R\$ 3.209,75
Dosagem de hemoglobina glicolizada	02.02.01.050	Exame	484	R\$ 7,86	R\$ 3.804,24
Dosagem de potássio	02.02.01.060	Exame	4848	R\$ 1,85	R\$ 8.968,80
Dosagem de proteínas totais e frações	02.02.01.062	Exame	1616	R\$ 1,85	R\$ 2.989,60
Dosagem de sódio	02.02.01.063	Exame	4848	R\$ 1,85	R\$ 8.968,80
Dosagem de transaminase glutâmico-piruvica(TGP)	02.02.01.065	Exame	3408	R\$ 2,01	R\$ 6.850,08
Dosagem de transferrina	02.02.01.066	Exame	1616	R\$ 4,12	R\$ 6.657,92
Dosagem de triglicerídeos	02.02.01.067	Exame	404	R\$ 3,51	R\$ 1.418,04
Dosagem de ureia	02.02.01.069	Exame	9696	R\$ 1,85	R\$ 17.937,60
Dosagem de 25 hidroxivitamina D	02.02.01.076	Exame	808	R\$ 15,24	R\$ 12.313,92
Dosagem de hemoglobina	02.02.02.030	Exame	4848	R\$ 1,53	R\$ 7.417,44
Hematócrito	02.02.02.037	Exame	4848	R\$ 1,53	R\$ 7.417,44
Hemograma Completo	02.02.02.038	Exame	1616	R\$ 4,11	R\$ 6.641,76
Pesquisa de anticorpos anti-HIV 1+ HIV 2(ELISA)	02.02.03.030	Exame	404	R\$ 10,00	R\$ 4.040,00
Pesquisa de anticorpos contra antígeno de superfície do V	02.02.03.063	Exame	808	R\$ 18,55	R\$ 14.988,40
Pesquisa de anticorpos contra o vírus da hepatite C	02.02.03.067	Exame	808	R\$ 18,55	R\$ 14.988,40
Pesquisa de anticorpos IGG e IGM contra antígeno central	02.02.03.078	Exame	10	R\$ 18,55	R\$ 185,50
Pesquisa de anticorpos IGM contra antígeno central	02.02.03.089	Exame	10	R\$ 18,55	R\$ 185,50
Pesquisa de antígeno de superfície do vírus da hepatite B	02.02.03.097	Exame	808	R\$ 18,55	R\$ 14.988,40
Dosagem de hormônio tireostimulante(TSH)	02.02.06.025	Exame	404	R\$ 8,96	R\$ 3.619,84
Dosagem de Paratormônio	02.02.06.027	Exame	1616	R\$ 43,13	R\$ 69.698,08
Dosagem de Tiroxina(T4)	02.02.06.037	Exame	404	R\$ 8,76	R\$ 3.539,04
Dosagem de alumínio	02.02.07.008	Exame	404	R\$ 27,50	R\$ 11.110,00
TOTAL R\$ 10.088.420,84 (Dez milhões, oitenta e oito mil, quatrocentos e vinte reais e oitenta e quatro centavos)					

Os quantitativos estimados são meramente referenciais, não ficando a FMS obrigada a contratar todo o quantitativo estimado e ofertado pela(s) proponente(s). A(s) credenciada(s) será(ão) remunerada(s) de acordo com a comprovação dos serviços prestados e observados o teto orçamentário-financeiro, devendo ainda a(s) credenciada(s) atender(em) toda a demanda pactuada conforme as Deliberações CIB vigentes no que se refere aos serviços objeto deste Credenciamento.

18. DOS SISTEMAS DE GESTÃO E INFORMAÇÃO
 18.1 A empresa credenciada para a prestação do serviço deverá atender às necessidades deste no que concerne à alimentação dos dados necessários ao gerenciamento das informações em saúde utilizados pela Fundação Municipal de Saúde. Para tal mister deverão observar os seguintes procedimentos:
 18.1 Registrar, mensalmente, os dados de produção no Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS, atualizando, com a mesma periodicidade, o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), e as Autorizações de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade (APAC), ou outro sistema de informações que venha a ser implementado no âmbito do SUS;
 18.2 Utilizar os atuais sistemas de informação que subsidiem a regulação do acesso, ou outro sistema de informação que venha a ser implementado;

19 DO PAGAMENTO AO PRESTADOR

19.1 O pagamento se fará de acordo com a produção efetivamente prestada e comprovada.
 19.2 A comprovação da realização dos procedimentos se dará pela assinatura do paciente nas fichas de presença, bem como pelas anotações médicas e de enfermagem. A não assinatura do documento pelo paciente sempre antes do início do procedimento ou seu responsável/acompanhante poderá implicar o não pagamento do procedimento cobrado. Tais fichas deverão ficar à disposição dos Gestores Municipais, bem como da Auditoria do DENASUS.
 19.3 O pagamento pelos serviços prestados será efetuado após o repasse dos recursos transferidos pelo Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde.
 19.4 A contratada apresentará mensalmente à contratante as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados, obedecendo aos procedimentos e aos prazos estabelecidos pela FMS e pelo Ministério da Saúde.
 19.5 A contratada emitirá a nota fiscal que deverá vir acompanhada dos encargos (INSS, ISS, FGTS) devidamente pagos na competência do faturamento, devendo ser fornecida em papel após a apuração pelo sistema SIA/SUS dos valores dos serviços prestados, onde o(s) servidor (es) designado(s) para fiscalização do Contrato possa(m) realizar sua verificação e, não havendo problemas, o aceite;
 19.6 Caso os dados da nota estejam incorretos, a contratante comunicará à contratada e esta emitirá nova nota, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então, novo prazo para pagamento.
 19.7 O pagamento pelos serviços prestados apenas será feito após o devido ateste das notas fiscais.

19.8 As faturas rejeitadas pelo SIA/SUS ou, eventualmente, pela FMS serão devolvidas à contratada para as correções cabíveis, devendo ser reapresentadas no próximo faturamento e, sendo o prazo máximo de até 03 (três) competências para a representação.

19.9 Findo este prazo sem que haja regularização por parte da contratada ou apresentação de defesa aceita pela contratante, a contratada está sujeita ao não recebimento pela prestação do serviço, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Edital.

19.10 O não cumprimento pelo Ministério da Saúde da obrigação de repassar os recursos correspondentes aos valores constantes neste contrato não transfere para a CONTRATANTE a obrigação de pagar os serviços ora contratados, os quais são de responsabilidade do Ministério da Saúde para todos os efeitos legais;

19.11 A CONTRATANTE responderá pelos encargos financeiros assumidos além do limite dos recursos que lhe são destinados, desde que regulados pela FMS, ficando o Ministério da Saúde exonerado do pagamento de eventual excesso.

20 DO PROCESSAMENTO DO FATURAMENTO

20.1 A produção ambulatorial da contratada deverá ser encaminhada

eletronicamente, via e-mail (ambulatorialdecau@gmail.com), à FMS, até o dia 10 de cada mês posterior ao da prestação dos serviços, para processamento do faturamento. Caso o décimo dia do mês recaia em dia em que não houver expediente na FMS, prorroga-se o prazo para o primeiro dia útil subsequente.

20.2 A contratada deverá entregar a nota fiscal emitida em 01(uma) via e os comprovantes de pagamento dos encargos incidentes sobre a prestação dos serviços (INSS, FGTS e ISS), até 5 (cinco) dias após a divulgação do valor apurado do faturamento, a fim de que seja aberto processo administrativo para pagamento.

20.3 A nota fiscal deverá ser entregue no Departamento de Controle Avaliação e Auditoria - DECAU sito à Avenida Amaral Peixoto, 169, 8º andar Centro Niterói/RJ;

20.4 O(s) servidor (es) designado(s) fará (ão) o recebimento provisório, em conformidade com o inciso I do art. 73 da Lei 8.666/93, verificando a especificação e a qualidade do serviço, de conformidade com o exigido neste Termo de Referência e no Edital.

20.5 Em caso de conformidade, fará (ao) o recebimento definitivo no prazo máximo de 02(dois) dias úteis após o recebimento provisório, atestando a efetiva execução dos serviços no verso da nota fiscal e a encaminhará ao Departamento Financeiro (DEFIN), para fins de pagamento.

20.6 O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante ateste das notas fiscais, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente utilizados.

20.7 O atraso no envio dos documentos acima mencionados poderá acarretar atraso no pagamento não imputável à FMS, não incidindo, portanto, sobre o valor do débito principal qualquer acréscimo ou multa.

20.8 A contratante, após a conferência dos documentos apresentados, efetuará o pagamento do valor apurado, depositando-o obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária da contratada, cujo número e agência deverão ser informados à Fundação Municipal de Saúde de Niterói/RJ, até a assinatura do Contrato.

20.9 Ocorrendo erro ou falta de processamento das contas por culpa da contratante, esta garantirá à contratada o pagamento, no prazo avençado do contrato, do valor correspondente ao mês imediatamente anterior, acertando eventuais diferenças no pagamento seguinte, ficando, contudo, exonerada do pagamento de multa ou de quaisquer outras sanções e encargos financeiros.

20.10 As contas rejeitadas ou glosadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelo Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria, a qualquer tempo.

20.11 Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

20.12 Em hipótese alguma serão pagos serviços não realizados.

20.13 Após o encerramento do contrato, os serviços realizados decorrentes desta contratação deverão ser cobrados em prazo máximo de 03(três) competências.

21 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da FMS:

21.1 Realizar os pagamentos devidos à contratada, nas condições estabelecidas no Edital, seus anexos e no contrato.

21.2 Atestar as notas fiscais;

21.3 Processar o faturamento no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS(SIA/SUS);

21.4 Apresentar relatórios mensais das glosas técnicas e administrativas dos procedimentos, com o respectivo desconto na produção apresentada;

21.5 Realizar, a qualquer tempo, visitas técnicas, dentro de suas programações de rotina ou extraordinárias utilizando metodologia usual ou específica, e por outros componentes;

21.6 Analisar os relatórios e atividades elaborados pela contratada, que demonstrem o atendimento ao objeto;

21.7 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela contratada, fornecer documentos e demais elementos que possuir pertinentes à execução do contrato, exceto aqueles protegidos pelo dever de sigilo;

21.8 Supervisionar e fiscalizar as ações e os serviços executados pelos prestadores contratados, de forma permanente, por meio da adoção de instrumentos de controle e avaliação dos serviços contratados, além daqueles já previstos no âmbito do SNA, documentando as ocorrências que porventura ocorrerem, visando a garantir o acesso da população a serviços de saúde de qualidade;

21.9 Aplicar as penalidades legais e contratuais, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, observado o devido processo legal.

22 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da contratada:

22.1 Realizar os serviços de acordo com todas as exigências pactuadas;

22.2 Informar imediatamente à CONTRATANTE eventual mudança temporária ou permanente, de endereço do estabelecimento de prestação do serviço, hipótese na qual a CONTRATANTE poderá rever as condições do contrato ou rescindi-lo;

22.3 Informar imediatamente à CONTRATANTE as eventuais alterações, temporárias ou permanentes, da capacidade instalada que possam vir a comprometer a oferta de serviços disponibilizados ao SUS;

22.4 Comunicar eventual alteração de seus atos constitutivos ou da composição de seu quadro social, enviando à FMS, no prazo de 60(sessenta) dias, contados da data de registro da alteração, todos os documentos pertinentes a essa alteração;

22.5 Informar imediatamente qualquer mudança, temporária ou permanente, do Responsável Técnico e/ou de seu substituto;

22.6 Promover a qualificação de suas equipes profissionais;

22.7 Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal, igualitário e gratuito, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;

22.8 Prestar assistência integral e humanizada aos pacientes encaminhados pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói/RJ;

22.9 Realizar procedimentos e rotinas técnicas atualizadas com base nas melhores evidências científicas disponíveis;

22.10 Esclarecer aos pacientes e/ou responsáveis legais sobre seus direitos e sobre demais informações relevantes pertinentes aos serviços oferecidos;

22.11 Respeitar a decisão do paciente e/ou responsáveis legais, ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

22.12 Informar ao usuário do SUS e à FMS, prévia e

expressamente, quando um procedimento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa. O usuário do SUS decidirá de forma livre e esclarecida sobre a sua participação;

22.13 Registrar no prontuário todas as informações referentes à assistência prestada ao paciente e à sua evolução clínica, bem como todos os profissionais envolvidos diretamente na assistência ao paciente;

22.14 Garantir a confidencialidade e confiabilidade dos dados e informações dos pacientes;

22.15 Apresentar, por escrito, aos pacientes ou a seus responsáveis legais, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste Edital e seus anexos;

22.16 Obrigar-se a entregar ao usuário ou ao seu responsável, no ato da saída do estabelecimento ou sempre que solicitado, documento comprobatório, informando que a assistência foi prestada pelo SUS, sem custos adicionais para o paciente. O cabeçalho do documento deverá conter o seguinte esclarecimento: *"Esta conta deverá ser paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais, sendo expressamente vedada a cobrança, diretamente do usuário, de qualquer valor, a qualquer título."*, com os seguintes dados:

a. Nome da Contratada;

b. Nome do paciente;

c. Localidade;

d. Nome e valor do procedimento realizado;

22.17 Manter suas condições de habilitação durante todo o período contratual;

22.18 Estabelecer normas e rotinas institucionalizadas para todos os serviços prestados;

22.19 Participar de programas, pesquisas e ações estratégicas propostas pelo Ministério da Saúde e a Fundação Municipal de Saúde de Niterói;

22.20 Submeter-se à regulação instituída pelo Gestor;

22.21 Obrigar-se a apresentar, sempre que lhe for solicitado, relatórios de atividades que demonstrem o atendimento do objeto;

22.22 Garantir aos Conselhos de Saúde, no exercício de seu poder de fiscalização, o acesso aos serviços contratados;

22.23 Cumprir as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH);

22.24 Cumprir as diretrizes do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP);

22.25 Possuir um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS);

22.26 Submeter-se ao Sistema Nacional de Auditoria (SNA), no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, sempre que solicitado;

22.27 Ter contrato de manutenção para todos os equipamentos destinados aos pacientes, visando à manutenção preventiva e ao reparo dos equipamentos que porventura venham a apresentar defeito técnico, identificando/substituindo peças danificadas e/ou em condições precárias de uso que possam prejudicar o adequado funcionamento do equipamento;

22.28 Efetuar aferição/calibração de parâmetros mensuráveis que comprovem a acurácia do equipamento dentro da periodicidade recomendada pelo fabricante ou anualmente, valendo o que for menor. Deve estar incluído, entre outros, testes de controle de qualidade.

22.29 Orientar e treinar os profissionais quanto aos cuidados, procedimentos e protocolos de limpeza, notadamente para os equipamentos, para otimizar o seu uso e ampliar sua vida útil;

22.30 Buscar desenvolver metodologia de garantia de qualidade e segurança na assistência à saúde visando à redução de eventos indesejados nos usuários do SUS;

22.31 Disponibilizar cópia dos exames aos pacientes;

22.32 Fornecer todos os materiais de consumo específicos, tais como: materiais de administração, de enfermagem, medicamentos, descartáveis e impressos para a prestação dos serviços;

22.33 Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos, nos termos da Resolução nº 1.821/07 do Conselho Federal de Medicina, ressalvados os prazos previstos em lei. É indispensável ao serviço possuir prontuário único para cada paciente, que inclua todos os tipos de atendimento a ele referente.

22.34 Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, sem autorização da Comissão de Ética em Pesquisa, devidamente registrada no Ministério da Saúde;

22.35 Reagendar e garantir o atendimento quando não houver a possibilidade de atendimento dos pacientes agendados.

23 DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

23.1 Responsabilizar-se pela cobrança indevida, feita a paciente ou a seu responsável legal, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução do objeto deste Edital.

23.2 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante, aos pacientes ou terceiros, quando da execução dos serviços. Essa responsabilidade da contratada não é excluída ou reduzida pela presença da fiscalização ou pelo acompanhamento da execução do contrato pela contratante.

23.3 A contratada é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, previdenciários, civis, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a contratante, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição para pagamento dos créditos à contratada.

23.4 Responsabilizar-se pela contratação de pessoal para a execução dos serviços necessários à execução do objeto deste Edital, responsabilizando-se, ainda, por todos os encargos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e fiscais ou quaisquer outras advindas das contratações, previstas na legislação em vigor.

24 DA GRATUIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS A POPULAÇÃO

24.1 Os serviços prestados pela Credenciada à população, em decorrência da execução do objeto deste Edital, serão totalmente gratuitos, sendo-lhe vedado exigir qualquer tipo de contraprestação, ajuda, auxílio ou colaboração.

25 DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

25.1 A execução dos serviços contratados será objeto de acompanhamento, controle e avaliação pelo departamento competente.

25.2 A execução dos serviços contratados será objeto de fiscalização por servidor

(es) designado(s) pela Presidente da Fundação Municipal de Saúde de Niterói.

25.3 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

25.4 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

25.5 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

25.6 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

25.7 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

25.8 O fiscal designado pela Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

25.9 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por quaisquer irregularidades, inclusive perante terceiros, nem a exime de manter fiscalização própria.

25.10 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

25.11 Para execução da fiscalização, a contratada se submeterá a todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessárias.

25.12 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

25.13 Qualquer alteração que importe em diminuição da capacidade operativa da Credenciada poderá ensejar a não prorrogação do contrato ou a revisão das condições estipuladas.

25.14 A(s) Credenciada(s) facilitará(ão) o acompanhamento e a fiscalização permanentes dos serviços, prestará(ão) todos os esclarecimentos e entregará(ão) todos os documentos que lhe(s) forem solicitados.

25.15 O(s) servidor(es) designado(s) pela fiscalização, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para constatação e providências cabíveis.

26 DO DESCREDENCIAMENTO

26.1 O descumprimento de quaisquer das normas e condições previstas na legislação aplicável, neste Edital e seus anexos, poderá ensejar o descumprimento da contratada e a consequente rescisão do contrato.

26.2 A inabilitação ou descumprimento poderá ocorrer em qualquer fase do Credenciamento, inclusive durante a vigência do contrato, caso o(s) servidor (es) designado(s) para fiscalização do objeto do contrato tome(m) conhecimento de fatos supervenientes que desabonem a idoneidade da proponente, que comprovem a falsidade das informações prestadas ou quaisquer outros que contrariem as disposições contidas neste Edital ou na legislação aplicável.

26.3 As Credenciadas não terão qualquer direito a indenização em decorrência do descumprimento, garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data do ato.

26.4 No caso de descumprimento fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

26.5 A contratada poderá requerer seu descumprimento, por meio de documento formal endereçado ao Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da Fundação Municipal de Saúde de Niterói/RJ, com antecedência mínima de 60(sessenta) dias.

27 DAS PENALIDADES APLICÁVEIS

27.1 O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro Municipal suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

27.2 Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

27.3 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

27.4 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do subitem 27.2, serão impostas pelo Ordenador de Despesa.

b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do subitem 27.2, será imposta pelo próprio Secretário Municipal ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário Municipal.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do subitem 27.2, é de competência exclusiva do Secretário Municipal.

27.5 A multa administrativa, prevista na alínea b, do subitem 27.2:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

27.6 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do Subitem 27.2:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento.

27.7 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do subitem 27.2, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

27.8 A reabilitação referida pelo subitem 27.7 poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

27.9 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

27.10 Se o valor das multas previstas na alínea b, do subitem 27.2, e no subitem 27.5, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

27.11 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

27.12 A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

27.13 Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

27.14 A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

27.15 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do subitem 27.2, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

27.16 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

27.17 Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

27.18 As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE na Secretaria de Administração.

27.19 Após o registro mencionado no subitem acima, deverá ser remetido o extrato de publicação no veículo de publicação dos atos oficiais do Município do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do subitem 27.2, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói.

27.20 Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, o presente contrato poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação da multa.

28 DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

28.6 O prazo para recebimento dos requerimentos de habilitação poderá ser adiado ou prorrogado, sem que caibam aos interessados quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.

28.7 O presente Credenciamento poderá ser revogado em face de razões de interesse público, mediante decisão fundamentada, por motivo superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo ainda ser anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, assegurado o devido processo legal.

28.8 A(s) credenciada(s) não terá (ão) qualquer direito à indenização em decorrência da anulação/revogação do Credenciamento, sendo-lhe assegurado apenas o

pagamento pelos serviços prestados até a data do ato.

29 DOS RECURSOS

29.6 Das decisões proferidas no presente procedimento de Credenciamento caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Município ou da intimação do ato, o que ocorrer primeiro, nos seguintes casos:

- Habilitação ou inabilitação da proponente;
- Descredenciamento;
- Anulação ou revogação do Credenciamento;
- Penalidades aplicadas.

29.7 Os recursos serão dirigidos à autoridade máxima do órgão ou entidade credenciadora por intermédio da Comissão de Credenciamento, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade máxima, com as informações cabíveis.

29.8 Só serão aceitos recursos por escrito e protocolados na FMS, no endereço constante no item 3.1.

29.9 É vedada a apresentação de mais de um recurso contra a mesma decisão pela mesma proponente.

29.10 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento a todos os recorrentes por publicação no Diário Oficial do Município.

30 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1 Ao protocolar o envelope de credenciamento, presume-se que a proponente conhece todas as condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

30.2 A participação neste processo de Credenciamento implica a aceitação de todos os termos deste Edital e da legislação aplicável.

30.3 A interessada é responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo de Credenciamento. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inveracidade das informações nele contidas implicará a imediata inabilitação da interessada que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido credenciada, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

30.4 A FMS poderá solicitar às credenciadas, a qualquer momento, informações e documentos que julgar necessários.

30.5 As interessadas intimadas a prestar quaisquer esclarecimentos ou a apresentar documentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela FMS, sob pena de descredenciamento e/ou rescisão do contrato.

30.6 O desatendimento a exigências formais não essenciais não importará no afastamento da interessada do processo de Credenciamento, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

30.7 Os atos referentes a este processo de Credenciamento poderão ser comunicados às interessadas por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante a publicação no Diário Oficial do Município, salvo disposição legal ou editalícia expressa em sentido contrário.

30.8 É permitido o Credenciamento a qualquer interessado, desde que preencha as condições exigidas e durante a vigência deste Edital.

30.9 Fazem parte do presente Edital, integrando-o, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

Anexo 1 - TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo 2 – MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO Anexo 3 –
MODELO DE CARTA CREDENCIAL

Anexo 4- MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA CONTRATAR
COMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Anexo 5 - MODELO DE DECLARAÇÃO DOS QUANTITATIVOS MÍNIMOS E
MÁXIMOS DOS PROCEDIMENTOS A SEREM OFERTADOS

Anexo 6 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS
LEGAIS

Anexo 7 – FICHA DE PROGRAMAÇÃO FÍSICO-ORÇAMENTÁRIA

Anexo 8 – RELATÓRIO DE VISTORIA TÉCNICA

Anexo 9 - MINUTA DE CONTRATO

30.10 Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade superior, observados os princípios que informam a atuação da Administração Pública.

30.11 O Foro de Niterói é eleito como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Credenciamento e à contratação dele decorrente, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA****1 – OBJETO**

Seleção e credenciamento de entidades filantrópicas sem fins lucrativos e/ou instituições privadas, sediadas no Município de Niterói/RJ, habilitadas no Ministério da Saúde e cadastradas no SCNES, para a prestação de serviços (procedimentos e exames), de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS), na área de Terapia Renal Substitutiva – TRS (nefrologia), os quais se encontram discriminados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do SUS, para atender as necessidades da Fundação Municipal de Saúde de Niterói (FMS), na forma do Termo de Referência.

2 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A saúde é um direito assegurado a todos, por meio da Constituição Federal de 1988, inerente à vida, bem maior do homem, o Município tem o dever de prover e garantir condições indispensáveis ao seu pleno exercício, sendo facultado aos Gestores do SUS lançar mão de serviços de saúde, de forma complementar a oferta pública deles.

A Terapia Renal Substitutiva – TRS é o tratamento que exerce as funções dos rins, que quando doente, não conseguem mais executar a filtragem do sangue. Inclina-se ao fato da necessidade de estruturar uma rede de serviços regionalizada e hierarquizada que estabeleça uma linha de cuidados integrals e integrados no manejo das principais causas das doenças renais, com vistas a minimizar o dano da doença renal no País, melhorar o acesso dos pacientes ao atendimento especializado em nefrologia e melhorar o acesso do paciente à Terapia Renal Substitutiva, conforme Portaria GM/MS nº 1.168, de 15 de Junho de 2004, regularizando o processo de regulação, fiscalização, controle e avaliação da atenção ao portador de doença renal, com vistas a qualificar a gestão pública a partir de Centrais de Regulação que integrem o Complexo Regulador da Atenção, conforme previsto na Portaria GM/MS nº 1.559, de 01/08/2008, e Portaria GM/MS nº 841, de 02/05/2012 que institui a Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), ou outras normas que venham substituí-las.

Soma-se a tal a necessidade de melhor regulamentar a atenção ao paciente portador de doença renal crônica, conforme Portaria SAS/MS nº 389 de 13/03/2014 que define os critérios para a organização da linha de cuidado da Pessoa com Doença Renal Crônica (DRC).

Espera-se por meio deste, contratuar de forma complementar, serviços de assistência à saúde, especialmente Terapia Renal Substitutiva - TRS para portadores de doença renal crônica, realizada por Unidades Especializadas para atender à demanda da Gestão Municipal e àquela que seja referenciada a Fundação Municipal de Saúde de Niterói, principalmente no que se refere à atenção classificada como de Alta Complexidade.

A ausência da contratação de tais serviços pode trazer prejuízos irreversíveis aos usuários atendidos, motivo qual objetivando ampliar a rede de prestadores de serviços na área de saúde, bem como a melhoria na qualidade do atendimento e conhecer a real oferta de serviços, o Município de Niterói, por intermédio da Fundação Municipal de Saúde, convoca todos os prestadores de saúde, dispondo-se a contratar todos aqueles que tiverem interesse e satisfaçam os requisitos estabelecidos no Edital de Chamamento Público, fixando os preços a serem pagos pelos procedimentos e exames médicos constantes na Tabela do SUS, não havendo caráter classificatório, inviabilizando a competição.

3 – JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO

Considerou-se para estimativa do quantitativo o total de procedimentos e valores constantes da última contratualização, corroborada esta com as quantidades faturadas por procedimentos nos últimos 12 meses (memória de cálculo anexa).
 A quantidade total dos procedimentos e exames descritos poderá ser dividida em partes iguais em mais de uma unidade prestadora, desde que não lese assistência ao usuário e lhe dê melhor comodidade.
 Destaca-se que os quantitativos estimados de consumo dos anexos são meramente referenciais e que a(s) empresa(s) credenciada(s) será(ao) remunerada(s) de acordo com a comprovação dos serviços prestados, devendo ainda a(s) credenciada(s) atender(em) toda a demanda pactuada conforme as Deliberações CLB vigentes no que se refere aos serviços objeto deste Termo de Referência.

4 – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DETALHADA DO OBJETO

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA					
ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	CÓDIGO TABELA SUS	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Hemodialise (máximo de 1 sessão por semana)	03.05.01.009	Procedimento	580	R\$ 218,47	R\$ 126.172,60
Hemodialise (máximo de 3 sessões por semana)	03.05.01.010	Procedimento	36.000	R\$ 218,47	R\$ 7.864.720,00
Hemodialise em portador do HIV (máximo 3 sessões)	03.05.01.011	Procedimento	5.000	R\$ 265,41	R\$ 1.327.050,00
Hemodialise em portador do HIV (excepcionalidade máxima 1 sessão/semana)	03.05.01.012	Procedimento	85	R\$ 265,41	R\$ 22.559,85
Manutenção e acompanhamento domiciliar de paciente submetido a DPA /DPAC	03.05.01.016	Procedimento	120	R\$ 358,06	R\$ 42.967,20
Treinamento de paciente submetido a diálise peritoneal- DPAC- DPA (9 DIAS)	03.05.01.018	Procedimento	10	R\$ 55,13	R\$ 551,30
Complementação de valor de sessão de hemodiálise em paciente com suspeição ou confirmação de COVID 19	03.05.01.022	Procedimento	150	R\$ 71,21	R\$ 10.681,50
Confeccao de fistula arterio- venosa c/ enxertia de politetrafluoretileno (PTFE)	04.18.01.001	Procedimento	8	R\$ 1.453,85	R\$ 11.630,80
Confeccao de fistula arterio-venosa com enxerto autologo	04.18.01.002	Procedimento	10	R\$685,53	R\$6.855,30
Confeccao de fistula arterio-venosa p/ hemodialise –	04.18.01.003	Procedimento	70	R\$ 600,00	R\$ 42.000,00
Implante de cateter de longa permanencia p/ hemodialise	04.18.01.004	Procedimento	35	R\$ 200,00	R\$ 7.000,00
Implante de cateter duplo lumen p/ hemodialise	04.18.01.006	Procedimento	120	R\$ 115,81	R\$ 13.897,20
Implante de cateter tipo Tenckhoff ou similar p/ DPA/DPAC	04.18.01.008	Procedimento	10	R\$ 400,00	R\$ 4.000,00
Intervenção em fistula arterio-venosa -	04.18.02.001	Procedimento	8	R\$ 600,00	R\$ 4.800,00
Ligadura de fistula arterio-venosa	04.18.02.002	Procedimento	2	R\$600,00	R\$ 1.200,00
Retirada de cateter tipo tenckhoff/similar de longa permanência	04.18.02.003	Procedimento	10	R\$400,00	R\$ 4.000,00
Cateter de longa permanência p/ hemodialise	07.02.10.001	Procedimento	35	R\$ 482,34	R\$ 16.881,90
Cateter p/ subclavia duplo lumen p/ hemodialise	07.02.10.002	Procedimento	120	R\$ 64,76	R\$ 7.771,20
Cateter tipo Tenckhoff /similar de longa permanencia p/ DPI/DPAC/DPA	07.02.10.003	Procedimento	10	R\$ 149,75	R\$ 1.497,50
Conjunto de troca p/ DPA (paciente-mes c/ instalação domiciliar e manutenção da maquina cicladora)	07.02.10.004	Procedimento	100	R\$ 2.342,81	R\$ 234.281,00
Conjunto de troca p/ paciente submetido a DPAC(paciente-mes) correspondente a 120 unidades	07.02.10.006	Procedimento	20	R\$ 1.791,56	R\$ 35.831,20
Conjunto de troca p/ treinamento de paciente submetido a DPA / DPAC (9 DIAS) correspondente a 36 unidades	07.02.10.007	Procedimento	10	R\$ 609,39	R\$ 6.093,90
Dilatador p/ implante de cateter duplo lumen	07.02.10.009	Procedimento	120	R\$ 21,59	R\$ 2.590,80
Guia metalico p/ introdução de cateter duplo lumen	07.02.10.010	Procedimento	120	R\$ 15,41	R\$ 1.849,20
Determinação de capacidade de fixação do ferro	02.02.01.002	Exame	500	R\$ 2,01	R\$ 1.005,00
Dosagem de acido urico	02.02.01.012	Exame	0	R\$ 1,85	R\$ 0,00
Dosagem de cálcio	02.02.01.021	Exame	4848	R\$ 1,85	R\$ 8.968,80
Dosagem de colesterol HDL	02.02.01.027	Exame	404	R\$ 3,51	R\$ 1.418,04
Dosagem de colesterol LDL	02.02.01.028	Exame	404	R\$ 3,51	R\$ 1.418,04
Dosagem de colesterol total	02.02.01.029	Exame	404	R\$ 1,85	R\$ 747,40
Dosagem de creatinina	02.02.01.031	Exame	1200	R\$ 1,85	R\$ 2.220,00
Dosagem de ferritina	02.02.01.038	Exame	1616	R\$ 15,59	R\$ 25.193,44
Dosagem de ferro sérico	02.02.01.039	Exame	1616	R\$ 3,51	R\$ 5.672,16
Dosagem de fosfatase alcalina	02.02.01.042	Exame	1616	R\$ 2,01	R\$ 3.248,16
Dosagem de fósforo	02.02.01.043	Exame	4848	R\$ 1,85	R\$ 8.968,80
Dosagem de glicose	02.02.01.047	Exame	1735	R\$ 1,85	R\$ 3.209,75
Dosagem de hemoglobina glicolisada	02.02.01.050	Exame	484	R\$ 7,86	R\$ 3.804,24
Dosagem de potássio	02.02.01.060	Exame	4848	R\$ 1,85	R\$ 8.968,80
Dosagem de proteínas totais e frações	02.02.01.062	Exame	1616	R\$ 1,85	R\$ 2.989,60
Dosagem de sódio	02.02.01.063	Exame	4848	R\$ 1,85	R\$ 8.968,80
Dosagem de transaminase glutamico-piruvica(TGP)	02.02.01.065	Exame	3408	R\$ 2,01	R\$ 6.850,08
Dosagem de transferrina	02.02.01.066	Exame	1616	R\$ 4,12	R\$ 6.657,92
Dosagem de triglicerídios	02.02.01.067	Exame	404	R\$ 3,51	R\$ 1.418,04
Dosagem de ureia	02.02.01.069	Exame	9696	R\$ 1,85	R\$ 17.937,60
Dosagem de 25 hidroxivitamina D	02.02.01.076	Exame	808	R\$ 15,24	R\$ 12.313,92
Dosagem de hemoglobina	02.02.02.030	Exame	4848	R\$ 1,53	R\$ 7.417,44
Hematocrito	02.02.02.037	Exame	4848	R\$ 1,53	R\$ 7.417,44
Hemograma Completo	02.02.02.038	Exame	1616	R\$ 4,11	R\$ 6.641,76
Pesquisa de anticorpos anti-HIV 1+ HIV 2(ELISA)	02.02.03.030	Exame	404	R\$ 10,00	R\$ 4.040,00
Pesquisa de anticorpos contra antígeno de superfície do V	02.02.03.063	Exame	808	R\$ 18,55	R\$ 14.988,40
Pesquisa de anticorpos contra o vírus da hepatite C	02.02.03.067	Exame	808	R\$ 18,55	R\$ 14.988,40
Pesquisa de anticorpos IGG e IGM contra antígeno central	02.02.03.078	Exame	10	R\$ 18,55	R\$ 185,50
Pesquisa de anticorpos IGM contra antígeno central	02.02.03.089	Exame	10	R\$ 18,55	R\$ 185,50
Pesquisa de antígeno de superfície do vírus da hepatite B	02.02.03.097	Exame	808	R\$ 18,55	R\$ 14.988,40
Dosagem de hormônio tireostimulante(TSH)	02.02.06.025	Exame	404	R\$ 8,96	R\$ 3.619,84
Dosagem de Paratormônio	02.02.06.027	Exame	1616	R\$ 43,13	R\$ 69.698,08
Dosagem de Tiroxina(T4)	02.02.06.037	Exame	404	R\$ 8,76	R\$ 3.539,04
Dosagem de alumínio	02.02.07.008	Exame	404	R\$ 27,50	R\$ 11.110,00
TOTAL R\$ 10.088.420,84 (Dez milhões, oitenta e oito mil, quatrocentos e vinte reais e oitenta e quatro centavos)					

5 – MODO DE EXECUÇÃO DO OBJETO/ CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

5.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada disponibilizará os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no subitem 2.1 deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário.

5.2 A Contratada deverá garantir a não paralisação dos serviços contratados por motivos de falta de insumos/equipamentos, transporte ou recursos humanos. Período de 12 (doze) meses, conforme meta física, qualitativa e assistenciais determinadas pela Fundação Municipal de Saúde.

A distribuição de procedimentos por credenciada dar-se-á por paciente portador de insuficiência renal crônica, com necessidade de ingresso em Terapia Renal Substitutiva - TRS, conforme critérios estabelecidos pela Central de Regulação da Secretaria Estadual de Saúde, que é a detentora das vagas de TRS, através do Sistema Estadual de Regulação – SER.

Caberá a Fundação Municipal de Saúde de Niterói determinar metas físicas, qualitativas e assistenciais a serem cumpridas; o volume de prestação de serviços; os protocolos de humanização do atendimento e de melhoria da qualidade dos serviços prestados à população e outros fatores que tornem o serviço um efetivo instrumento de garantia de acesso ao Sistema Único de Saúde – SUS

5.6 A aceitação provisória ou definitiva dos serviços não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

– CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO

6.1 Os serviços devem obedecer aos requisitos da Resolução RDC/ANVISA nº 50 de 21/02/2002, ou outra que venha substituí-la, quanto às normas específicas referentes à área de engenharia, arquitetura e vigilância sanitária em vigor, com vistas a garantir as condições físicas adequadas ao atendimento dos usuários.

6.2 Os serviços a serem contratados deverão oferecer ao paciente portador de doença renal crônica, os recursos necessários a seu atendimento/assistência médico-ambulatorial, conforme o estabelecido pela Portaria GM/MS nº 389, de 13/03/2014 (ou outra que vier a substituí-la) que define os critérios para a organização da linha de cuidado da Pessoa com Doença Renal Crônica (DRC), Portaria GM/MS nº 1.535, de 23/07/2014 (ou outra que vier a substituí-la) que altera os incisos I e II do art. 27 e acresce o inciso XII ao art.15 da Portaria GM/MS, nº 389 de 13/03/2014, e institui o incentivo financeiro destinado ao cuidado ambulatorial pré dialítico, RDC/ANVISA nº 11, de 13/03/2014 (ou outra que vier a substituí-la) que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de funcionamento para os serviços de Diálise, da qual destacamos os seguintes quesitos:

6.2.1 DA LINHA DE CUIDADO

Fornecimento, sob a orientação do nutricionista e com base na prescrição médica, do aporte nutricional ao paciente no dia do procedimento dialítico.

Realização da confecção da fístula arteriovenosa de acesso a hemodiálise ou o implante de cateter para diálise peritoneal.

Realização uma ou mais modalidades de TRS - diálise para tratamento da pessoa com Doença Renal Crônica (DRC).

Na impossibilidade de realização de TRS- diálise para pacientes com sorologias positivas (HbsAg+), deverá possuir convênio ou contrato formal com outro serviço, conforme art. 11 Portaria GM/MS 389, de 13 de Março de 2014.

Realizar periodicamente, em seus pacientes, os exames definidos conforme as Diretrizes Clínicas para o Cuidado à Pessoa com Doença Renal Crônica (DRC) no âmbito do SUS.

Estabelecer as responsabilidades pela garantia de referência aos casos que necessitem de internação por intercorrências decorrentes do tratamento dialítico.

Prestar os primeiros atendimentos ao paciente nos casos de intercorrências que ocorrerem durante o processo de diálise, garantindo a estabilização do paciente.

Garantir a execução dos exames necessários.

Garantir o encaminhamento de todos os pacientes em diálise para avaliação por uma equipe de transplante.

Registrar os resultados dos exames realizados e os indicadores da efetividade dialítica nos prontuários dos pacientes.

6.2.2 DA COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES

A Unidade especializada em DRC terá a seguinte equipe mínima:

Médico nefrologista;

Enfermeiro;

Nutricionista;

Psicólogo;

Assistente social;

A unidade de assistência de alta complexidade em nefrologia que ofertar a modalidade de HD, terá a seguinte equipe mínima:

01(um) médico nefrologista que responda pelos procedimentos e intercorrências médicas como Responsável técnico;

01 (um) enfermeiro, especializado em nefrologia, que responda pelos procedimentos e intercorrências de enfermagem como Responsável técnico;

Médico nefrologista;

Enfermeiro especialista em nefrologia;

Assistente social;

Psicólogo;

Nutricionista;

Técnico de enfermagem

Técnico de enfermagem exclusivo para reprocessamento dos capilares;

Funcionário exclusivo para serviços de limpeza;

Técnico responsável pela operação do sistema de tratamento de água para diálise, para os serviços que possuem o programa de hemodiálise;

A unidade de assistência de alta complexidade em nefrologia que ofertar a modalidade de DPAC ou DPA terá a seguinte equipe mínima:

Médico nefrologista, como responsável técnico;

Enfermeiro nefrologista, como responsável técnico;

Nutricionista;

Psicólogo;

Assistente social;

Técnico de enfermagem

O mesmo profissional poderá compor a equipe da Unidade Especializada em DRC com TRS/diálise na atenção de média e alta complexidade, desde que em diferentes turnos.

O médico e enfermeiro de que trata os itens "i" e "ii" do item "b" e do item "c" só podem ser os responsáveis técnicos de 01(uma) unidade de assistência de alta complexidade em nefrologia ou de 01(uma) unidade especializada em DRC com TRS/Diálise.

Para o programa de DPAC e de DPA, deverá se obedecida a proporção de pelo menos 01(um) enfermeiro para cada 50(cinquenta) pacientes.

Para o programa de DPI, deverá ser obedecido, no mínimo, a seguinte proporção:

01 (um) médico nefrologista durante o dia, para a avaliação dos pacientes e atendimento das intercorrências, podendo ser o mesmo da hemodiálise, DPAC,

DPA, desde que não ultrapasse a relação de 01 (um) médico para cada 35 pacientes;

01(um) médico para atendimento de urgências no período noturno para cada 35 (trinta e cinco) pacientes;

01(um) enfermeiro, para cada 35(trinta e cinco) pacientes durante o dia;

01 (um) enfermeiro, para cada 35 pacientes, durante o período noturno;

01(um) técnico de enfermagem em todos os turnos, para cada 02 (dois) pacientes, ou para cada 04 (quatro), no caso de todos os postos de atendimento contarem com máquinas para diálise peritoneal;

Para a HD, deverá ser obedecido, no mínimo, a seguinte proporção:

01(um) médico nefrologista para cada 35 (trinta e cinco) pacientes, em cada turno, não contabilizado o médico responsável técnico;

01(um) enfermeiro para cada 35 (trinta e cinco) pacientes, em cada turno, não contabilizado o enfermeiro responsável técnico;

01 (um) técnico de enfermagem para cada 04 (quatro) pacientes por sessão de HD;

Os procedimentos de diálise pediátrica, que abrangem a faixa etária de 0 (zero) a 12 (doze) anos completos, devem ser acompanhados por médico nefrologista pediátrico.

Os médicos nefrologistas dos serviços de diálise devem ter título de especialista ou certificado registrado pelo Conselho Federal de Medicina.

A capacitação formal e o credenciamento dos enfermeiros na especialidade de nefrologia devem ser comprovados por declaração ou certificado, respectivamente, reconhecidos pela Associação Brasileira de Enfermagem em Nefrologia (SOBEN).

No caso de título de especialista, poderá ser obtido através de especialização em Nefrologia reconhecida pelo Ministério da Educação ou pela SOBEN através da prova de título, seguindo as normas do Conselho Federal de Enfermagem.

O enfermeiro que estiver em processo de capacitação deve ser supervisionado por um enfermeiro especialista em nefrologia.

6.2.3 DAS CONDIÇÕES ORGANIZACIONAIS

Possuir licença atualizada de acordo com a legislação sanitária local, afixada em local visível ao público.

Possuir um responsável técnico e um substituto, sendo que o responsável técnico só pode assumir responsabilidade por 01 (um) serviço de diálise.

Implantar mecanismos de avaliação da qualidade e monitoramento dos seus processos por meio de indicadores ou de outras ferramentas, mantendo sempre disponível para as autoridades sanitárias competentes as informações.

6.2.4 DA ATENÇÃO AO PACIENTE

Registrar no prontuário todas as informações referentes à evolução clínica e assistência prestada ao paciente

i. O prontuário deve conter registros de todos os profissionais envolvidos diretamente na assistência ao paciente.

Garantir a assistência ao paciente em caso de intercorrências relacionadas ao processo de diálise, incluindo mecanismos que garantam a continuidade da atenção quando houver necessidade de remoção

É obrigatória, ao final de cada sessão, a limpeza e desinfecção da máquina e das superfícies que entram em contato com o paciente.

Assistência ao paciente com sorologia positiva para hepatite B (HBsAg+) deve ser realizada por profissional exclusivo durante toda a sessão de hemodiálise.

6.2.5 DA INFRAESTRUTURA

O serviço de hemodiálise deve dispor de ambientes compatíveis com a demanda, contendo no mínimo:

Consultório;

Área para prescrição médica;

Posto de enfermagem;

Sala de recuperação e atendimento de emergência;

Área para guarda dos pertences;

Área de registro (arquivo) e espera de pacientes e acompanhantes;

Sala de utilidades;

Sanitários para os pacientes (masculino, feminino e adaptado);

Sanitários para funcionários (masculino e feminino);

Depósito de material de limpeza;

Depósito de material (almoxxarifado);

Área para guarda dos pertences dos funcionários;

Área de maca e cadeira de rodas;
Sala para hemodiálise com área para lavagem de fístulas;
Sala para hemodiálise de pacientes com sorologia positiva para hepatite B com área para lavagem de fístula;
Sala para processamento dos dialisadores;
Área específica para o armazenamento dos recipientes de acondicionamento do dialisador.
Sala do STDAH;
A sala para hemodiálise de pacientes com sorologia positiva para hepatite B pode ser considerada opcional, desde que haja previsão de outro serviço de referência para o atendimento desses pacientes.
O serviço de diálise peritoneal deve dispor de ambientes compatíveis com a demanda, dispondo no mínimo:
Consultório;
Área para prescrição médica;
Posto de enfermagem;
Sala de recuperação e atendimento de emergência;
Área para guarda dos pertences dos pacientes;
Área de registro (arquivo) e espera de pacientes e acompanhantes;
Sala de utilidades;
Sanitários para pacientes (masculino, feminino e adaptado);
Sanitários para funcionários (masculino e feminino);
Deposito de material de limpeza;
Depósito de material (almoxarifado);
Área para guarda dos pertences dos funcionários;
Área de maca e cadeira de rodas;
Sala de treinamentos para pacientes;
Sala de diálise peritoneal;
O serviço de diálise peritoneal pode funcionar de forma independente ou compartilhar os ambientes comuns com o serviço de hemodiálise.
A sala para diálise peritoneal deve ser provida de ponto específico de despejo dos resíduos líquidos, que pode ser no próprio ambiente ou em local anexo.
As salas para hemodiálise, para diálise peritoneal e para processamento dos dialisadores constituem-se em ambientes exclusivos e não podem servir de circulação ou de acesso a qualquer outro ambiente que não pertença ao serviço.
O posto de enfermagem da sala para hemodiálise, da sala para diálise peritoneal e da sala de recuperação e atendimento de emergência deve possibilitar a observação visual total das poltronas/leitos.
Os equipamentos de diálise e o mobiliário devem estar dispostos de forma que permita a circulação dos profissionais durante a terapia dialítica e atendimento a eventuais intercorrências, assim como a permanência do acompanhante, quando necessário.
6.2.6 DOS DIALISADORES E LINHAS ARTERIAIS E VENOSAS
É vedado o reuso de linhas arteriais e venosas utilizadas em todos os procedimentos hemodialíticos.
É vedado o reuso de dialisadores:
Com a indicação na rotulagem de "proibido reprocessar";
Que não possuam capilares com membrana biocompatível;
De paciente como sorologia positiva para hepatite B, hepatite C (tratados ou não);
De paciente como sorologia desconhecida para hepatite B, C e HIV;
Os dialisadores podem ser utilizados para o mesmo paciente no máximo 20 (vinte) vezes, após ser submetido ao processamento automático, observando-se a medida mínima permitida do volume interno das fibras.
DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS
Dispor de equipamentos compatíveis com a demanda prevista e com os protocolos assistenciais para seu funcionamento;
Os equipamentos e outros produtos para saúde em uso no serviço de diálise devem estar regularizados junto à ANVISA e ser operados de acordo com as recomendações do fabricante.
Possuir equipamentos de hemodiálise de reserva em número suficiente para assegurar a continuidade do atendimento.
Dispor de materiais e equipamentos para o atendimento de emergência, no próprio local ou em área contígua e de fácil acesso e em plenas condições de funcionamento, e se o serviço atender a pacientes pediátricos, deve possuir materiais e equipamentos de emergência compatíveis para o atendimento pediátrico.
DO CONCENTRADO POLIELETROLÍTICO PARA HEMODIÁLISE – CPHD
O CPHD deve ser mantido armazenado, ao abrigo da luz, calor e umidade, em boas condições de ventilação e higiene ambiental, conforme orientação do fabricante e com controle do prazo de validade.
É proibida a reutilização de recipiente para o envase do CPHD (embalagem primária).
DA QUALIDADE DA ÁGUA
A água de abastecimento do serviço de diálise deve ter o seu padrão de potabilidade em conformidade com a normatização vigente.
O serviço de diálise deve possuir um técnico responsável pela operação do STDAH, sendo que o técnico responsável deve ter capacitação específica para esta atividade e permanecer no serviço durante as atividades relativas à manutenção do STDAH, conforme definido no plano de gerenciamento de tecnologias.
As amostras da água para hemodiálise para fins de análises físico-químicas devem ser coletadas em ponto após o subsistema de tratamento de água para hemodiálise.
As amostras da água para hemodiálise para fins de análise microbiológicas devem ser coletadas, no mínimo, nos seguintes pontos:
No ponto de retorno da alça de distribuição (loop);
Em um dos pontos na sala de processamento.
Manter disponíveis os laudos das análises do STDAH, sendo que os registros devem ser arquivados em conformidade com estabelecido em normatização específica ou, na ausência desta, por um prazo mínimo de 05 (cinco) anos, para efeitos de inspeção sanitária.
DAS ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS DO DIALISATO
Deve ser feita análise microbiológica mensal de uma amostra da solução de diálise (dialisato) colhida da máquina de diálise, imediatamente antes do dialisador, no final da sessão. O valor do parâmetro máximo permitido é de 200 (duzentos) UFC/ml e o nível de ação é de 50 (cinquenta) UFC/ml.

7 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1 Consoante Anexo IV Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017 – Ministério da Saúde:
a) Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), com dados devidamente atualizados, juntamente com o documento que comprove a habilitação para prestação de serviços de TRS junto ao Ministério da Saúde (art. 76, Parágrafo Único);
b) Cópia do alvará de funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária de Niterói; (art. 75, II);
c) Relatório de vistoria realizado pela Vigilância Sanitária de Niterói;
d) Certificado de Anotação de Responsabilidade Técnica emitida pelo Conselho Regional de Medicina - CRM, acompanhado de cópia autenticada de título de especialização em nefrologia do responsável técnico médico, registrado junto ao CRM; (art. 78, I).
e) Certificado de Anotação de Responsabilidade Técnica emitida pelo Conselho Regional de Enfermagem - COREN, acompanhado de cópia autenticada de título de especialização em nefrologia do responsável técnico enfermeiro, registrado junto ao COREN; (art. 78, II).
Comprovação de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em papel timbrado do emitente, comprovando experiência anterior da proponente com o objeto do presente credenciamento;
Comprovação da disponibilidade de recursos físicos e equipamentos para a realização do objeto deste edital, por meio de declaração do representante legal da proponente.

8 – DEVERES DO CONTRATANTE

Caberá à Contratante:
8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
8.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas, com indicação do dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
8.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
8.4 Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
Atestar as notas fiscais;
Processar o faturamento no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS);
Apresentar relatórios mensais das glosas técnicas e administrativas dos procedimentos, com o respectivo desconto na produção apresentada;
Realizar, a qualquer tempo, visitas técnicas, dentro de suas programações de rotina ou extraordinárias utilizando metodologia usual ou específica, e por outros componentes;
Analisar os relatórios e atividades elaborados pela contratada, que demonstrem o atendimento ao objeto;
Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela contratada, fornecer documentos e demais elementos que possuir pertinentes à execução do contrato, exceto aqueles protegidos pelo dever de sigilo;
Supervisionar e fiscalizar as ações e os serviços executados pelos prestadores contratados, de forma permanente, por meio da adoção de instrumentos de

controle e avaliação dos serviços contratados, além daqueles já previstos no âmbito do SNA, documentando as ocorrências que porventura ocorrerem, visando a garantir o acesso da população a serviços de saúde de qualidade;
Aplicar as penalidades legais e contratuais, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, observado o devido processo legal;
Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

– DEVERES DA CONTRATADA

São obrigações da contratada:
O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.
Prestar atendimento especializado em nefrologia aos pacientes com doença renal crônica em TRS, com médicos nefrologistas respondendo pelo tratamento dialítico e intercorrências, com acompanhamento laboratorial e clínico da sua evolução;
Informar imediatamente à CONTRATANTE eventual mudança, temporária ou permanente, de endereço do estabelecimento de prestação do serviço, hipótese na qual a CONTRATANTE poderá rever as condições do contrato ou rescindi-lo;
Informar imediatamente à CONTRATANTE as eventuais alterações, temporárias ou permanentes, da capacidade instalada que possam vir a comprometer a oferta de serviços disponibilizados ao SUS;
Comunicar eventual alteração de seus atos constitutivos ou da composição de seu quadro social, enviando à FMS, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de registro da alteração, todos os documentos pertinentes a essa alteração;
Informar imediatamente qualquer mudança, temporária ou permanente, do Responsável Técnico e/ou de seu substituto;
Promover a qualificação de suas equipes profissionais;
Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal, igualitário e gratuito, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;
Prestar assistência integral e humanizada aos pacientes encaminhados pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói/RJ;
Incentivar a adesão ao tratamento;
Esclarecer aos pacientes e/ou responsáveis legais sobre seus direitos e sobre demais informações relevantes pertinentes aos serviços oferecidos;
Respeitar a decisão do paciente e/ou responsáveis legais, ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
Informar ao usuário do SUS e à FMS, prévia e expressamente, quando um procedimento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa. O usuário do SUS decidirá de forma livre e esclarecida sobre a sua participação;
Registrar no prontuário todas as informações referentes à assistência prestada ao paciente e à sua evolução clínica, bem como todos os profissionais envolvidos diretamente na assistência ao paciente;
Garantir a confidencialidade e confiabilidade dos dados e informações dos pacientes;
Manter em pleno funcionamento um Programa de Controle e Prevenção de Infecção e Eventos Adversos (PCPIEA);
Apresentar, por escrito, aos pacientes ou a seus responsáveis legais, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste Edital e seus anexos;
Obrigar-se a entregar ao usuário ou ao seu responsável, no ato da saída do estabelecimento ou sempre que solicitado, documento comprobatório, informando que a assistência foi prestada pelo SUS, sem custos adicionais para o paciente. O cabeçalho do documento deverá conter o seguinte esclarecimento: "Esta conta deverá ser paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais, sendo expressamente vedada a cobrança, diretamente do usuário, de qualquer valor, a qualquer título.", com os seguintes dados:
a) Nome da Contratada;
b) Nome do paciente;
c) Localidade;
d) Nome e valor do procedimento realizado.
Manter suas condições de habilitação durante todo o período contratual;
Estabelecer normas e rotinas institucionalizadas para todos os serviços prestados;
Participar de programas, pesquisas e ações estratégicas propostos pelo Ministério da Saúde e a Fundação Municipal de Saúde de Niterói;
Enviar, mensalmente, ao Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da Fundação Municipal de Saúde de Niterói os indicadores de Qualidade estabelecidos no Anexo II da Portaria GM/MS nº 389, de 13/03/2014 (ou outra que vier a substituí-la);
Enviar ao DECAU da FMS Laudo Técnico de Inspeção da ANVISA, sempre que houver nova fiscalização;
Submeter-se a avaliações sistemáticas de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde – PNASS, estabelecido pela Portaria GM/MS nº 382, de 10 de Março de 2005 (ou outra que vier a substituí-la);
Submeter-se à regulação instituída pelo Gestor;
Obrigar-se a apresentar, sempre que lhe for solicitado, relatórios de atividades que demonstrem o atendimento do objeto;
Garantir aos Conselhos de Saúde, no exercício de seu poder de fiscalização, o acesso aos serviços contratados;
Cumprir as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH);
Submeter-se ao Sistema Nacional de Auditoria (SNA), no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, sempre que solicitado;
Ter contrato de manutenção para todos os equipamentos destinados aos pacientes, visando à manutenção preventiva e ao reparo dos equipamentos que porventura venham a apresentar defeito técnico, identificando/substituindo peças danificadas e/ou em condições precárias de uso que possam prejudicar o adequado funcionamento do equipamento;
Efetuar aferição/calibração de parâmetros mensuráveis que comprovem a acurácia do equipamento dentro da periodicidade recomendada pelo fabricante ou anualmente, valendo o que for menor. Deve estar incluído, entre outros, testes de controle de qualidade.
Orientar e treinar os profissionais quanto aos cuidados, procedimentos e protocolos de limpeza, notadamente para os equipamentos, para otimizar o seu uso e ampliar sua vida útil;
Buscar desenvolver metodologia de garantia de qualidade e segurança na assistência a saúde visando à redução de eventos indesejados nos usuários do SUS;
Disponibilizar cópia dos exames laboratoriais de rotina aos pacientes;
Fornecer todos os materiais de consumo específicos, tais como: materiais de administração, de enfermagem, medicamentos, descartáveis e impressos para a prestação dos serviços;
Assumir a obrigação de entregar ao Serviço de Regulação a cópia dos laudos para processamento da Autorização de Procedimento de Alta Complexidade (APAC) para cobrança junto ao SUS, por meio físico ou por meio eletrônico.
Rever os resultados de todos os exames, por médico com título de Especialista na área.
Realizar procedimentos e rotinas técnicas atualizadas com base nas melhores evidências científicas disponíveis;
Responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela presença da fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.
A contratada é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciárias, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a contratante, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição para pagamento dos créditos da contratada.
A contratada será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, a Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas e o Certificado de Regularidade do FGTS, sempre que expirados os respectivos prazos de validade;
A execução dos serviços contratados será objeto de acompanhamento, controle e avaliação pelo departamento competente.
A execução dos serviços contratados será objeto de fiscalização por servidor(es) designado(s) pela Presidente da Fundação Municipal de Saúde de Niterói.
A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inclusive perante terceiros, nem a exime de manter fiscalização própria.
A fiscalização não implica a corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos.
Para execução da fiscalização, a CONTRATADA se submeterá a todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessárias.
O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar na aplicação de sanções legais e contratuais à CONTRATADA.
Qualquer alteração que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a não prorrogação do contrato ou a revisão das condições estipuladas.
A CONTRATADA facilitará o acompanhamento e a fiscalização permanentes dos serviços, prestará todos os esclarecimentos e entregará todos os documentos que lhe forem solicitados.
O(s) servidor(es) designado(s) para a fiscalização, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para as providências cabíveis.

10 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

<p>10.2 Para o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação, fica designado(a) o(a) agente público(a) abaixo informado(a): LÍVIA DOS SANTOS SOUZA GASS – MATRÍCULA 437.579-6 BRUNO FERRAZ VALLE – MATRÍCULA 437.625-7</p> <p>10.3 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.</p> <p>10.4 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.</p> <p>10.5 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.</p> <p>10.6 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.</p> <p>10.7 O fiscal designado pela Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.</p> <p>10.8 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.</p> <p>10.9 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.</p>
<p>11 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO</p> <p>As despesas decorrentes do presente Credenciamento têm valor estimado anual de R\$ 10.088.420,84 (Dez milhões, oitenta e oito mil, quatrocentos e vinte reais e oitenta e quatro centavos), sendo R\$9.786.940,95 (nove milhões, setecentos e oitenta e seis mil novecentos e quarenta reais e noventa e cinco centavos), financiados pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) e R\$ 297.940,58 (duzentos noventa e sete mil e novecentos e quarenta reais e cinquenta e oito centavos) custeados com recursos repassados mensalmente para procedimentos de média e alta complexidade (MAC) pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde de Niterói.</p>
<p>12 – PRAZO DE EXECUÇÃO</p> <p>12.1 A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a assinatura do instrumento Contratual.</p> <p>A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observando o limite de 60(sessenta) meses em conformidade com o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.</p> <p>A prorrogação do contrato será precedida da atualização da "Tabela de Procedimentos Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS)".</p>
<p>13 - PENALIDADES</p> <p>O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro Municipal suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.</p> <p>Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:</p> <p>Advertência; Multa administrativa; Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública; Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.</p> <p>Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.</p> <p>A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:</p> <p>a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do subitem 13.2, serão impostas pelo Ordenador de Despesa.</p> <p>a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do subitem 13.2, será imposta pelo próprio Secretário Municipal ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário Municipal.</p> <p>a aplicação da sanção prevista na alínea d, do subitem 13.2, é de competência exclusiva do Secretário Municipal.</p> <p>A multa administrativa, prevista na alínea b, do subitem 13.2:</p> <p>corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;</p> <p>poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;</p> <p>não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;</p> <p>deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;</p> <p>nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.</p> <p>A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do Subitem 13.2: não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;</p> <p>sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;</p> <p>será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento contratual.</p> <p>A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do subitem 13.2, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.</p> <p>A reabilitação referida pelo subitem anterior poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.</p> <p>O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.</p> <p>Se o valor das multas previstas na alínea b, do subitem 13.2, e subitem 13.5, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.</p> <p>A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.</p> <p>A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.</p> <p>Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.</p> <p>A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.</p> <p>A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do subitem 13.2, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.</p> <p>Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.</p> <p>Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de: suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei 8.666/93);</p> <p>impedimento de licitar e contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);</p> <p>declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);</p> <p>As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE na Secretaria de Administração.</p> <p>Após o registro mencionado no subitem acima, deverá ser remetido o extrato de publicação no veículo de publicação dos atos oficiais do Município do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do subitem 13.2, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói.</p> <p>Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, o presente contrato poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação da multa.</p>
<p>- BLOCO DE FINANCIAMENTO / COMPONENTE</p> <p>As despesas com o presente Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, para o corrente exercício financeiro:</p> <p>Bloco de Financiamento: Custeio</p> <p>Programa de Trabalho: 25.43.10.302.0133.4054</p>



Fonte de Recurso: 207
Natureza das Despesas: 33.90.39
Valores financiados pelo FAEC podem sofrer ajustes conforme a produção ou oriundos de novos procedimentos ou habilitações pelo Ministério da Saúde.
As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício financeiro.

15 – AÇÃO VINCULADA NA PAS

Informar a qual atividade da Programação Anual de Saúde esta solicitação se vincula.

– CONDIÇÕES GERAIS

CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O acesso ao SUS se faz preferencialmente pelas unidades básicas de saúde, ressalvadas situações de urgência e emergência.
Encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra-referência, do Sistema Único de Saúde – SUS, e sem prejuízo da observância das ações do Complexo Regulador do Município.
Gratuidade das ações e dos serviços de saúde ao usuário, executados no âmbito deste Edital e seus anexos.

Os serviços, objeto do presente credenciamento, serão prestados no estabelecimento da Contratada, no Município de Niterói/RJ, conforme especificações constantes do Edital e dos anexos.

As despesas com qualquer material de consumo necessário a execução dos serviços será de responsabilidade da credenciada.

Os equipamentos que se façam necessários ao perfeito e bom desempenho dos serviços, deverão ser disponibilizados pela credenciada, sem ônus para a contratante.

Os recursos humanos deverão ser disponibilizados pela credenciada para a composição de quadro mínimo de profissionais necessários para a prestação dos serviços.

As despesas decorrentes de contrato dos profissionais, como salários, encargos sociais, fiscais, impostos, taxas e outros serão por conta da contratada.

A credenciada colocará à disposição do SUS a sua capacidade instalada necessária para o atendimento do volume assistencial definido na Programação Físico-Orçamentária – FPO.

A credenciada deverá prestar os serviços dentro dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e respectivos gestores SUS, observando-se recomendações de boa técnica, normas e legislação, colocando à disposição dos beneficiários do credenciamento somente profissionais registrados em seus respectivos conselhos de classe ou serviços reconhecidos.

Estabelecimento de metas quantitativas e indicadores de qualidade para todas as atividades de saúde.

SISTEMA DE GESTÃO E INFORMAÇÃO

A empresa credenciada para prestação do serviço deverá atender às necessidades deste no que concerne à alimentação dos dados necessários ao gerenciamento das informações em saúde utilizados pela Fundação Municipal de Saúde. Para tal mister deverão observar os seguintes procedimentos: Registrar, mensalmente, os dados de produção no Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS, atualizando com a mesma periodicidade o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES), e as Autorizações de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade (APAC), ou outro sistema de informações que venha a ser implementado no âmbito do SUS;

Utilizar os atuais sistemas de informação que subsidiem a regulação do acesso, ou outro sistema de informação que venha a ser implementado.

RECEBIMENTO

A contratada emitirá a nota fiscal que deverá vir acompanhada dos encargos (INSS, ISS, FGTS) devidamente pagos na competência do faturamento, devendo ser fornecida em papel após a apuração pelo sistema SIA/SUS dos valores dos serviços prestados, onde o(s) servidor (es) designado(s) para fiscalização do Contrato possa(m) realizar sua verificação e, não havendo problemas, o aceite;

A nota fiscal deverá ser entregue no Departamento de Controle Avaliação e Auditoria - DECAU sito à Avenida Amaral Peixoto, 169 ,8º andar Centro Niterói/RJ;

O(s) servidor (es) designado(s) fará (ão) o recebimento provisório, em conformidade com o inciso I do art. 73 da Lei 8.666/93, verificando a especificação e a qualidade do serviço, de conformidade com o exigido neste Termo de Referência e no Edital;

Em caso de conformidade, fará (ao) o recebimento definitivo no prazo máximo de 02(dois) dias úteis após o recebimento provisório, atestando a efetiva execução dos serviços no verso da nota fiscal e a encaminhará ao Departamento Financeiro (DEFIN), para fins de pagamento;

Caso os dados da nota estejam incorretos, a contratante comunicará à contratada, e esta emitirá nova nota, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então novo prazo para pagamento;

O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante ateste das notas fiscais, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente utilizados;

As faturas rejeitadas pelo SIA/SUS ou, eventualmente, pela FMS serão devolvidas à contratada para as correções cabíveis, devendo ser reapresentadas no próximo faturamento e, sendo o prazo máximo de até 03 (três) competências para a representação.

Findo este prazo sem que haja regularização por parte da contratada ou apresentação de defesa aceita pela contratante, a contratada está sujeita ao não recebimento pela prestação do serviço, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Edital.

APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E PAGAMENTOS

A produção ambulatorial da contratada deverá ser encaminhada eletronicamente, via e- mail (ambulatorialdecau@gmail.com), à FMS, até o dia 10 de cada mês posterior ao da prestação dos serviços, para processamento do faturamento. Caso o décimo dia do mês recaia em dia em que não houver expediente na FMS, prorroga-se o prazo para o primeiro dia útil subsequente;

A contratada deverá entregar a nota fiscal emitida em 01(uma) via e os comprovantes de pagamento dos encargos incidentes sobre a prestação dos serviços (INSS, FGTS e ISS), até 5 (cinco) dias após a divulgação do valor apurado do faturamento, a fim de que seja aberto processo administrativo para pagamento; O atraso no envio dos documentos acima mencionados poderá acarretar atraso no pagamento não imputável à FMS, não incidindo, portanto, sobre o valor do débito principal qualquer acréscimo ou multa;

A contratante, após a conferência dos documentos apresentados, efetuará o pagamento do valor apurado, depositando-o obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária da contratada, cujo número e agência deverão ser informados à Fundação Municipal de Saúde de Niterói/RJ, até a assinatura do Contrato;

Ocorrendo erro ou falta de processamento das contas por culpa da contratante, esta garantirá à contratada o pagamento, no prazo avençado do contrato, do valor correspondente ao mês imediatamente anterior, acertando eventuais diferenças no pagamento seguinte, ficando, contudo, exonerada do pagamento de multa ou de quaisquer outras sanções e encargos financeiros;

As contas rejeitadas ou glosadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelo Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria, a qualquer tempo;

Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência;

Em hipótese alguma serão pagos serviços não realizados;

Após o encerramento do contrato, os serviços realizados decorrentes desta contratação deverão ser cobrados em prazo máximo de 3 (três) competências.

OBRIGAÇÃO DE PAGAR

O não cumprimento pelo Ministério da Saúde da obrigação de repassar os recursos correspondentes aos valores constantes neste contrato não transfere para a CONTRATANTE a obrigação de pagar os serviços ora contratados, os quais são de responsabilidade do Ministério da Saúde para todos os efeitos legais;

A CONTRATANTE responderá pelos encargos financeiros assumidos além do limite dos recursos que lhe são destinados, desde que regulados pela FMS, ficando o Ministério da Saúde exonerado do pagamento de eventual excesso.

REQUISITANTE

Roberta de Andrade Paula Saldanha
Gestora da Central de Regulação
Matrícula: 170242-1

☐ **AUTORIZO INÍCIO DO PROCEDIMENTO**

☐ **NÃO AUTORIZO INÍCIO DO PROCEDIMENTO**

ANEXO 2

MODELO DE REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI/RJ

COMISSÃO EXAMINADORA

Ref.: Credenciamento nº _____

Na condição de representante Legal da _____

(nome da entidade), inscrita no CNPJ sob o nº _____, nacionalidade,

estado civil, domicílio, portador da carteira de identidade nº _____ e

CPF nº _____, considerando o Edital nº ____/____, publicado no Diário

Oficial do Município de ____/____/20____, que dispõe sobre a seleção de _____,

solicito a V. Exa. a participação no referido processo seletivo.

Termos em que pede deferimento

Local, ____ de ____ de 20 ____

ANEXO 3

MODELO DE CARTA CREDENCIAL

À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI/RJ

COMISSÃO EXAMINADORA

Ref.: Credenciamento nº XXX/2022

Através da presente, fica credenciado (a) o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____,

que exerce a função de _____ para representar a Proponente no credenciamento em epígrafe, podendo assinar atas, declarações e propostas, receber comunicações, tomar ciência de decisões, apresentar impugnações e recursos, desistir de recursos, deliberar sobre todos os assuntos, e, por fim, praticar todo e qualquer ato necessário à participação da Proponente no processo de Credenciamento.

Local, _____ de _____ de 2022

Nome e Assinatura do representante legal

Carimbo com CNPJ da Proponente

ANEXO 4

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI/RJ

COMISSÃO EXAMINADORA

Ref.: Credenciamento nº XXX/2022

A Proponente, com endereço na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ e no CNES sob o nº XX/2022 e visando o credenciamento junto a Fundação Municipal de Saúde de Niterói, para prestação de serviços na área de Terapia Renal Substitutiva – TRS (nefrologia) de forma complementar ao SUS, declara, por meio de seu representante legal, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea pela Administração Pública em qualquer esfera federativa e que não está cumprindo penalidade de suspensão de participar de licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal.

Local, _____ de _____ de 2022

Nome e Assinatura do representante legal

Carimbo com CNPJ da Proponente

ANEXO 5

MODELO DE DECLARAÇÃO DOS QUANTITATIVOS MÍNIMOS E MÁXIMOS DOS PROCEDIMENTOS A SEREM OFERTADOS

À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI/RJ

COMISSÃO EXAMINADORA

Ref.: Credenciamento nº XXX/2022

A Proponente, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada na _____ (endereço completo), declara que tem disponibilidade para prestar serviços na área de _____, com capacidade para ofertar ANUALMENTE as quantidades de procedimentos abaixo listadas.

Nome/código procedimento	Quantidade mínima	Quantidade máxima

Local, _____ de _____ de 2022

Nome e Assinatura do representante legal

Carimbo com CNPJ da Proponente

ANEXO 6

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI/RJ

Ref.: Credenciamento nº XXX/2022

A Proponente _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, situada _____ (endereço), por seu representante legal baixo assinado, em cumprimento ao estabelecimento no Edital nº XX/2022, DECLARA, sob as penas da Lei, que:

Não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27 da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999;

Seus sócios, administradores e dirigentes não ocupam cargo de chefia ou função de confiança no SUS, nos termos do art. 26, parágrafo 4º da Lei nº 8.080/90


Não há em seu quadro de funcionários servidor ou dirigente da FMS, nos termos do art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93

Local, _____ de _____ de 2022

Nome e Assinatura do representante legal

Carimbo com CNPJ da Proponente

ANEXO 7 - FICHA DE PROGRAMAÇÃO FÍSICO-ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA
NITERÓI
SAÚDE

SUS

Secretaria de Saúde

SISTEMA DE INFORMAÇÃO AMBULATORIAL - SI/A/SUS

Folha nº

Unidade Operacional: _____ Nome da Unidade: _____

UF: _____ CNES: _____

2 - Dados da Programação

Mês / Ano de Referência	Operação	Data do preenchimento Obrigatório	Mês	Ano
	Inicial Altera Exclui			

3 - Tabela da Programação

QT	Código (Grupo, Subgrupo, Nível, Organização, Proc.)	PMS FICD	Meta Física		FAEC	Nível de Agudização		
			MAR			GR	TR	NOT FICD
1								
2								
3								
4								
5								
6								
7								
8								
9								
10								
11								
12								
13								
14								
15								
16								
17								
18								
19								
20								

Formatação: _____

Gestor Municipal / Estadual: _____

Carimbo: _____

Data: ____/____/____

ANEXO 8 ROTEIRO DE VISTORIA TÉCNICA

À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI/RJ

Ref.: Credenciamento nº XXX/2022

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do estabelecimento: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Município: _____

CEP: _____

CNPJ: _____

CNES: _____

Telefone: _____

Fax: _____

E-mail: _____

Responsável Técnico: _____

Título de Especialista: SIM () NÃO ()

Responsável Técnico: _____

COREN: _____

Título de Especialista: SIM () NÃO ()

Alvará de Funcionamento: _____

2. NATUREZA DE SERVIÇO

Público () Filantrópico () Privado ()

3. LOCALIZAÇÃO DA UNIDADE DE DIÁLISE

Hospitalar () Autônoma: intra hospitalar () Extra hospitalar ()

4. QUANTITATIVOS DE PACIENTES

Modalidade de Diálise	SUS	Não SUS	total
HD			
DPA			
DPAC			
Total			

Realiza Diálise Pediátrica SIM () NÃO ()

Tipos de Sorologia	SUS	Não SUS	Total
Não contaminados			
HCV+			
HIV			
HBsAg+			
HCV+/HIV+			
Total			

5. PROGRAMA DE CONTROLE E PREVENÇÃO DE INFECÇÃO

EVENTOS ADVERSOS (PCPIEA)

Possui Programa de Controle e Prevenção de Infecção e Eventos Adversos?

SIM () NÃO ()

6. SERVIÇOS UTILIZADOS

SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA

NOME _____ CRN _____

CARGA HORÁRIA: _____

VÍNCULO CLT () AUTÔNOMO () EMPRESA ()

SE TERCEIRIZADA DATA DO CONTRATO

INÍCIO ____/____/____ VENCIMENTO ____/____/____ INDETERMINADO ()

CNPJ/CPF: _____

EMPRESA: _____

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOME _____ CERSS _____

CARGA HORÁRIA: _____

VÍNCULO CLT () AUTÔNOMO () EMPRESA ()

SE TERCEIRIZADA DATA DO CONTRATO

INÍCIO ____/____/____ VENCIMENTO ____/____/____ INDETERMINADO ()

CNPJ/CPF: _____
EMPRESA:
SERVIÇO DE PSICOLOGIA
NOME _____ CRP _____
CARGA HORÁRIA:
VÍNCULO CLT () AUTÔNOMO () EMPRESA ()
SE TERCEIRIZADA DATA DO CONTRATO
INÍCIO ____/____/____ VENCIMENTO ____/____/____ INDETERMINADO ()
CNPJ/CPF: _____
EMPRESA:
SERVIÇO QUE REALIZA FÍSTULA ARTERIOVENOSA
PRÓPRIO () AUTÔNOMO () EMPRESA ()
SE TERCEIRIZADA DATA DO CONTRATO
INÍCIO ____/____/____ VENCIMENTO ____/____/____ INDETERMINADO ()
CNPJ/CPF: _____
EMPRESA:
SERVIÇO QUE INSTALA CATETER PARA DPAC
PRÓPRIO () AUTÔNOMO () EMPRESA ()
SE TERCEIRIZADA DATA DO CONTRATO
INÍCIO ____/____/____ VENCIMENTO ____/____/____ INDETERMINADO ()
CNPJ/CPF: _____
EMPRESA:
SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA
NOME _____ CRN _____
CARGA HORÁRIA:
VÍNCULO CLT () AUTÔNOMO () EMPRESA ()
SE TERCEIRIZADA DATA DO CONTRATO
INÍCIO ____/____/____ VENCIMENTO ____/____/____ INDETERMINADO ()
CNPJ/CPF: _____
EMPRESA:
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS
PRÓPRIO () EMPRESA ()
SE TERCEIRIZADA DATA DO CONTRATO
INÍCIO ____/____/____ VENCIMENTO ____/____/____ INDETERMINADO ()
CNPJ/CPF: _____
EMPRESA:
LABORATÓRIO DE HISTOCOMPATIBILIDADE
PRÓPRIO () EMPRESA ()
SE TERCEIRIZADA DATA DO CONTRATO
INÍCIO ____/____/____ VENCIMENTO ____/____/____ INDETERMINADO ()
CNPJ/CPF: _____
EMPRESA:
LABORATÓRIO DE MICROBIOLOGIA
PRÓPRIO () EMPRESA ()
SE TERCEIRIZADA DATA DO CONTRATO
INÍCIO ____/____/____ VENCIMENTO ____/____/____ INDETERMINADO ()
CNPJ/CPF: _____
EMPRESA:
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS
PRÓPRIO () EMPRESA ()
SE TERCEIRIZADA DATA DO CONTRATO
INÍCIO: ____/____/____ VENCIMENTO: ____/____/____ INDETERMINADO ()
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO TRATAMENTO D'ÁGUA
PRÓPRIO () EMPRESA ()
SE TERCEIRIZADA DATA DO CONTRATO
INÍCIO: ____/____/____ VENCIMENTO: ____/____/____ INDETERMINADO ()
CNPJ/CPF: _____
EMPRESA:
SERVIÇO DE ANÁLISE D'ÁGUA
PRÓPRIO () EMPRESA ()
SE TERCEIRIZADA DATA DO CONTRATO
INÍCIO: ____/____/____ VENCIMENTO: ____/____/____ INDETERMINADO ()
CNPJ/CPF: _____
EMPRESA:
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO GERADOR DE ENERGIA
PRÓPRIO () EMPRESA ()
SE TERCEIRIZADA DATA DO CONTRATO
INÍCIO: ____/____/____ VENCIMENTO: ____/____/____ INDETERMINADO ()
CNPJ/CPF: _____
EMPRESA:
HOSPITAL DE RETAGUARDA
PRÓPRIO () EMPRESA ()
SE TERCEIRIZADA DATA DO CONTRATO
INÍCIO: ____/____/____ VENCIMENTO: ____/____/____ INDETERMINADO ()
CNPJ/CPF: _____
EMPRESA:
SERVIÇO DE REMOÇÃO
PRÓPRIO () EMPRESA ()
SE TERCEIRIZADA DATA DO CONTRATO
INÍCIO: ____/____/____ VENCIMENTO: ____/____/____ INDETERMINADO ()
CNPJ/CPF: _____
EMPRESA:
SERVIÇO DE CONCENTRADO DE POLIELETROLÍTICOS PARA HEMODIÁLISE
(FARMÁCIA)
SIM () NÃO ()
OUTROS SERVIÇOS
PRÓPRIO () EMPRESA ()
SE TERCEIRIZADA DATA DO CONTRATO
INÍCIO: ____/____/____ VENCIMENTO: ____/____/____ INDETERMINADO ()
CNPJ/CPF: _____
EMPRESA:
OUTROS SERVIÇOS
PRÓPRIO () EMPRESA ()

SE TERCEIRIZADA DATA DO CONTRATO

INÍCIO: ____/____/____ VENCIMENTO: ____/____/____ INDETERMINADO ()

CNPJ/CPF: _____

EMPRESA:

OUTROS PROFISSIONAIS

CIRURGIÃO VASCULAR SIM () NÃO ()

FARMACÊUTICO SIM () NÃO ()

OUTROS: ESPECIFICAR

7. SALA DE EMERGÊNCIA

Possui sala exclusiva para emergência médica: SIM () NÃO ()

Se não, onde é feito o atendimento de emergência? _____

8. CAPACIDADE INSTALADA

a) Hemodiálise – HD

Última visita da COVIG ____/____/____

Há pendência? SIM () NÃO ()

Capacidade instalada de HD – (nº de pontos de água x nº turno x 2 grupos de sessões): _____

Capacidade instalada HD atual – (nº de máquinas x nº turno x 2 grupos de sessões): _____

Previsão de oferta para o SUS para HD: _____ pacientes

b) Diálise Peritoneal: diálise peritoneal ambulatorial contínua – CAPD e

diálise peritoneal automática – DPA

CAPD: SIM () NÃO ()

DPA: SIM () NÃO ()

Sala de Treinamento: SIM () NÃO ()

Previsão de oferta para o SUS para CAPD: _____ pacientes

Previsão de oferta para o SUS para DPA: _____ pacientes

9. EQUIPAMENTOS PARA HEMODIÁLISE

Distribuição de máquina por sala de hemodiálise

Sala HbsAg negativo: SIM () NÃO ()

Nº de pontos	Nº de máquinas	Nº de turnos

Sala HbsAg positivo: SIM () NÃO ()

Nº de pontos	Nº de máquinas	Nº de turnos

Paciente recém –admitido com sorologia desconhecida diálise em máquina exclusiva: SIM () NÃO ()

Nº de máquinas de reserva: _____ máquinas

Atende pacientes com sorologia:

HCV (+) SIM () NÃO ()

HIV (+) SIM () NÃO ()

Nº de sala de reuso de capilar exclusiva para pacientes

HbsAg (-) e HCV (+)	HbsAg (+)

10. TRATAMENTO DE ÁGUA

A. Água de abastecimento:

Rede pública () Poço artesiano () ambos ()

Se utilizar água do poço artesiano, existe outorga?

SIM () NÃO ()

B – Registro diário da atividade de monitoração da qualidade da tratada segundo

RDC/ANVISA nº 11 de 13/03/2014?

SIM () NÃO ()

Justificar- se Não:

C – Laudo das análises da água potável e tratada seguem padrão preconizado na

RDC/ANVISA nº 11 de 13/03/2014?

SIM () NÃO ()

11. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

Atendimento ambulatorial aos seus pacientes em programas dialíticos?

SIM () NÃO ()

Total de salas utilizadas para atendimento ambulatorial: _____

12. ATIVIDADES EDUCATIVAS DE ATENÇÃO AOS PACIENTES EM DIÁLISE

Programa aos portadores de hipertensão arterial SIM () NÃO ()

Programa aos portadores de diabetes SIM () NÃO ()

OUTROS (QUAIS): _____

13. AVALIAÇÃO

O prontuário é único? SIM () NÃO ()

O prontuário é eletrônico? SIM () NÃO ()

O preenchimento está adequado? SIM () NÃO ()

Local, ____ de ____ de 20____

Nome e Assinatura do representante legal

Carimbo com CNPJ da proponente

ANEXO 9

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI FAZEM A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI E O (A) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, DE FORMA COMPLEMENTAR AO SUS, NA ÁREA DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA (TRS) – UNIDADE DE ASSISTÊNCIA DE ALTA COMPLEXIDADE EM NEFROLOGIA.

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI (FMS), pessoa jurídica de Direito Público interno, integrante da administração pública indireta do Município de Niterói, inscrita no CNPJ sob o nº 32.556.060/0001-81, criada pela lei Municipal nº 718/1988 e regulamentada pelo Decreto nº 5994/1990, com sede na Rua Visconde de Sepetiba, nº 987 – 8/9º andares, Centro – Niterói, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde **Sr. RODRIGO ALVES TORRES OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 026.087.017-01,** doravante denominada CONTRATANTE, e

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, cidade, Estado _____, representada por (nome, endereço, número e órgão expedidor da Carteira de Identidade e o CPF do representante legal), doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe o parágrafo 1º do art. 199 da Constituição Federal de 1988, artigos 24 e 26 da Lei 8.080/1990, Lei nº 8.666/1993, no que couber, Portaria

GM/MS nº 1.034/2010, Portaria GM/MS nº 389/2014, além das demais disposições legais e infralegais aplicáveis, bem como pelo disposto no Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº XX/2022 e seus anexos, RESOLVEM celebrar o presente contrato de prestação de serviços que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a execução de serviços especializados de forma complementar ao SUS, na área de TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA (TRS) – UNIDADE DE ASSISTÊNCIA DE ALTA COMPLEXIDADE EM NEFROLOGIA, discriminados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS) a serem prestados pela CONTRATADA à CONTRATANTE, em conformidade com o Edital e o Termo de Referência.

1.2- Os serviços contratados serão distribuídos entre as Credenciadas de acordo com os critérios estabelecidos no edital.

1.3 - Os serviços serão prestados pela CONTRATADA aos pacientes encaminhados pela Central de Regulação Estadual/Sistema TRS ou outro sistema de regulação que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

2.2 Durante o período de vigência, os contratantes poderão fazer acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) nos valores limites, mediante termo aditivo, de acordo com a capacidade operacional da CONTRATADA e as necessidades do CONTRATANTE, mediante as devidas justificativas, com fulcro no art. 65, parágrafo 1º da lei 8.666/1993.

2.3 O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando o limite de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

2.4 Se houver interesse das partes na prorrogação do contrato, a CONTRATANTE vistoriará, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do seu término, as instalações da CONTRATADA para analisar se persistem as mesmas condições técnicas básicas, verificadas por ocasião do cadastramento.

2.5 O Termo de vistoria acompanhará o Termo Aditivo.

2.6 A parte que não tiver interesse na prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços referidos da Cláusula Primeira serão executados pela CONTRATADA registrada no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde e no Conselho de Classe competente, cujo nome do responsável técnico, igualmente registrado no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde e no Conselho de Classe competente, deve ser encaminhado à FMS.

3.2 A eventual mudança de endereço da sede da CONTRATADA será imediatamente comunicada a CONTRATANTE, que analisará a conveniência de manter os serviços ora contratados em outro endereço, podendo a CONTRATANTE rever as condições deste contrato e até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente.

3.3 A mudança do Responsável técnico e/ou de seu substituto deverá ser imediatamente comunicada à CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – NORMAS GERAIS

4.1 Os serviços objeto deste contrato serão prestados diretamente pela CONTRATADA por meio de seus profissionais.

4.2 Para os efeitos deste contrato, consideram-se profissionais da CONTRATADA:

- a) Membro do corpo de profissionais da CONTRATADA;
- b) Profissional que tenha vínculo de emprego com a CONTRATADA;
- c) Profissional autônomo que preste serviços a CONTRATADA em caráter regular;
- d) Profissional que, não estando incluído nas categorias acima, é admitido formalmente pela CONTRATADA nas suas instalações para prestar determinado serviço.

4.3 Equipara-se ao profissional autônomo definido nos itens “c” e “d” a empresa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerça atividade na área de saúde.

4.4 A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente ou de seu acompanhante qualquer valor, nem mesmo a título de complementação daqueles pagos pelos serviços prestados, nos termos deste contrato.

4.5 A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste contrato.

4.6 É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA o emprego de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes de vínculo de trabalho, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE ou para o Ministério de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da FMS:

5.1 Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no Edital, seus anexos e no contrato.

5.2 Atestar as notas fiscais;

5.3 Processar o faturamento no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS);

5.4 Apresentar relatórios mensais das glosas técnicas e administrativas dos procedimentos, com o respectivo desconto na produção apresentada;

5.5 Realizar, a qualquer tempo, visitas técnicas, dentro de suas programações de rotina ou extraordinárias utilizando metodologia usual ou específica, e por outros componentes;

5.6 Analisar os relatórios e atividades elaborados pela CONTRATADA, que demonstre o atendimento ao objeto;

5.7 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, fornecer documentos e demais elementos que possuir pertinentes à execução do contrato, exceto aqueles protegidos pelo dever de sigilo;

5.8 Supervisionar e fiscalizar as ações e os serviços executados pelos prestadores contratados, de forma permanente, por meio da adoção de instrumentos de controle e avaliação dos serviços contratados, além daqueles já previstos no âmbito do SNA documentando as ocorrências que porventura ocorrerem, visando a garantir o acesso da população a serviços de saúde de qualidade;

5.9 Aplicar as penalidades legais e contratuais, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, observado o devido processo legal.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

6.1 Prestar atendimento especializado em nefrologia aos pacientes com doença renal crônica em TRS, com médicos nefrologistas respondendo pelo tratamento dialítico e intercorrências, com acompanhamento laboratorial e clínico da sua evolução;

6.2 Informar imediatamente à CONTRATANTE eventual mudança, temporária ou permanente, de endereço do estabelecimento de prestação do serviço, hipótese na qual a CONTRATANTE poderá rever as condições do contrato ou rescindi-lo;

6.3 Informar imediatamente a CONTRATANTE as eventuais alterações, temporárias ou permanentes, da capacidade instalada que possam vir a comprometer a oferta de serviços disponibilizados ao SUS;

6.4 Comunicar eventual alteração de seus atos constitutivos ou da composição de seu quadro social, enviando à FMS, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de registro da alteração, todos os documentos;

6.5 Informar imediatamente qualquer mudança, temporária ou permanente, do Responsável Técnico e/ou de seu substituto;

6.6 Promover a qualificação de suas equipes profissionais;

6.7 Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal, igualitário e gratuito, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;

6.8 Prestar assistência integral e humanizada aos pacientes encaminhados pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói/RJ;

6.9 Realizar procedimentos e rotinas técnicas atualizadas com base nas melhores evidências científicas disponíveis;

6.10 Incentivar a adesão ao tratamento;

6.11 Esclarecer aos pacientes e/ou responsáveis legais sobre seus direitos e sobre demais informações relevantes pertinentes aos serviços oferecidos;

6.12 Respeitar a decisão do paciente e/ou responsáveis legais, ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

6.13 Informar ao usuário do SUS e à FMS, prévia e expressamente, quando um procedimento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa. O usuário do SUS decidirá de forma livre e esclarecida sobre a sua participação;

6.14 Registrar no prontuário todas as informações referentes à assistência prestada ao paciente e à sua evolução clínica, bem como todos os profissionais envolvidos diretamente na assistência ao paciente;

6.15 Garantir a confidencialidade e confiabilidade dos dados e informações dos pacientes;

6.16 Manter em pleno funcionamento um Programa de Controle e Prevenção de Infecção e Eventos Adversos (PCPIEA);

6.17 Apresentar, por escrito, aos pacientes ou a seus responsáveis legais, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste Edital e seus anexos;

6.18 Obrigar-se a entregar ao usuário ou ao seu responsável, no ato da saída do estabelecimento ou sempre que solicitado, documento comprobatório, informando que a assistência foi prestada pelo SUS, sem custos adicionais para o paciente. O cabeçalho do documento deverá conter o seguinte esclarecimento: *"Esta conta deverá ser paga com recursos público provenientes de seus impostos e contribuições sociais, sendo expressamente vedada a cobrança diretamente do usuário, de qualquer valor, a qualquer título"*, com os seguintes dados:

a. Nome da contratada;

b. Nome do paciente;

c. Localidade;

d. Nome e valor do procedimento realizado;

6.19 Manter suas condições de habilitação durante todo o período contratual;

6.20 Estabelecer normas e rotinas institucionalizadas para todos os serviços prestados;

6.21 Participar de programas, pesquisas e ações estratégicas propostos pelo Ministério da Saúde e a Fundação Municipal de Saúde de Niterói;

6.22 Enviar, mensalmente, ao Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da Fundação Municipal de Saúde de Niterói os indicadores de Qualidade estabelecidos no Anexo IV da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28/09/2017 (ou outra que vier substituí-la);

6.23 Enviar ao DECAU da FMS Laudo Técnico de Inspeção da ANVISA, sempre que houver nova fiscalização;

6.24 Submeter-se a avaliações sistemáticas de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde – PNASS, estabelecido pela Portaria GM/MS nº 28, de 08 de Janeiro de 2015 (ou outra que vier a substituí-la);

6.25 Submeter-se à regulação instituída pelo Gestor;

6.26 Obrigar-se a apresentar, sempre que lhe for solicitado, relatórios de atividades que demonstre o atendimento do objeto;

6.27 Garantir aos Conselhos de Saúde, no exercício de seu poder de fiscalização, o acesso aos serviços contratados;

6.28 Cumprir as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH);

6.29 Submeter-se ao Sistema Nacional de Auditoria (SNA), no âmbito do SUS, apresentando toda a documentação necessária, sempre que solicitado;

6.30 Ter contrato de manutenção para todos os equipamentos destinados aos pacientes, visando à manutenção preventiva e ao reparo dos equipamentos que por ventura venham a apresentar defeito técnico, identificando/ substituindo peças danificadas e/ou em condições precárias de uso que possam prejudicar o adequado funcionamento do equipamento.

6.31 Efetuar aferição/calibração de parâmetros mensuráveis que comprovem a acurácia do equipamento dentro da periodicidade recomendada pelo fabricante ou anualmente, valendo o que for menor. Deve estar incluído, entre outros, testes de controle de qualidade.

6.32 Orientar e treinar os profissionais quanto aos cuidados, procedimentos e protocolos de limpeza, notadamente para os equipamentos, para otimizar o seu uso e ampliar sua vida útil;

6.33 Buscar desenvolver metodologia de garantia de qualidade e segurança na assistência à saúde visando a redução de eventos indesejados nos usuários SUS;

6.34 Disponibilizar cópia dos exames laboratoriais de rotina aos pacientes;

6.35 Fornecer todos os materiais de consumo específicos, tais como: materiais de administração, de enfermagem, medicamentos, descartáveis e impressos para a prestação dos serviços;

6.36 Assumir a obrigação de entregar ao Serviço de Regulação a cópia dos laudos para processamento da Autorização de Procedimento de Alta Complexidade (APAC) para cobrança junto ao SUS, por meio físico ou por meio eletrônico.

6.37 Rever os resultados de todos os exames, por médico com título de Especialista na área.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GRATUIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO

7.1 Os serviços prestados pela CONTRATADA à população, em decorrência da execução do objeto deste Contrato, serão totalmente gratuitos, sendo-lhe vedado exigir qualquer tipo de contraprestação, ajuda, auxílio ou colaboração, a qualquer título;

7.2 A CONTRATADA deverá afixar aviso, em local visível, em todas as entradas de público externo ou salas de atendimentos aos pacientes, de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

8.1 A CONTRATADA será responsabilizada pela cobrança indevida, feita a paciente ou a seu responsável legal, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução do objeto deste contrato.

8.2 A CONTRATADA será responsabilizada pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, aos pacientes ou a terceiros, quando da execução dos serviços. Essa responsabilidade da CONTRATADA não é excluída ou reduzida pela presença da fiscalização ou pelo acompanhamento da execução do contrato pela CONTRATANTE.

8.3 A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, previdenciários, civis, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a CONTRATANTE, a qualquer tempo exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição para pagamento dos créditos à CONTRATADA.

8.4 A CONTRATADA é responsável pela contratação de pessoal para a execução dos serviços necessários à execução do objeto deste contrato, responsabilizando-se, ainda por todos os encargos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e fiscais ou quaisquer outras advindas das contratações, previstas na legislação em vigor.

8.5 A fiscalização e o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS e pela FMS não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DOS VALORES, DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA DOTAÇÃO

9.1 O pagamento pela prestação dos serviços observará os valores unitários fixados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), instituída pela Portaria GM/MS nº 321/2007.

9.2 A CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente ao número de procedimentos realizados, de acordo com a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), instituída pela Portaria GM/MS nº 321/2007, estimada, de acordo com a oferta, em R\$ _____.

9.3 Os valores financiados pelo FAEC podem sofrer ajustes conforme a produção ou oriundos de novos procedimentos ou habilitações pelo Ministério da Saúde.

9.4 As despesas com o presente Contrato correrão à conta de seguinte dotação orçamentária para o corrente exercício financeira:

Programa de Trabalho nº 2543.10.302.0051.2272
Fonte de Recursos nº 207
Natureza das Despesas nº 33.90.39.00
Nota de Empenho nº

9.5 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento se fará de acordo com a produção efetivamente prestada e comprovada.

10.2 A comprovação da realização dos procedimentos se dará pela assinatura do paciente nas fichas de presença, bem como pelas anotações médicas e de enfermagem. A não assinatura do documento pelo paciente sempre antes do início do procedimento ou seu responsável/acompanhante poderá implicar o não pagamento do procedimento cobrado. Tais fichas deverão ficar à disposição dos Gestores Municipais, bem como a da Auditoria do DENASUS.

10.3 O pagamento pelos serviços prestados será efetuado após o repasse dos recursos transferidos pelo Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde.

10.4 A CONTRATADA apresentará mensalmente à CONTRATANTE as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados, obedecendo aos procedimentos e aos prazos estabelecidos pela FMS e pelo Ministério da Saúde.

10.5 A CONTRATADA emitirá a nota fiscal que deverá vir acompanhada dos encargos (INSS, ISS, FGTS) devidamente pagos na competência do faturamento devendo ser fornecida em papel após a apuração pelo sistema SIA/SUS dos valores dos serviços prestados, onde o(s) servidor (es) designado(s) para a fiscalização do Contrato possa(m) realizar sua verificação e, não havendo problemas, o aceite;

10.6 Caso os dados da nota estejam incorretos, a CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA e esta emitirá nova nota, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então novo prazo para pagamento.

10.7 O pagamento pelos serviços prestados apenas será feito após o devido ateste das notas fiscais.

10.8 As faturas rejeitadas pelo SIA/SUS ou, eventualmente, pela FMS serão devolvidas à CONTRATADA para as correções cabíveis, devendo ser reapresentadas no próximo faturamento e sendo o prazo máximo de até 3 (três) competências para a reapresentação.

10.9 Findo este prazo sem que haja regularização por parte da contratada ou apresentação de defesa aceita pela CONTRATANTE, a CONTRATADA está sujeita ao não recebimento pela prestação do serviço, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Edital.

10.10 O não cumprimento pelo Ministério da Saúde da obrigação de repassar os recursos correspondentes aos valores constantes neste contrato não transfere para a CONTRATANTE a obrigação de pagar os serviços ora contratados, os quais são de responsabilidade do Ministério da Saúde para todos os efeitos legais;

10.11 A CONTRATANTE responderá pelos encargos financeiros assumidos além do limite dos recursos que lhe são destinados, desde que regulados pela FMS, ficando o Ministério da Saúde exonerado do pagamento de eventual excesso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PROCESSAMENTO DO FATURAMENTO

11.1 A produção ambulatorial da CONTRATADA deverá ser encaminhada eletronicamente via e-mail (dca.ambulatorial.fmsniteroi@gmail.com), com cópia para dca.faturamento.fmsniteroi@gmail.com, à FMS, até o dia 10 de cada mês posterior ao da prestação dos serviços, para processamento do faturamento. Caso o décimo dia de cada mês recaia em dia em que não houver expediente na FMS, prorroga-se o prazo para primeiro dia útil subsequente.

11.2 A CONTRATADA deverá entregar a nota fiscal emitida em 01 (uma) via e os comprovantes de pagamento dos encargos incidentes sobre a prestação dos serviços (INSS, FGTS, ISS) até 5 (cinco) dias após a divulgação do valor apurado do faturamento na página eletrônica do DECAU (<http://fmsdecau.brinkster.net>), a fim de que seja aberto processo administrativo para pagamento.

11.3 A nota fiscal deverá ser entregue no Departamento de Controle Avaliação e Auditoria - DECAU sito à Avenida Amaral Peixoto, 169, 8º andar Centro Niterói/RJ ou enviar digitalmente para o e-mail dca.pagamento.fmsniteroi@gmail.com, constando as informações enviadas pelo setor de pagamento, para compor a descrição do serviço prestado;

11.4 O(s) servidor (es) designado(s) fará (ão) o recebimento provisório, em conformidade com o inciso I do art. 73 da Lei 8.666/93, verificando a especificação e a qualidade do serviço, de conformidade com o exigido neste Termo de Referência e no Edital.

11.5 Em caso de conformidade, fará (ao) o recebimento definitivo no prazo máximo de 02(dois) dias úteis após o recebimento provisório, atestando a efetiva execução dos serviços no verso da nota fiscal e a encaminhará ao Departamento Financeiro (DEFIN), para fins de pagamento.

11.6 O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante ateste das notas fiscais, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente utilizados.

11.7 O atraso no envio dos documentos acima mencionados poderá acarretar atraso no pagamento não imputável à FMS, não incidindo portanto, sobre o valor do débito principal qualquer acréscimo ou multa.

11.8 A CONTRATANTE, após a conferência dos documentos apresentados, efetuará o pagamento do valor apurado, depositando-o obrigatoriamente através de crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, junto a instituição financeira contratada pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói/RJ, cujo número e agência deverão ser informados à FMS até a Assinatura do Contrato.

11.9 Ocorrendo erro ou falta de processamento da contas por culpa da CONTRATANTE, esta garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado no contrato do valor correspondente ao mês imediatamente anterior, acertando eventuais diferenças no pagamento seguinte, ficando, contudo, exonerada do pagamento de multa ou de quaisquer outras sanções e encargos financeiros.

11.10 As contas rejeitadas ou glosadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelo Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria, a qualquer tempo.

11.11 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

11.12 Em hipótese alguma serão pagos serviços não realizados.

11.13 Após o encerramento do contrato, os serviços realizados decorrentes desta contratação deverão ser cobrados em prazo máximo de 3 (três) competências.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE DO PREÇO

12.1 Os valores estipulados na Cláusula Nona serão reajustados na mesma proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos pelo MS, garantindo sempre o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.080/90 e do art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93.

12.2 Os reajustes independem de Termo Aditivo, podendo ser registrado por simples apostila sendo, entretanto, necessário constar em processo administrativo os respectivos cálculos, bem como a origem e autorização do reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

13.1 O não cumprimento pelo Ministério da Saúde da obrigação de repassar os recursos correspondentes aos valores constantes neste contrato não transfere para a CONTRATANTE a obrigação de pagar os serviços ora contratados, os quais são de responsabilidade do Ministério da Saúde para todos os efeitos legais.

13.2 A CONTRATANTE responderá pelos encargos financeiros assumidos além do limite dos recursos que lhe são destinados, desde que regulados pela FMS, ficando o Ministério da Saúde exonerado do pagamento de eventual excesso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO

14.1 A execução dos serviços contratados será objeto de acompanhamento, controle e avaliação pelo departamento competente.

14.2 A execução dos serviços contratados será objeto de fiscalização por servidor (es) designado (s) pelo Presidente da Fundação Municipal de Saúde de Niterói.

14.3 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inclusive perante terceiros, nem a exime de manter fiscalização própria.

14.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.5 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

14.6 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

14.7 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá

comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.9 O fiscal designado pela Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.10 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por quaisquer irregularidades, inclusive perante terceiros, nem a exime de manter fiscalização própria.

14.11 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou o emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.12 Para execução da fiscalização, a contratada se submeterá a todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessárias.

14.13 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.14 Qualquer alteração que importe em diminuição da capacidade operativa da Credenciada poderá ensejar a não prorrogação do contrato ou a revisão das condições estipuladas.

14.15 A(s) Credenciada(s) facilitará(ão) o acompanhamento e a fiscalização permanentes dos serviços, prestará(ão) todos os esclarecimentos e entregará(ão) todos os documentos que lhe(s) forem solicitados.

14.16 O (s) servidor (es) designado (s) pela fiscalização, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para constatação e providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1 O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro Municipal suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

15.2 Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) Advertência
- b) Multa administrativa;
- c) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

15.3 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

15.4 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

d) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do subitem 15.2, serão impostas pelo Ordenador de Despesa.

e) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do subitem 15.2, será imposta pelo próprio Secretário Municipal ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário Municipal.

f) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do subitem 15.2, é de competência exclusiva do Secretário Municipal.

15.5 A multa administrativa, prevista na alínea b, do subitem 15.2:

f) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

g) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

h) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

i) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

j) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

15.6 - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do subitem 15.2:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento.

15.7 - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do subitem 15.2, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

15.8 A reabilitação referida pelo subitem 15.7 poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

15.9 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

15.10 - Se o valor das multas previstas na alínea b, do subitem 15.2, e no subitem 15.5, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

15.11 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

15.12 A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

15.13 Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

15.14 A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

15.15 - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do subitem 15.2, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

15.16 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

15.17 Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

15.18 As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE na Secretaria de Administração.

15.19 Após o registro mencionado no subitem acima, deverá ser remetido o extrato de publicação no veículo de publicação dos atos oficiais do Município do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do subitem 15.2, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói.

15.20 Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, o presente contrato poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

16.1 O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na Cláusula Sexta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

16.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

16.3 A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no veículo de publicação dos atos oficiais do Município.

16.4 Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Município poderá:

a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;

b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados;

c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

16.5 Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, o instrumento poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS RECURSOS

17.1 Dos atos de aplicação de penalidade previstas neste contrato, ou de suas rescisão, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

17.2 Da decisão do Presidente da Fundação Municipal de Saúde que rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

17.3 Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do item 17.2 desta cláusula, o Presidente da Fundação Municipal de Saúde deverá se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

18.1 Qualquer alteração ao presente contrato será objeto do Termo Aditivo, na forma da Lei nº 8.666/93, executando-se o disposto no parágrafo único na Cláusula Décima Segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1 Após a assinatura do Contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no veículo de publicação dos atos oficiais do Município, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser



encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

19.2 O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

20.1 Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

20.2 É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

21.1 O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no veículo de publicação dos atos oficiais do Município.

21.2 O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

21.3 Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

- a) quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos em lei;
- b) quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

21.4 Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

22.1 A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO DE ELEIÇÃO

23.1 Fica eleito o Foro de Niterói, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor.

Niterói, XX de XXXX de 2022.

Rodrigo Alves Torres Oliveira

Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

Corrigenda

Na publicação do dia 29 de abril de 2022, onde se lê: “**La Magia Boutique da Beleza Ltda.** Ficou decidido o **INDEFERIMENTO** do Recurso de **Auto de Infração** nº 3725, referente ao **Processo** nº 200013444/2021, sendo a Penalidade de **MULTA.**”

Leia-se: “**La Magia Boutique da Beleza Ltda.** Ficou decidido o **INDEFERIMENTO** do Recurso de **Auto de Infração** nº 3008, referente ao **Processo** nº 200013444/2021, sendo a Penalidade de **MULTA.**”

NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A - NELTUR

Ato do Diretor Presidente

EXTRATO Nº 86/2022

ESPÉCIE: Termo de Patrocínio nº 86/2022; **OBJETO:** Constitui objeto do presente **TERMO DE PATROCÍNIO** o estabelecimento das condições, dos direitos, dos deveres e das obrigações relativas ao **PATROCÍNIO** para realização do evento **1º FESTIVAL PRESENTES DE YEMANJÁ**, com vistas ao incentivo cultural para o fomento da cultura e/ou do lazer; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL** tendo por base o disposto no **processo administrativo** nº 500000161/2022, subordinando-se ao artigo 27, parágrafo 3º, da Lei Federal nº 13.303/16 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93, bem como a toda legislação pertinente, atendida as cláusulas e condições que se enunciam a seguir: **VERBA:** P.T. nº 10.52.13.392.0138.6016, C.D. nº 3.3.3.5.0.41.00.00.00; **EMPENHO:** Nº 000253; **DATA DO EMPENHO:** 06 de Maio de 2022; **VALOR TOTAL:** R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); **PRAZO:** O prazo de vigência do termo será de 3 (três dias), contados a partir de 21 de maio de 2022; **DATA DA ASSINATURA:** 06 de Maio de 2022; **PARTES:** NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A – UNIÃO ESPÍRITUALISTA DE UMBANDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO Nº 88/2022

ESPÉCIE: Termo de Patrocínio nº 88/2022; **OBJETO:** Constitui objeto do presente **TERMO DE PATROCÍNIO** o estabelecimento das condições, dos direitos, dos deveres e das obrigações relativas ao **PATROCÍNIO** para realização da Festa do Trabalhador, com vistas ao incentivo cultural para o fomento da cultura e/ou do lazer. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** tendo por base o disposto no **processo administrativo** nº 500000389/2022, subordinando-se ao artigo 27, parágrafo 3º, da Lei Federal nº 13.303/16 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93, bem como a toda legislação pertinente, atendida as cláusulas e condições que se enunciam a seguir: **VERBA:** P.T. nº 10.52.13.392.0138.6016, C.D. nº 3.3.3.9.0.41.01.00.00; **EMPENHO:** Nº 000250; **DATA DO EMPENHO:** 29 de Abril de 2022; **VALOR TOTAL:** R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais); **PRAZO:** O prazo de vigência do termo será de 4 (quatro) dias, contados a partir de 29 de abril de 2022; **DATA DA ASSINATURA:** 29 de Abril de 2022; **PARTES:** NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A – CAMPUS AVANÇADO

EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA.

Ato do Presidente

PORTARIA Nº. 279/2022 - Designar os fiscais **David Ramos Ribeiro Junior (Mat.2592)** e **Ana Paula Moraes (Mat.2676)**, para exercerem em nome da **EMUSA**, fiscalização dos seguintes serviços **"REFORMA DO CEAM (Centro especializado de atendimento à mulher), NESTE MUNICÍPIO."**, (Contrato nº. 20/2022) – Processo Adm. Nº. 078000046/2021.

PORT. Nº. 284/2022 – Designar a contar de **02/05/2022**, **RENATA DE FREITAS LUIZ DESMARAIS** para exercer a **FUNÇÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO – 4**, em vaga decorrente da dispensa **Cassia Rodrigues da Silva**.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 20/2022; **PARTES:** EMUSA e MULTICON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA; **OBJETO:** *contratação de empresa, para execução da reforma do CEAM, (centro especializado de atendimento à mulher), localização na Rua Cônsul Francisco Cruz, nº 49, bairro Centro, no Município de Niterói/RJ;* **VALOR GLOBAL:** R\$57.827,85 (cinquenta e sete mil oitocentos e vinte e sete reais e oitenta e cinco centavos); **PRAZO:** 01 (um) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** PT: 5351.15.452.0010.3006; ND 4.4.90.51.00, FT: 138. **EMPENHO:** 0122/2022; **FUNDAMENTAÇÃO:** dispensa 11/2022; **DATA DO CONTRATO:** 06/05/2022; Processo Nº. 078000046/2021.

ORDEM DE INÍCIO

Estamos concedendo Ordem de Início ao **CONTRATO nº. 020/2022**, firmado com a Empresa **MULTICON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, objetivando a execução das obras e/ou serviços de **"REFORMA DO CEAM (centro especializado de atendimento à mulher), NA RUA CÔNSUL FRANCISCO CRUZ, Nº 49 – CENTRO - NESTE MUNICÍPIO"**, a partir do dia **09/05/2022** com término previsto para **08/06/2022**. Proc. nº. 078000046/2021.